

## Assembleia Municipal da Guarda

### Ata

#### Sessão Ordinária de Vinte e Sete de Fevereiro de Dois Mil e Vinte e Quatro

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, pedia-vos o favor de se sentarem. Estão presentes na sala sessenta e sete senhores Deputados, pelo que temos quorum. Queria, em primeiro lugar, cumprimentar todos os Senhores e as Senhoras Deputadas, os Senhores Presidentes de Junta e as Senhoras Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara e as Senhoras e os Senhores Vereadores, os Funcionários da Autarquia e o Público que assiste, quer presencialmente quer através dos meios de comunicação. -----

Seguidamente, darei conhecimento das substituições. Do Grupo Municipal Pela Guarda: falta Lídia Lucas Teles Matos Aleixo, substituída por Telmo Filipe de Carvalho Vaz; falta Luísa Margarida Gonçalves dos Santos, substituída por Paula Cristina Barbas dos Santos Palos. Do Grupo Municipal do PSD: falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, substituído por Sara Cristina Paulo Ramos; falta Lucinda Lourenço Fernandes, substituída por Rodrigo Pires Besteiro. Do Grupo Municipal do PS: falta Paulisa Dóris D`Assunção, substituída por Liliana Alexandra Palos Almeida; falta Pedro Manuel Pinto Teixeira, substituído por Messias Matias Coelho. Falta o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Franca do Deão, Pedro Manuel Pires Prata, substituído pelo Secretário, Amândio Fernandes Caetano. Falta o Presidente de Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, substituído pela Secretária, Anabela Guerra da Cunha. Falta a Presidente de Junta de Freguesia de Faia, Liliana Filipa Brás Santos, substituída pela Secretária, Maria de Lurdes Máxima Pires. -----

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “No tempo destinado à intervenção do público, temos a inscrição do Dr. Aires Antunes Diniz, a quem concedo a palavra por cinco minutos. Faça favor.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Diz um dos jornais que leio diariamente que janeiro passado foi o mês com mais mortes desde a pior fase da pandemia em 2021. Portugal registou então 13.160 óbitos, enquanto em 2022 e 2023 haviam sido registadas 11.747 e 11.945, respetivamente. Resultam das condições difíceis de vida neste território em que teimamos em viver, mas há que realçar alguns ganhos em Saúde com reflexos no aumento da esperança média de vida, resultantes da reabertura das extensões de Saúde no concelho como Gonçalo, Vela e agora a abertura na Benespera, associadas à USF Carolina Beatriz Ângelo. Contudo há que realçar que não nos faltam apenas médicos de família, há também falta de enfermeiros de família, um exemplo é o da extensão de Saúde do Porto da Carne e há ainda, por falta de transporte das aldeias para a cidade, utentes do SNS que procuram respostas no concelho de Celorico da Beira, nomeadamente para a realização de pensos. Também ouvimos e vemos, por cá, agricultores desesperados, lutando por condições melhores, bem necessárias para que continuem a produzir, mas sabem que muitos outros já deixaram de o fazer. Felizmente, do campo quase vazio, surge ainda gente que grita contra leis que nada têm de económicas, satisfazendo somente os interesses oligopólios da distribuição, aquilatados pelo poder político que querem comprar tudo bem barato e vender tudo bem caro. São obrigados por isso a viajar por desvios impostos pela GNR, já que nos falta a linha da beira alta que um Ministro meio tonto mandou refazer, sem ter um cronograma bem definido para tudo executar a tempo e horas, isolando-nos. Para complicar, o que os agricultores conseguiram com a sua recente luta na nossa beira, aqui, neste caso, refiro a do litoral que foi onde houve mais luta, foi um quase nada. De facto, as promessas da Ministra da Agricultura foram promessas requentadas, tal como me esclarece um leitor do Diário de Coimbra, de 12 de fevereiro, na página 10. Continua por isso a faltar uma política que defenda efetivamente os pequenos e médios agricultores da nossa região, e aqui em particular do concelho da Guarda, não permitindo que tenham condições de trabalho efetivas de qualidade de vida socialmente aceitável e exigir isso é tarefa nossa

nesta Assembleia. Há ainda como sinal de perigo, lojas e oficinas fechadas, assim como restaurantes, todos anunciando que vamos ter falta de mecânicos e quem nos vende aqueles objetos que nos vestem, alimentam, enfim, que nos dão a alegria de que temos tudo o que precisamos no nosso quotidiano. Mas, e mais, que o dinheiro que ganhamos chega para tudo o que precisamos para sermos felizes aqui. Contrariando qualquer otimismo, agora com esta subida continuada de preços, sentimos logo pela manhã que haverá algo que não vamos poder comprar. Não teremos, também por falta destas empresas, um ambiente social e económico que escolha, da melhor forma, os homens e as mulheres que, como turistas, nos queiram visitar e saiam daqui felizes e satisfeitos e com vontade de voltar à nossa terra. Falta agora aos nossos empresários das micros, pequenas e médias empresas, uma associação que os defenda neste mundo, em que as grandes empresas os sufocam e não os deixam ter uma vida digna. Falta a consciência pública de que todos somos parte de uma sociedade que gente ainda mal identificada quer destruir, dizendo que é tudo natural e que não há mal nenhum neste esvaziamento populacional. E contra isso rebelo-me. Há que contrariar uma qualquer visão que despreze a necessidade de equilíbrios ecológicos, dada a continuidade de incêndios que se registam no nosso território, que impedem aqui não só uma agricultura e uma pecuária rentável, mas também o turismo que teima em percorrer a nossa região para aqui degustar os nossos queijos, os nossos enchidos e todos os demais produtos, exercendo uma promoção eficaz das maravilhas que a nossa terra pode continuar a produzir, favorecendo a existência de espaços de convívio que mostrem e desenvolvem a saúde social também neste nosso concelho. Há por isso que defender os equilíbrios ambientais essenciais às nossas atividades agrícolas e pecuárias, que, por sua vez, são essenciais para a produção de alimentos saudáveis de qualidade. Há que defender equilíbrios económicos que viabilizem as nossas empresas. Há que defender o acesso de proximidade aos serviços públicos que nos são essenciais, há que defender a sua preservação. Há que pensar bem em milhentas coisas que nos faltam, há que as pensar a nível autárquico com a necessária atenção e intervir nesta Assembleia para as defender, pois são essenciais à nossa vida. E disse, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Está disponível, na plataforma, para conhecimento dos senhores Deputados, o Relatório de Atividades de 2023 da CPCJ da Guarda. -----

- Foram rececionadas, ontem, uma às 22h04 e outra às 22h13, respostas do Conselho de Administração da ULS a uma moção «Pela Saúde da Guarda» e uma moção «Contra a Desvalorização da ULS da Guarda». Estão datadas de 31 de janeiro, mas foram rececionadas ontem. À hora que foi, só tivemos conhecimento delas hoje de manhã. E, portanto, se me permitem, colocaríamos estas duas respostas na Plataforma para que todos os senhores Deputados tivessem conhecimento das mesmas, dado que não é possível hoje entregá-las pessoalmente a cada um dos senhores Deputados. -----

- Seguidamente, colocava à discussão e à votação a Ata da Sessão da Assembleia de 22 de dezembro de 2023. Se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado desejar pronunciar-se, é o momento. Presumo que não. Colocava, então, a aprovação da Ata à votação.” -----

- **Resultado da votação da ata do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e três.** -----

- Aprovada, por maioria, com setenta e cinco votos a favor e duas abstenções. -----  
-----

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A Mesa aguardou regimentalmente, por que algum senhor ou alguma senhora Deputada se desejasse pronunciar, e não tendo feito, se o plenário assim entender, e está nas mãos do plenário dizer sim ou não, a Mesa gostaria de apresentar dois Votos. Um Voto de Repúdio e de Pesar e um Voto de Pesar. Um Voto de Repúdio e de Pesar porque passam dois anos sobre o início da guerra na Ucrânia. Se o plenário assim o entender, passava a ler este Voto. Se o plenário entender que não, pois, a Mesa não lerá o Voto. Não sei se alguma... Não? então, Voto de Repúdio e de Pesar. «No transato dia 24 do corrente mês, passaram dois anos sobre a invasão da Ucrânia pela Federação Russa e o início da guerra. Uma invasão e uma guerra injustificadas e injustas. São dois anos de sofrimento, de milhares de mortos, de destruição inaudita e de milhões de deslocados à força. Há vítimas entre as crianças, os adultos e os idosos. Há órfãos, há viúvas e viúvos, há pais que perderam os seus filhos e

filhas. Há vítimas de ambos os lados do conflito. São dois anos de horror e de horrores. A Assembleia Municipal da Guarda, em sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2024, aprova um Voto de Repúdio e de Pesar e guarda um minuto silêncio em memória e homenagem às vítimas desta guerra injusta, ato de que dará conhecimento às embaixadas em Lisboa, da Ucrânia e da Federação Russa.» Colocava, então, este Voto de Repúdio e de Pesar à discussão, se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar intervir, faça favor. Não havendo, colocava, então, à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Repúdio e de Pesar** -----  
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e sete votos a favor. -----  
-----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se me permitem, então, guardávamos um minuto de silêncio.” -----

- Muito obrigado. O segundo Voto, que a Mesa também se permite apresentar, se não houver oposição, é um Voto de Pesar. «Odete Santos, nasceu aos 26 de abril de 1941, na freguesia de Pega, concelho da Guarda. Licenciou-se em direito pela faculdade de direito da Universidade de Lisboa e tornou-se advogada em 1968. Em 1974 tornou-se membro do Partido Comunista Português, tendo sido membro do Comité Central do Partido. A nível autárquico, integrou a primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal de 1974 a 1976. Exerceu o cargo de membro da Assembleia Municipal de Setúbal de 1979 a 2009, de que foi Presidente entre 2001 e 2009. Foi Deputada à Assembleia da República pelo Partido Comunista Português entre 1980 e 2007. Integrou o Movimento Democrático de Mulheres, foi atriz amadora. Defendeu os direitos dos trabalhadores, a igualdade e a emancipação das mulheres. Foi agraciada pelo então Presidente da República, Jorge Sampaio, com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique e foi galardoada com a Medalha de Honra da Cidade de Setúbal. Faleceu em Lisboa aos 27 de dezembro de 2023. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, na sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2024, aprova um Voto de Pesar pelo falecimento de Odete Santos e que deste Voto se dê conhecimento ao Partido Comunista Português, solicitando que do mesmo seja dado conhecimento à sua família. Observar um minuto silêncio em sua homenagem.» Está à discussão. Colocaria à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----  
----- **pelo falecimento de Odete Santos** -----  
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e sete votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Guardaríamos, então, um minuto de silêncio.”

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, de seguida, ao Período de Antes da Ordem do Dia para a apresentação e votação das moções. A primeira moção a entrar é do Bloco de Esquerda. Moção «8 de Março de 2024, 17 Anos da Despenalização da IVG, Dia Internacional da Tolerância Zero MGF». Senhora Deputada, faça favor, tem a palavra.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos os presentes e a quem nos assiste online e no público. Moção dia 8 de Março, 17 anos da Despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez e Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. «O dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é um dia de luta histórica em que se evocam e atualizam as lutas travadas ao longo de décadas, pelos direitos civis, políticos e sociais das mulheres. Aqui e em todo o mundo, a opressão do sistema patriarcal instaurado há séculos teima em querer submeter as mulheres. Depois de várias décadas de luta, as discriminações de género permanecem. Desde a segregação nos cargos de liderança à desigualdade salarial que se agrava na reforma. Temos maior peso das tarefas domésticas e naturalização do assédio e da violência doméstica. As mulheres são as principais vítimas de tráfico, de exploração sexual e de violação. Continuam a ser conhecidos casos de desvalorização da violência, desculpabilização dos agressores e responsabilização das vítimas. Estas violências tornam-se assim mais profundas quando se cruzam múltiplas discriminações: pobreza, o racismo, a diversidade funcional e vários preconceitos que criam estigmas sobre quem não se encaixa no que é a norma. Sendo as mulheres as protagonistas desta luta, é uma causa transversal a toda a sociedade, exige compromisso e responsabilidade de todos, incluindo o poder local. No dia 6 de fevereiro assinala-se, anualmente, o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. A data, instituída pela

ONU a 20 de dezembro de 2012, foi de modo a combater a erradicação desta prática, que prejudica a saúde física e psicológica das mulheres e meninas em todo o mundo. Esta prática nefasta é uma forma de limitar e prejudicar a saúde e bem-estar das mulheres e de crianças, sendo as suas consequências sentidas para o resto da vida. Desde 2015, que o código penal prevê a criminalização desta prática, estando enquadrado como crime público. No dia 11 de fevereiro de 2007, o país celebrou a vitória do sim ao referendo de Despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez. Marcámos neste dia, e após vários anos de luta, a concretização de um direito que é essencial à saúde sexual e reprodutiva. Um avanço nos direitos das mulheres. Passou a ser possível realizar, por opção da mulher, a interrupção da gravidez através do Sistema Nacional de Saúde de forma segura e adequada. Como consequência, garantimos mecanismos para o fim das mortes e morbilidade de mulheres em resultado de abortos clandestinos e a sua criminalização. Com conhecimento público, sabemos que continuam a existir graves dificuldades no acesso a este direito, incluindo no distrito da Guarda que também já falámos nesta Assembleia, e, a nível nacional, continuam a ser conhecidos relatos de mulheres que foram alvo de estigma, preconceito e tentativas de dissuasão pelos mais diversos agentes de saúde. No ano em que se comemoram os 50 anos do 25 de Abril é por demais importante assinalar as lutas e as conquistas de Abril, nomeadamente em relação a estes direitos das mulheres. São muitas as conquistas a celebrar, mas ainda é muito grande o caminho que temos a percorrer. Assim, a Assembleia Municipal, reunida hoje, 27 de fevereiro de 2024, aprova, caso aprovem, saudar o Dia Internacional da Mulher, assim como todas as suas manifestações, lutas e movimentos, que têm renovado o seu compromisso na luta pela igualdade e todas as formas de violência de género. Saudar o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. Saudar o 17º aniversário da vitória do sim no referendo à despenalização do aborto e reafirmar o compromisso desta Assembleia Municipal em promover e implementar medidas e políticas que pugnem pelos direitos das mulheres e para a erradicação de todas as formas de violência. Parabenizar as iniciativas que têm trazido, e trarão no decorrer de 2024, a debate no concelho da Guarda a temática da igualdade de género e direito das mulheres através dos mais variados recursos. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Dava agora a palavra a alguma senhora Deputada ou a algum senhor Deputado que desejasse intervir sobre este tema, sobre esta moção. Não havendo... Senhores Deputados, desejam intervir sobre a moção? Não sei se era isso que estavam a conversar. Faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “É assim, temos uma dúvida regimental. Tem estado a contar o tempo para a apresentação da moção, neste caso do Bloco de Esquerda, e quando a Mesa apresentou os Votos, o Voto de Pesar, nomeadamente, não contou tempo nenhum. Para quem é que deve contar o tempo da Mesa quando tem a iniciativa de apresentar, seja moções, seja outro tipo de situações. Portanto, é uma dúvida que foi colocada na nossa bancada e que gostaríamos de um esclarecimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, a Mesa perguntou se poderia colocar esses dois Votos. Presumo, em consequência, que a Mesa não vai descontar esse tempo a nenhuma força partidária. Era um tempo, se ninguém se opôs, passou a ser um tempo da Mesa. É a minha interpretação. É que não estou a perceber qual é o seu problema, sinceramente.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, não. É uma questão que eu acho que tem que ser esclarecida, se calhar esclarecida no próximo Regimento. Aquilo a que a Assembleia não se opôs, foi que o senhor fizesse esta apresentação sem ter registado, previamente, com os três dias de antecedência, na plataforma, para todos termos conhecimento oportuno. E não tivemos conhecimento. Tivemos conhecimento hoje e, portanto, foi isso que a Assembleia aceitou. Agora, aqui é uma questão de definição de, quando a Mesa tem uma intervenção, para quem vai contar o tempo. Porque a Mesa, no fundo, é PG, embora seja Mesa... está bem, lá está...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado... senhor Deputado, eu peço imensa desculpa...” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “... porque quando votam, cada um de vós vota também. E, portanto, é essa a minha questão. É uma questão de Regimento. Podemos esclarecer posteriormente. Se calhar, não tem que esclarecer agora. Podemos esclarecer posteriormente isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Desconta no tempo que os três membros da Mesa teriam para atuar, para agir como Deputados Municipais que nunca deixam de ser. Sinceramente, sinceramente não entendo... Bom, algum senhor Deputado deseja intervir sobre esta moção do Bloco de Esquerda? Não desejando, colocava, então, a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **8 de Março de 2024** -----  
----- **17 Anos da Despenalização da IVG** -----  
----- **Dia Internacional da Tolerância Zero MGF** -----  
- Aprovada, por maioria, com setenta e três votos a favor e um voto contra. -----  
-----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Bom dia. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e, na sua pessoa, toda a Assembleia e quem nos assiste por outros meios. No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e quase cinquenta anos depois do 25 de Abril, não nos enganemos, pois os direitos conquistados para as mulheres em Portugal não estão solidificados nem livres de perigo, assim como não estão também os próprios direitos que para toda a população foram então conquistados. E cito apenas dois fundamentais, para que não nos esqueçamos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhora Deputada, eu peço desculpa de interromper. Permitti-me lançar os olhos sobre o que traz escrito, presumo que são duas páginas A4. Penso eu, que não será...” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “É uma declaração de voto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas é uma declaração de voto. É vir dizer: eu votei a favor ou votei contra, por esta razão e por esta. Não é vir ler um texto.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Vou já dizer. Portanto, para que não nos esqueçamos, a liberdade de informação e expressão, a liberdade de reunião e associação. E se lembramos, hoje, aqui, estas conquistas, porque nos lembramos de quando as não tínhamos, nem tínhamos uma sociedade de direito. Assim, a bancada do Partido

Socialista não pôde deixar de votar a favor desta moção do Bloco de Esquerda, pois é uma moção pela igualdade de direitos e partilha de deveres entre homens e mulheres. Uma moção contra todas as formas de discriminação, pelo tratamento igualitário no trabalho e pela igualdade de oportunidades dele decorrentes. Uma moção contra a violência doméstica, física e psicológica e pela inequívoca culpabilização dos mais ou menos disfarçados agressores. Uma moção que é também pela afirmação da despenalização do aborto. E porque acreditamos numa sociedade igualitária, não baixaremos os braços. Contamos com todos, homens e mulheres, a mesma luta. Não passarão.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Dava de novo a palavra à senhora Deputada do... Declaração de voto? Faça favor. Peço desculpa.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. É importante que nós nos lembremos que em dois terços da humanidade existe uma manifesta, reiterada e continuada discriminação da mulher. Isso é injusto, é o pior que se possa imaginar. E este crime, esta ofensa à dignidade humana tem vindo a aumentar. Os crimes, por exemplo, de mutilação sexual, demonstram-no. Lamenta-se e vota-se a favor, com toda a convicção.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Quem deseja expressar mais voto? Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Pedo Nobre, Deputado (PSD):** “Bom dia à Mesa, bom dia ao Executivo, bom dia aos senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, senhores trabalhadores da Câmara, público. Eu votei contra. E é assim que deve começar uma declaração de voto. Aquilo que ouvimos anteriormente foram duas intervenções. Eu votei contra porque, primeiro gosto de ser coerente comigo mesmo e até agora votei sempre contra esta situação. Concordo com tudo, senhora Deputada, o que está escrito aqui. Menos com o ponto três. No dia em que o Bloco de Esquerda trouxe aqui ideias, sugestões para que as famílias tenham melhores condições de vida, para que se promova a vida, para que haja cada vez mais crianças no nosso país (que bem precisamos, somos o país ou o segundo país mais velho da Europa), vai ter, com toda a certeza, o meu voto favorável. Enquanto misturar, no meio disto tudo, acho que nem fica bem, esta situação, eu votarei sempre contra. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “O Bloco de Esquerda já apresentou moções sobre maternidade e continuará sempre a apresentar. Nós defendemos que as mulheres tenham liberdade de escolha na decisão de interromper a gravidez, na decisão de ter os seus filhos e...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhora Deputada...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Defesa da honra...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Estamos outra vez numa intervenção.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Eu irei explicar. Defesa da honra, porque disseram: quando o Bloco de Esquerda apresentar uma moção sobre. Eu vim só esclarecer que o Bloco de Esquerda já apresentou uma moção (sinceramente, não me lembro da sua votação, obviamente) que falava exatamente sobre as dificuldades que as mulheres têm, incluindo no distrito da Guarda também, a aceder a uma maternidade quando decidem, também por escolha própria, ter os seus próprios filhos. Após o parto, temos imensas dificuldades que se continuam a verificar e cujas dificuldades o Bloco de Esquerda tem intervindo, inclusivamente acesso a apoios quando falamos de mães solteiras ou a solo, inclusivamente a criação de creches públicas. Portanto, há muitas medidas que o Bloco tem apoiado. Defenderemos sempre a escolha das mulheres: na interrupção voluntária da gravidez, na escolha em terem os seus filhos e após tê-los. Decidam ou não, novamente, é uma escolha das mulheres. O direito está consagrado há dezassete anos. Felizmente, esta opinião não é representativa de Portugal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. De qualquer maneira, tem de novo a palavra para a apresentação da moção «Transparência no Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela».” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, mudando de tema. Moção - Transparência no Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Em todas as suas fases, elaboração e apresentação, o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela ignorou os agentes locais que diariamente trabalham para preservar a

biodiversidade e proteger a nossa região. As poucas medidas que foram tornadas públicas não refletem as reais necessidades do Parque Natural que passarão sempre por priorizar a conservação da natureza, das florestas e do património agrícola e pecuário perdido. É possível que a dinamização económica, nomeadamente a turística, se desenvolva paralelamente à sustentabilidade da paisagem. Mas, para tal, torna-se urgente que a participação pública seja efetiva, que as medidas governamentais garantam um desenvolvimento natural e económico que tenha em conta as alterações climáticas e a regeneração do Parque Natural. Urge tornar transparente todo o processo, informando toda a população do Plano existente, abrindo espaço à participação cidadã, auscultando a população e todas as entidades que, na sua existência, têm como foco a preservação da natureza e das populações que aqui residem. Esta falta de transparência já foi alvo de críticas por diversas entidades, através de uma “Carta Aberta do Movimento Associativo da Serra da Estrela sobre o Programa de Revitalização do PN da Serra da Estrela” e, na qual, também solicitam serem auscultados em relação às medidas que serão implementadas. Sem prejuízo do referido, (e esta frase, peço desculpa dar este aviso aqui no meio, mas acrescentámos uma frase porque queremos reforçar que é importante que o programa exista e que seja aplicado. O que nós queremos é transparência. Ou seja, irei dizer, a seguir, o que é que pretendemos deliberar, mas este é um acrescento em relação ao que está na plataforma.) Sem prejuízo do referido, não podemos deixar de reforçar a importância do programa e da sua implementação para a região. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida hoje, 27 de fevereiro de 2024, aprova: 1. Saudar e apoiar a “Carta Aberta do Movimento Associativo da Serra da Estrela sobre o Programa de Revitalização do PN da Serra da Estrela” e os movimentos e associações subscritoras; 2. Reforçar a urgência na publicação do documento integral do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela; 3. Reforçar a necessidade de auscultar as Associações e Movimentos que subscreveram a Carta Aberta através de uma audição com o Ministério da Coesão Territorial e a CIM-BSE; 4. Divulgar as deliberações anteriormente definidas através do envio desta moção ao Ministério da Coesão Territorial e à CIM-BSE.” Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Colocava esta moção à discussão. Se alguma senhora ou algum senhor Deputado desejar intervir. Faça favor, tem a palavra.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Vereadores, Executivo, população que nos ouve. Nós vamo-nos abster porque não somos capazes de votar contra ou a favor de uma coisa que não conhecemos. Não existe este plano delineado de uma forma consistente. Existe uma intenção, em boa hora chegou, espoletada pelos autarcas do nosso distrito e do distrito de ali ao lado, que propõe um conjunto de investimentos muito significativos para a Serra da Estrela. São muito positivas as intenções, mas o plano não está delineado. E eu penso que nós não podemos assumir aqui uma atitude contra um plano que não tem as linhas definidas. Eu penso que neste país os governos centrais também cumprem as leis e as leis, obviamente, têm que dar enquadramento e têm que estar enquadradas pela Agência Portuguesa do Ambiente e por outras normas ambientais. E como isso vai ser feito a partir de agora, não somos, obviamente, capazes de votar contra uma coisa que é boa. Sobre isso, o PG só diz uma coisa. Esta intenção que se concretize rápido e que os estudos e as coisas que querem fazer não vá demorar o tempo que demorou o aeroporto ou que vai demorar o aeroporto. Há é o tempo de fazer. E isto já vem tarde para a Serra da Estrela.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma... faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia a todas e a todos. Também nós nos vamos abster e também nós achamos que este, sendo o maior investimento público que já foi feito na região, deve ser acompanhado, deve ser implementado e, como é óbvio, deve contar com a participação de todas as associações na sua implementação. Portanto, iremo-nos abster precisamente por isso, porque achamos que, na implementação, as associações devem contar. Ok?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção. Não havendo, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **Transparência no Programa de Revitalização** -----  
----- **do Parque Natural da Serra da Estrela** -----  
- Aprovada, por maioria, com vinte votos a favor, cinquenta e quatro abstenções e um voto contra. -----  
-----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Ora, muito bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente, permitam-me que cumprimente os presentes. O tema da própria emoção era transparência no programa de revitalização. O Partido Social Democrata, aqui representado nesta Assembleia é a favor da transparência. Mais ainda, sublinhou a senhora Deputada do Bloco de Esquerda, a necessidade de se envolverem os agentes locais, nomeadamente, e aqui juntamos esses agentes locais, a necessidade de participarem na discussão do programa que ainda não se conhece de forma aprofundada, os agricultores, os empresários agrícolas e do setor pecuário que se sentem profundamente afastados deste Plano da Serra da Estrela e que se sentem também muito lesados naquilo que são algumas das medidas que têm vindo a ouvir e que os preocupa sobremaneira na gestão dos solos e naquilo que pode ser o aproveitamento desses mesmos solos para a criação dos gados e para a agricultura. Portanto, nós votamos a favor e subscrevemos os valores da transparência e do envolvimento dos agentes do território. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.”

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Bom dia a todos. A todos cumprimento na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. Eu votei contra porque acho extemporâneo aprovar o que quer que seja que desconhecemos. E depois corremos sempre o risco de eternizarmos em discussões que projetam depois as soluções para dezenas de anos. Lembremo-nos de Alqueva, demorou cinquenta anos a ser resolvida. Lembremo-nos do aeroporto e de outras questões muito substantivas para o desenvolvimento do nosso território. Por isso o meu voto contra. Estarei disponível para discutir quando houver propostas em concreto sobre o que é que vai ser este programa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Ó senhora Deputada, eu reconheço a minha total incapacidade, às vezes, de incompreensão. A senhora Deputada...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Se me conseguir explicar porque é que não posso fazer declaração de voto, eu sento-me. Mas, pelos vistos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A senhora Deputada apresentou a sua moção, acho que está explicado. Vir agora explicar outra vez porque é que votou a favor de uma moção que apresentou, na minha modesta falta de inteligência, não entendo esta declaração de voto! Não entendo, sinceramente, não entendo. Não entendo.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Existe alguma coisa, ou seja, há um impedimento de fazer declaração de voto numa moção em que eu própria apresentei? Estou a perguntar. Se houver, obviamente, volto a dizer, se me conseguir explicar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu é que não consigo, na minha fraca inteligência, não consigo chegar lá. É isso, não consigo.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Ok, mas não está previsto. Então, vou só dizer, muito rapidamente, que o problema é exatamente não conhecermos as medidas. Como já foi referido aqui, a moção é pela transparência. Portanto, é necessário que o programa seja apresentado para podermos debatê-lo democraticamente e é importante que os agentes locais que estão lá diariamente a trabalhar pela região possam ser ouvidos, possam dar opiniões sobre como é que ele deve ser implementado. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Dava agora a palavra ao Partido Socialista para a apresentação da moção que entrou em primeiro lugar. Senhor Deputado... Nós temos respeitado a ordem de entrada. Não entendi. Tem uma moção pela distribuição gratuita. Na sequência do... faça favor. Está bem, compreende-se. Compreende-se. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Obrigado ao plenário. Antes de mais, dizer-vos que este trabalho foi feito em articulação com a CIM. A CIM representa a região. E este foi um trabalho feito de baixo para cima, portanto, tenho a certeza absoluta que os nossos autarcas, todos, da CIM, estarão envolvidos. Foi aprovado, no dia 8 de fevereiro, em Conselho de Ministros, o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela no valor de 155 milhões de euros. Este programa teve a sua origem na necessidade premente de dar resposta às catástrofes resultantes dos incêndios da Serra da Estrela que, como todos nós sabemos, devastaram não só uma área equivalente a

um quarto do Parque Natural da Serra mas, mais importante, causaram a destruição do tecido socioeconómico nesta região. Do programa, constam dezenas de medidas que visam aumentar a resiliência dos territórios e dinamizar a economia regional. As medidas que abrangem os municípios da CIM Beiras e Serra da Estrela foram construídas com o apoio de sessenta e oito entidades como universidades, institutos, municípios, associações e outras. Dessas medidas destacamos: a estrada verde, tão ansiada por todos nós; a recuperação de áreas ardidas; a requalificação de infraestruturas e equipamentos; o investimento na habitação e modernização dos serviços públicos; criação de plataforma digital “viver nas beiras e serra da estrela”; implementação de zona livre tecnológica para desenvolver produtos e serviços inovadores no setor da energia, agroalimentar e do turismo; criação do observatório das alterações climáticas e do centro de ciência viva de montanha; valorização de produtos endógenos e incentivos à pastorícia; reabilitação de praias fluviais e criação de rotas educativas e turísticas, para valorizar experiências de visita à Serra da Estrela; Museu de Cestaria de Gonçalo; Rede Criativa Cultural. Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se pelo facto do Governo, para além da resposta imediata, nomeadamente através da declaração de Estado de Calamidade, ter vindo consolidar a estratégia de defesa, recuperação e conservação da Serra da Estrela. Fê-lo em diálogo com as diversas entidades locais, projetando o futuro da serra, dos seus Municípios, dos que cá vivem e daqueles que cá se poderão fixar. Recomenda-se ao senhor Presidente da Câmara que defenda este programa e promova a sua rápida concretização junto do próximo governo. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava, então, esta recomendação à discussão. Por enquanto, ainda não tem votação. Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez a todos. Pois, amigo Borges, que se construa e que se faça depressa. E que se reconheça que o Presidente da nossa terra, que o pediu, que o solicitou, não fez declarações incendiárias. E que se reconheça que o ordenamento do território nesta zona, não pode ficar a cargo de uma entidade que, por exemplo, por quarenta e oito metros, não deixa alargar um Lar. Que fique essencialmente no âmbito dos poderes instituídos eleitos, Autarcas da zona, CIM’s e Governo, é quem deve ordenar o território português.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção de algum senhor Deputado ou Presidente de Junta, façam favor. Presumo que não. Deseja falar? Faça favor.” -----

- **Ana Mendes Godinho, Deputada (PS):** “Senhor Presidente, Senhores Deputados, a todos cumprimento, pedindo desculpa pela minha voz, mas faz parte dos momentos que vivemos. E também, nos momentos que vivemos, não quis deixar de estar aqui presente, apesar de estarmos numa fase crítica do ponto de vista também político. Uma fase também desafiante, mas não quis deixar de estar presente aqui também pelo respeito e pela consideração que todos me devem e também por vos querer passar uma mensagem. Naturalmente, sobre o tema e sobre a moção que acabou de ser apresentada, muito haveria a dizer, certamente. Mas, uma vez até que se nota algum desconhecimento, do ponto de vista do conteúdo deste plano, que é um plano essencial e estratégico, crítico para a nossa região, para o nosso distrito e, concretamente, aqui para o concelho da Guarda, mas confesso-vos que acho que este não é mesmo o dia para transformar esta Assembleia num momento eleitoralista ou de discussão. Por isso, não quero deixar de vos transmitir que essa também foi a minha opção hoje, não transformar esta Assembleia num palco de discussão eleitoral, nem de comício eleitoral. Eu penso que todos respeitam isso e compreendem e espero que os outros Deputados também assim o façam. Naturalmente, acho que vestimos sempre todos a camisola, mas sabemos respeitar os espaços e sabemos respeitar os cidadãos que nos elegeram para fazer deste um espaço de discussão de temas concretos ao serviço das pessoas. Mas, as pessoas, no momento que vivemos, temos mesmo que respeitar que, em consciência, cada um tome as suas decisões em função da memória e dos seus sentidos críticos, acreditando mesmo que este é um espaço de discussão, de elevação política e não do momento, nem transformar isto num comício eleitoral. Portanto, acho que este é também o respeito pelos cidadãos do distrito e do concelho da Guarda. Muito obrigada a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Com todo o respeito por todos, estamos numa sessão da Assembleia Municipal da Guarda. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu acabei de ficar baralhado. Fiquei muito baralhado, não entendi. E desculpe, senhora Deputada Ana Mendes Godinho, eu não entendi o que é que esta intervenção teve a ver com a apresentação feita pelo Deputado Miguel Borges. É um recado? É uma forma de nos condicionar? Mas é o senhor Presidente que tem que gerir os trabalhos, não sou eu. Eu só estou aqui a questionar, mas, pelos vistos, o senhor Presidente, no final, acabou por dizer que também estava baralhado, tão baralhado quanto eu. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Bem, eu aplaudi a senhora Deputada Ana Mendes Godinho, mas aplaudi porque achei que estive muito bem, apesar de estar completamente desfasada do ponto de discussão que nós estávamos, porque achamos que a elevação, aliás, é sempre bem-vinda esta casa, que não é minha, é nossa. Poucas vezes a vejo por aqui, ou acho que nunca a tinha visto, mas pronto. Mas é sempre bom tê-la por cá. O que lhe queria dizer é que nós estávamos a falar do Plano de Revitalização da Serra da Estrela. E o que é certo é que existe indignação de muitos dos representantes associativos, existe muita consternação por parte da sociedade civil que se envolve e que tem, por exemplo, propriedades no Parque Natural da Serra da Estrela e que não foram ouvidos e aos quais também não foi dada a devida atenção face àquilo que foram as suas preocupações em relação a este Plano. Portanto, a nós, Partido Social Democrata, é isso que nos preocupa. A questão da elevação e daquilo que é o uso desta casa para discutirmos assuntos de elevado interesse para o distrito, nós, senhora Deputada do Partido Socialista, temo-lo feito e havemos de o continuar a fazer com toda a dignidade, com toda a elevação que esta casa da democracia nos merece. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Passava, então, à Moção do Partido Socialista «Pela distribuição gratuita de produtos de Higiene Menstrual e promoção de campanhas de sensibilização nas Escolas Secundárias do Município». Senhor Deputado, permitia-me chamar à colação que o Partido Socialista tem esta moção, depois ainda tem uma outra moção e o tempo disponível são (...) três minutos e mais dois. Muito obrigado, faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Bom dia, senhor Presidente. Em si, cumprimentar todos os presentes, assim como aqueles que nos assistem através de casa. Estamos quase a chegar a dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. É a altura para comemorar todos os progressos e todas as conquistas, mas também é uma excelente oportunidade para debater, para discutir aqueles que ainda são os problemas do dia a dia das mulheres. E a verdade é que a saúde menstrual é um aspeto crucial no bem-estar das mulheres e que é, muitas vezes, negligenciado. Na população mais jovem, vemos que ainda há um grande estigma e, portanto, é importante combater este problema nas escolas, promovendo a saúde física, a saúde emocional e social, a redução dos tabus, a preparação para a puberdade, a melhoria do desempenho escolar, a igualdade de género e o empoderamento das jovens mulheres. Porque compreender e promover a saúde menstrual não é apenas uma questão de saúde e de bem-estar físico, é também uma questão de justiça social, igualdade de género e direitos humanos. Assim, o grupo municipal do Partido Socialista, vem propor à aprovação da Assembleia Municipal as seguintes propostas: 1) a distribuição gratuita dos produtos de higiene menstrual nas escolas secundárias públicas do município; 2) a dinamização de campanhas de sensibilização nas escolas realizadas por profissionais de saúde com formação adequada para a higiene menstrual e saúde feminina, de forma a combater o estigma e a desinformação sobre o tema. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se me permitem, creio que é uma questão de respeito por todos e por cada um de nós, quando um senhor Deputado está a usar da palavra, não haver este ruído permanente que há. É uma questão de respeito. Eu acho que temos que nos respeitar uns aos outros, senão não vale a pena estarmos aqui se não nos respeitarmos. Alguma senhora ou algum senhor Deputado deseja intervir sobre esta moção, faça favor, é agora a oportunidade. Há um problema na contagem do tempo no computador, o Partido Socialista ainda tem dois minutos para apresentar moções. As coisas são como são. Caiu o tempo. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta moção? Penso que não. Então, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **Pela distribuição gratuita de produtos de Higiene Menstrual** -----  
----- **e promoção de campanhas de sensibilização** -----

----- nas Escolas Secundárias do Município -----

- Aprovada, por maioria, com setenta e três votos a favor e um voto contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Rute Prata, Deputada (PG):** “Muito bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes e todos quantos nos assistem online. Enquanto mulher não poderia votar de outra forma que não fosse de concordância com o proposto pela bancada do PS. Todos somos poucos para lutar pela igualdade e pelo empoderamento das jovens mulheres. Ressalvo, no entanto, que estas ações de sensibilização já estão a ser postas em prática há alguns anos. E no que à distribuição gratuita de produtos de higiene menstrual diz respeito, as escolas detêm esses mesmos produtos, o que representa que nenhuma jovem ficará sem acesso aos mesmos, basta procurá-lo junto de uma funcionária. A bancada Pela Guarda votou a favor, aguardando que esta moção siga para a tutela e vejamos reforçado ou melhorado o que já está a ser feito. E deixar também aqui uma questão. Porquê só nas escolas públicas? Por que não nas privadas também, não é? Não se pergunta as idades às senhoras, mas eu tenho 35 anos e eu já usufruí destas ações de sensibilização. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.”

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Só quero clarificar que se estes produtos já estão a ser distribuídos e se as ações já estão a ser desenvolvidas, obviamente eu não iria apresentar esta moção sem falar anteriormente com alguns jovens. E eles desconhecem a distribuição destes produtos. Portanto, existindo e sendo do desconhecimento dos estudantes, é o mesmo que não existir. Portanto, acho que é importante este reforço. E também estou, sei que já foi votado, mas acho que, se for possível ainda, concordo em retirar a palavra públicas da moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas já foi votada tal como está. Portanto, parece-me não pode ser (...) Então, senhor Deputado, a redação ficaria «Pela distribuição gratuita de produtos de higiene menstrual nas escolas do Concelho. Portanto, ficaria escolas do Concelho. Pronto. Então, alguém se opõe a esta alteração? Então, a Mesa tomará a devida nota desta redação. A última moção do Partido Socialista é a Moção «Mário Soares, democracia e liberdade». Faça favor.” -----

- **Manuela Fernandes, Deputada (PS):** “Excelentíssimo senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Mário Soares, muito mais do que o pai da Democracia Portuguesa, como é tantas vezes chamado, foi um dos homens que nos ensinou a lutar pela liberdade, bem como qual o preço dessa luta. Mário Soares nunca saberia quando nem como a ditadura acabaria e se tal seria durante a sua vida. E, mesmo assim, lutou. Ficará para sempre ligado à História de Portugal. Homem livre e da liberdade, lutou pelo fim da ditadura do Estado Novo e ocupou todos os cargos mais relevantes da nossa vida política democrática depois do 25 de Abril de 1974. Na data da comemoração do 50º aniversário do 25 de Abril, a Guarda quer honrar a sua memória. Com esta homenagem, e em tempos em que sopram novamente ventos do passado, a Guarda quer reavivar a ideia de que a liberdade é a base da vida democrática do nosso país, a nossa maior conquista: liberdade de informação, liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de associação, liberdade de circulação, liberdade de escolha, liberdade religiosa. Enfim, liberdade. A Guarda quer uma praça com o nome de Mário Soares, num lugar digno que sirva de bandeira a tudo o que Mário Soares representa da liberdade conquistada no 25 de Abril de 1974. Assim, a Assembleia Municipal, reunida a 27 de fevereiro de 2024, aprova propor à Comissão de Toponímia e à Comissão para as Comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril, a atribuição, no próximo dia 25 de Abril, do nome de Mário Soares à praça até hoje chamada “Praça do Município”, traduzindo, assim, o reconhecimento pela sua ação em prol da liberdade e do pluralismo democrático.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Colocava a moção à discussão, se alguma senhora ou algum senhor Deputado desejar intervir, faça favor. Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Ora, bom dia a todos. Reconheço, sem dúvida, a contribuição significativa de Mário Soares na democracia portuguesa. No entanto, não concordo em renomear a Praça do Município. Praça que é de todos nós, independentemente da nossa ideologia política, religião, cor de pele, orientação sexual. Gostaria de apresentar uma perspetiva diferente. Primeiro, acredito que a nossa praça é um símbolo da nossa comunidade, deve representar a identidade coletiva e a história de todos nós. Embora Mário Soares tenha desempenhado um papel importante na

nossa história recente, a nossa comunidade é formada por muitas outras histórias, pessoas anónimas que também merecem ser lembradas. Em segundo lugar, a proposta de renomear a praça no 50º aniversário do 25 de Abril, pode ser vista como uma tentativa de politizar um dia que é importante para todos os portugueses, independentemente das suas filiações políticas. O 25 de Abril é um dia para lembrar a luta pela liberdade e democracia. Deve ser um dia de todos e para todos. Um dia do povo. Em terceiro, o nome Praça do Município não é por acaso, tem origem na presença da sede do Município, ou seja, órgão administrativo da nossa cidade. O nome município vem do latim, *municipium*, que significa cidade livre. E já que se fala em 25 de Abril, penso que não é necessário dizer mais. Em resumo, embora respeitemos e honremos a memória de Mário Soares, acreditem que existem maneiras mais inclusivas e menos divisíveis para homenagear a sua memória. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja intervir. Miguel, faça o favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Relembrar apenas que já foi aprovado, não nesta Assembleia, mas em Assembleias anteriores, que existisse uma praça na Guarda com o nome Mário Soares.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, não havendo mais nenhuma intervenção, colocaria, então, a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Mário Soares - Democracia e Liberdade** -----

- Rejeitada, por maioria, com cinquenta e seis votos contra, uma abstenção e doze votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Passávamos, agora, às moções do... Declaração de voto? Peço desculpa.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, mais uma vez. E adotando o ensinamento do meu amigo Nobre, votei contra porquê? Votei contra a moção, mas votando a favor do espírito de Mário Soares, porquê? Porque lhe devo um dos livros que é objeto de culto numa das primeiras edições da minha biblioteca «Portugal Amordaçado». Porque tenho para com ele uma dívida pela liberdade, pelo pluralismo e,

já agora, importante nos dias de hoje, a luta contra o comunismo. Terceiro, porque lhe devo a elegância do pluralismo de, para salvar Portugal, dar a mão ao CDS ou pedir a mão dos CDS. Veja-se como se quiser. Porque me proporcionou uma das campanhas eleitorais mais bonitas do país e mais renhida. Eu, de um lado, com o emblema «Soares é fixe», a minha mulher, do outro, com «Para a frente Portugal». Efetivamente, foi um dos momentos mais bonitos da minha vida e eu penso que de Portugal também. Cinco, porque tenho a certeza que ele, Mário Soares, ele, Mário Soares, que era um homem abrangente, que metia tudo no seu regaço, de certeza que não gostava...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, é uma declaração de voto.”

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Sim, eu vou já acabar, é o último. Não gostaria de se ver instrumentalizado nesta pequena luta. Nesta pequena luta, sim. Porque se eles disserem Soares Carneiro, porque não o nome de uma Praça Soares Carneiro? E última conclusão. Porque, ontem, um socialista, meu amigo e velho do Partido Socialista desta Guarda, me disse: “não mexam nisso, deixem a praça com o nome que tem.” Praça do Município.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Creio que havia declaração de voto. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Por uma questão de economia de tempo, permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes. O grupo municipal do PSD vota contra porque consideramos que, efetivamente, Mário Soares foi um dos pais da democracia portuguesa. Não foi o pai, senhora Deputada. Foi um dos pais, tal como foi Francisco Sá Carneiro, tal como foi Freitas do Amaral e até Álvaro Cunhal à sua medida. Depois, por outro lado, consideramos, como disse o senhor Deputado do PG, e muito bem, a Praça do Município é um local identitário de todos os guardenses, transversais a todas as sensibilidades políticas ou de outra ordem. E, portanto, não podemos permitir que o PS faça esse assalto toponímico a uma praça que é de todos e que instale uma bandeira socialista no seu centro, reclamando-a como sua. Isso chama-se apropriação indevida. Contudo, reconhecemos o valor e o mérito de Mário Soares e não colocamos nenhum obstáculo

a que seja atribuído o nome a outra praça, a uma rua, a uma avenida, o que quer que seja. Mas nunca e jamais à Praça do Município. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bom dia a todos. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e aqueles que nos estão a ouvir lá em casa. E dizer que corroboro com o que aqui foi dito na globalidade e o que disse agora o meu colega bancada também. Porque não está em causa a figura do Doutor Mário Soares, de maneira nenhuma. Todos reconhecemos o seu valor político, a sua capacidade de intervenção, tanto na clandestinidade, como depois do 25 de Abril. E bastava aquele momento da fonte luminosa para reconhecermos efetivamente o seu mérito e a sua capacidade de intervenção e porque, caso contrário, não sei o que é que teria sido do país naquela altura. E bastava esse episódio, como disse, e tudo o resto que ele fez pela democracia portuguesa. Está em causa, sim, o lugar. E, a meu ver, Praça do Município deve ser Praça do Município. Praça de todos, como aqui também foi dito. E, naturalmente, que poderiam, enfim, podem escolher um outro local. Não tem que ser uma praça, pode ser uma rua, pode ser uma avenida, como outros também terão o mesmo direito. Já foi falado aqui o nome de Francisco Sá Carneiro e outros, naturalmente. Portanto, não vemos qualquer tipo de problema. É só, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “O Bloco de Esquerda absteve-se. Apesar de, obviamente, vermos valor na personalidade, isto nunca poderia ser uma proposta para a Praça do Município, a nosso ver. Não consideramos que Mário Soares seja o representante do socialismo ou da democracia e achamos que valia mais termos reforçado aqui a realização da Praça 25 de Abril, que já ouvimos falar dela tantas vezes e ainda não a vimos. Portanto, seria, se calhar, melhor avançarmos para esta praça.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Já agora, deixo um repto aos senhores Deputados. É que equacionem qual é a Rua José Afonso, nesta terra, cantor da liberdade. Garanto-vos que, naquela rua, nunca foi entregue qualquer correspondência. Espicaço-vos a vossa imaginação. Passava, agora, às moções

do PG. «Pela reabertura e funcionamento regular de todas as extensões de saúde do concelho». Quem intervém? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **António Simões, Presidente da União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida**

**(PG):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, eu, perante a informação que nos foi transmitida há bocado, se calhar, só iria lembrar exatamente aquilo que se passou na Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2023, porque não confio minimamente na Administração da ULS. E isto por experiência própria porque já tive várias reuniões com eles. Prometem tudo, mas não dão nada. Por isso, se não se importam, vou só ler essa parte. «Na Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2023, aprovou-se uma Moção que descrevia constrangimentos de funcionamento em várias extensões de Cuidados de Saúde Primários no nosso território rural e salientava a dupla penalização que os cidadãos aí residentes sofrem no acesso aos cuidados de Saúde. As dificuldades permanecem com extensões encerradas, outras a funcionar de forma irregular, outras com resposta insuficiente face à procura e ainda outras sem enfermagem ou serviço administrativo.» Que é o meu caso, ou o caso da minha Freguesia que apenas não tem um administrativo e não reabre por isso. «Estes Polos de Saúde são instrumentos fundamentais para a promoção e manutenção da Saúde de munícipes com maior dificuldade de acesso aos cuidados de saúde e são os Presidentes de Junta, autarcas de proximidade, que têm de explicar e justificar o não funcionamento dos mesmos, apesar de não ser uma atribuição direta sua. Essa mesma Moção de dezembro de 2023 questionava o Conselho de Administração da ULS da Guarda relativamente à data prevista para reatar o funcionamento das extensões rurais de Cuidados de Saúde Primários atualmente encerradas e como pretendia garantir o regular funcionamento das que se encontravam abertas. Passados mais de dois meses, esta Assembleia continua sem resposta...» pelos vistos veio ontem, mas eu ainda a desconheço. «Como tal, vem a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 27 de fevereiro de 2024, exigir à ULS da Guarda que garanta o funcionamento regular e sem limitações de todas as extensões de saúde no território do Município da Guarda. Guarda, 27 de fevereiro de 2024.» Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava esta moção à discussão do plenário, se alguma senhora Deputada ou algum senhor

desejar intervir, faça favor. Não havendo, colocava, então, a moção à votação. Senhores Deputados, nós não estamos aqui ainda há duas horas. Renovo os pedidos. Será que não conseguimos estar aqui das 10h00 à 13h00 sem sairmos da sala? E, sobretudo, na altura das votações... Senhor Deputado, tem mesmo que sair? Vou colocar a moção à votação.”

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **Pela reabertura e funcionamento regular** -----  
----- **de todas as extensões de saúde do concelho** -----  
- Aprovada, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e os que nos acompanham à distância. votámos favoravelmente esta moção, porque, obviamente, qualquer moção que traga e que peça melhorias na área da saúde, para o nosso concelho, contará sempre com nosso apoio. Todavia, não podemos deixar de sublinhar algumas imprecisões no texto apresentado. Há que dizer que no concelho da Guarda, todos os cidadãos têm um médico e um enfermeiro de família atribuído. Tem havido, de facto, algumas questões relacionadas com algumas extensões de saúde que não têm tido condições de funcionamento, algumas já foram resolvidas e outras, tanto quanto sabemos, mantêm-se, como é o caso da freguesia do proponente e que, de facto, é um problema que tem que ser rapidamente resolvido e pelo qual também pugnamos pela respetiva resolução. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto.” -----

- **António Simões, Presidente da União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida (PG):** “Ó senhor Deputado, não é preciso ir longe. Eu não tenho nem enfermeiro nem médico. Ok? Portanto, eu não vim aqui com imprecisão nenhuma. Eu estou a falar pessoalmente. Eu. Ok?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “De seguida, é a Recomendação do grupo PG «Pelo troço ibérico do corredor Atlântico». Faça favor, senhor Deputado, tem a palavra.”

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Cumprimento todos os presentes e os que nos seguem. Já foi aqui lançado o repto para se falar de coisas concretas e isto é uma coisa muito concreta e fundamental para a nossa região. O que nós queremos aqui destacar é a nossa preocupação com o estado da linha da Beira Alta, cronicamente adiada, e a absoluta necessidade de haver uma linha de alta velocidade de ligação à Europa - Aveiro, Viseu, Guarda e Salamanca e depois para a Europa, que passe imperiosamente pela Guarda e que seja concretizada. Eu sou dos mais novos aqui, mas que também consiga vê-la. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Penso que não. Passava ao Voto de Protesto, também apresentado pelo PG «Pelo fim da procrastinação do Hotel Turismo da Guarda». Faça favor.” -----

- **José Quelhas Gaspar, Deputado (PG):** “Muito bom dia. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes e quem nos vê pelas redes. Ora bem, Voto de Protesto pelo fim da procrastinação do Hotel Turismo da Guarda. “Após 75 anos, o Hotel Turismo da Guarda entra na rede das Pousadas de Portugal”, este foi o título que, em janeiro de 2023, acordou as gentes da Guarda, após a assinatura de um memorando de entendimento que, com pompa e circunstância, anunciava, mais uma vez, um novo destino para este edifício emblemático da cidade. O destino deste ex-libris da cidade, tem sido alvo de interesse mediático de forma eleitoralista, ao longo dos tempos, desde o momento do seu encerramento em 2010. Ora vejamos. Em 2011, foi adquirido pelo Turismo de Portugal à Camara Municipal da Guarda, para ser convertido em Hotel de Charme. Algo que nunca aconteceu, tendo sido abandonado em 2012. Em 2015, foi realizada, pela Direção Geral do Tesouro, hasta pública que ficou deserta. 2017 foi o ano de integração do imóvel no programa REVIVE. Aqui, a história repete-se. Mais uma cerimónia, mais um memorando assinado, que contou com a presença da, à data, Secretária de Estado do Turismo, e hoje aqui presente, Ana Mendes Godinho, e que afirmou, e passo a citar - “Finalmente, um problema resolvido, depois de anos que não se conseguia desembrulhar, pelos vistos, afinal conseguiu resolver-se”. Segue-se um contrato, em 2018, de concessão para recuperação e exploração deste imóvel. Outro que não avançou. A este facto, a tutela, na pessoa da principal responsável pelo

processo, já disse - “Estamos a acompanhar o processo e o projeto do Hotel Turismo da Guarda vai continuar.” Meses mais tarde, foi tentada a cedência da posição contratual à Greenfield SGPS, com um projeto que anunciava uma unidade vocacionada para o turismo de saúde. Neste caso, no segmento de luxo, com cem camas. Cinquenta destinadas a turismo e as restantes destinadas a residência sénior. Este também nunca chegou a concretizar-se. Em 2021, ainda no âmbito do programa REVIVE, foi aberto novo concurso público que voltou a ficar deserto. Chegados a 2022, foi determinada, por despacho, a desafetação do imóvel do bendito programa REVIVE. Voltemos, então, ao início da redação deste voto, que não é mais do que um alerta obstinado daqueles que, tendo sido eleitos por um movimento independente, em representação nesta casa, a casa da democracia, de todos quantos nos elegeram, pretendem, com este, chamar à colação os partidos políticos que brevemente irão a votos. Vimos, em 2023, nova promessa. Mais um memorando, desta feita sendo apresentada à Guarda com tal vigor que provocou um *déjà vu*, que diz respeito à sensação subjetiva, mas intensa, de já se ter presenciado ou vivenciado algo idêntico. Tendo sido entregue à Enatur - Empresa Nacional de Turismo, entidade concessionária das Pousadas de Portugal, e que é detida em 51% pelo Turismo de Portugal. Ora, considerando o reconhecido prestígio da marca “Pestana Pousadas”, e muito à custa da evidente persistência beirã, a Guarda foi alimentando a expectativa de que este ato não seria mais uma indicação cénica de uma peça de teatro interminável. Até ao dia que, em janeiro de 2024, a Guarda acorda com a notícia de que havia sido entregue o projeto do Hotel Turismo da Guarda para apreciação pela Câmara da Guarda, e que, agora, anunciou a senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, ficaríamos a aguardar luz verde do Município da Guarda, para posterior entrega dos projetos de especialidades. Desta feita, torna-se difícil enquadrar regulamentarmente, no que a procedimentos urbanísticos diz respeito, a entrega de uma memória descritiva a que se chama de Projeto, e um ano depois. Este lembrete de dívida assumida não significa um hábito, mas uma tentativa de evitar a falta, tantas vezes repetida, às promessas de repartição de vantagens pelos territórios do interior. Esperamos, com este voto, que a anunciada reabertura do Hotel Turismo da Guarda não seja apenas uma miragem num horizonte que se esvai na sucessiva repetição de linhas que o caminho vai mostrando ou a realização efémera da festa que encontra, na tristeza, a sua própria antítese. Com isto, o grupo municipal do

PG propõe a esta Assembleia Municipal que delibere: Manifestar a sua preocupação pelo não cumprimento do próximo passo anunciado por António Costa e Silva, Ministro da Economia e do Mar, em janeiro de 2023, que passaria por reuniões técnicas, envolvendo as diversas entidades neste processo, incluindo a Autarquia; 2 - Que a ENATUR esclareça, de forma cabal, esta Assembleia, emitindo ponto de situação da execução dos projetos, bem como calendarização, e que estes sejam enviados o mais breve possível a todos os membros desta Assembleia. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, e ao Grupo do PG, na sequência daquele parecer da CCDR, se me permite, e se o plenário permite, que em vez da palavra delibere, seja aprove, porque não pode haver deliberações no período antes da ordem do dia. Está correto? Então, a proposta é, em vez de delibere, aprove. Muito obrigado. Colocava esta moção, este voto de protesto à discussão. Se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado desejar intervir, faça favor, é agora o momento. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, ó senhor Deputado, é assim, existiram aí alguns lapsos na cronologia. É assim, realmente, em 2010, foi encerrado. Em 2011 foi adquirido pelo Turismo de Portugal para ser transformado em Hotel de charme. Em 21/06/2011, toma posse Pedro Passos Coelho. E diz bem o senhor Deputado que o projeto foi abandonado, em 2012 com Pedro Passos Coelho. Em 2013, Álvaro Amaro ganha a Câmara da Guarda e promete devolver o Hotel à cidade, sendo um dos símbolos de campanha, onde até pintaram a fachada de branco. De 2013 a 2015 nada foi feito. Governo de Passos Coelho, governo de Álvaro Amaro na Guarda. Ainda nos lembramos de ouvir o Doutor Álvaro Amaro a dizer, num comício com Pedro Passos Coelho: “Não pague! Não pague!” Ainda nos lembramos de ouvir Cecília Meireles, Secretária de Estado do Turismo, a dizer que não fazia sentido investir, nesta região, na formação.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “E, a seguir, desde 2017, com o Governo do PS...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já esgotou o tempo.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “... tentámos em 2017, tentámos em 2018, tentámos em 2019. E com o programa REVIVE inúmeros edifícios foram reabilitados: Vila Galé, em Elvas; Convento de Santa Clara; Mosteiro de Arouca; Vila Galé Alter Real. 2020 e 2021, o turismo parou devido à pandemia. Mas, a partir de 2022, retomámos a labuta e...” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, agradeço que deixem falar o senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Vou acabar. E sim, em 2023 concretizámos. E Sérgio Costa, em janeiro do ano passado, salientava o trabalho que tinha sido desenvolvido entre a tutela e a autarquia. Sérgio Costa acreditava e tenho a certeza que continua a acreditar que é desta que o Hotel Turismo vai ser reabilitado. Nós, como é óbvio, votaremos contra pela introdução que fizeram na vossa proposta.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Já lhe dou a palavra. O senhor Deputado tinha pedido primeira palavra. Já lhe dou palavra, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Ora bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal sintam-se todos cumprimentados. Senhor Deputado Miguel Borges, eu fui um dos jovens que, em 2013, com uma escada, subimos e pintámos uma das fachadas do Hotel Turismo. Um ato simbólico de que queríamos todos, não só os jovens, mas toda a Guarda, ver este Hotel aberto. Como o senhor Deputado disse, o Governo de Passos Coelho esteve no poder, durante esse tempo, três anos. Vocês estão há nove anos e ainda não fizeram nada. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem também o tempo muito limitado. Faço apelo ao seu poder de síntese.” -----

- **José Quelhas Gaspar, Deputado (PG):** “Será rápido. Ó senhor Deputado, como compreende, não vou entrar na discussão política, até porque o PG não é candidato a estas eleições, como sabe. Aqui, a preocupação do Movimento Pela Guarda é só uma, é garantir o cumprimento das propostas efetivas que os senhores e os outros partidos eventualmente façam à Guarda. O *déjà vu* que falávamos há bocado, senhor Deputado, prende-se... e, já agora, que me obriga a responder-lhe, não é? Pelo facto de, em momento eleitoral, e já agora parabeno a presença aqui da senhora Deputada Ana

Mendes Godinho, que é com certeza uma mera casualidade do momento, aquilo que se passa é o seguinte, temos alguma dificuldade em acreditar quando, consecutivamente, ... e eu não ponho em causa o que o senhor acabou de dizer, ok? Até porque ele continua por abrir e a responsabilidade é, com certeza, partilhada. No entanto, nos últimos anos, não é relativamente a esse período que o senhor falou que diz respeito, mas sim, e a nossa preocupação, e para terminar, senhor Presidente, é que, se bem se recorda, no fim de 2021, os senhores fizeram bandeira política de uma dita Secretaria de Estado que existia na Guarda. Quando, em simultâneo, corriam candidaturas, ou melhor, aparentes candidaturas para integrar os elementos da mesma Secretaria que depois, afinal, veio a fechar. É só isso que nós queremos garantir que não vai acontecer na Guarda, meu caro, outra vez. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Serei muito breve. Só queria acrescentar à cronologia do senhor Deputado Miguel Borges: Reabrir o Hotel Turismo da Guarda. Temos uma memória descritiva, parece-nos que não é uma reabertura.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Nós concordamos com este Voto de Protesto. Só queria reforçar que este momento parece-me um bocadinho como foi com as residências do IPG. Ou seja, o PS está a favor, que é o atual Governo. PG também concorda que é a maioria da Autarquia. Então, se estamos todos de acordo, o Hotel Turismo é essencial na Guarda, porque não chegar a um consenso? E era só isso que eu queria referir. Porque isto acontece diversas vezes na Assembleia, que é uma passagem de responsabilidade entre vários partidos que já passaram aqui e que obviamente poderiam ter feito mais. Portanto, vamos criar algum consenso e reforço que é necessário, então, que o Governo e a Autarquia se reúnam e avancem com a questão, porque esta passagem de responsabilidade serve de muito pouco à população da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Eu, como sempre, vou ser muito breve. E, já agora, deixem-me exercer um momento político, que não é o meu tema, para recordar o que acabou de ser recordado. Passos Coelho, para mim, foi o melhor Primeiro-Ministro pós 25 de Abril. Foi ele que conseguiu que me pagassem o salário de Funcionário Público, porque determinado Governo, toda a gente conhece, deixou este país na bancarrota. Isto é uma realidade. Eu considero-me insuspeito, porque votei socialista, apoiei o socialismo durante trinta anos. Ao fim de trinta anos fiquei convencido que ou acabamos com o socialismo ou o socialismo acaba connosco. Dizendo isto, acabando de dizer isto, é pá, isto são palavras rudes, podem ser e se calhar vão de encontro à percepção que a senhora Deputada Ana Mendes Godinho, que nós aqui somos um bocado... portanto, se calhar, a minha inteligência média, eu não percebi muito bem a intervenção dela, portanto, eu, não refletindo sobre isso, não é isso que me interessa dizer agora aqui. Aquilo que eu queria acrescentar e agora vamos ao tema em si, em concreto, que é o seguinte. Foi publicado, há uns dias, que a Covilhã era o segundo Município do Interior, de todo Interior, de centenas, se calhar mais de cem Municípios com mais dormidas no Interior. A seguir foi Viseu. A Guarda não conta no ranking. Os números, para mim, definem muita coisa e são decisivos. É preciso refletirmos sobre os números. Se a Guarda tivesse procura, se a Guarda efetivamente fosse mobilizadora, o Hotel Turismo estaria reconstruído. Pensem sobre isso. A Guarda, neste momento, continua a ser atrativa, algo diferente temos que fazer. E a questão é pura e simplesmente essa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Penso que não. colocava, então, o Voto de Protesto à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Protesto** -----  
----- **Pelo fim da procrastinação do Hotel Turismo da Guarda** -----  
- Aprovado, por maioria, com sessenta votos a favor e catorze votos contra. -----  
-----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto, senhor Deputado? Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Ora bem. Votámos, naturalmente, a favor. Parece óbvio e acho que todos deveríamos ter votado a favor, porque se trata de

um equipamento da maior importância para a cidade da Guarda, para o concelho, pela sua centralidade, pelo seu valor histórico, pela sua utilidade e parece que andamos a brincar à política e, portanto, este assunto não devia ser politizado. Este assunto é muito sério e eu continuo a acreditar no projeto. Nós continuamos a acreditar no projeto, mas o tempo vai passando e, portanto, acho que devemos levar isto a bom porto e eu estou em crer que o próximo Governo ajudará também nesse sentido. E, portanto, eu gostaria de ver mais ambição e egos a menos. Ou seja, ambição a mais e egos a menos. Era isso que era mais importante aqui neste projeto. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, declaração de voto? Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Executivo, população que nos ouve. Votei a favor da moção porque a novela era longa na versão do Deputado Quelhas. O Deputado Miguel Borges acrescentou à novela mais uns capítulos e ficou um romance. E ainda veio a Deputada Dulcineia, na pele de... com a cabeça já em Lisboa, a pôr mais um capítulo no romance. Por isso, porque o romance é longo e porque eu gosto de uma das coisas fundamentais da Guarda que é o Hotel Turismo, e já tenho 62 anos, por favor, que o próximo Governo o construa, o requalifique, faça alguma coisa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Por este andar, ficamos a saber a idade de quase todos os senhores Deputados, hoje. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Acho que todos... nós votámos contra e eu expliquei o sentido do nosso voto. E, como é óbvio, se não fosse um voto de repúdio, se fosse uma moção e se os dois pontos lá constassem, apenas os dois pontos, nós teríamos votado a favor. Não poderíamos votar com aquela introdução. O que nos move, o que move ao Partido Socialista é a reabertura do Hotel Turismo da Guarda. Provámos isso nos últimos anos. Agora, *déjà vu* é a incapacidade de três Autarcas que nós tivemos até agora de arranjam investidores. A verdade é essa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passávamos às moções, são duas moções do Partido Social Democrata... Eu já vou colocar, dê-me só um momento, senhor Deputado. Relativamente à segunda moção, há a Moção «Pela Cestaria Fina de Gonçalo», depois

há uma Moção que recomenda ao Executivo que ponha em prática um «Plano de Ação Municipal para a Promoção do Livro e da Leitura». A Mesa deliberou colocar o seguinte problema à consideração e deliberação do plenário. Eu ontem li um acórdão da Relação em que, por 4 segundos, alguém perdeu uma ação de um valor elevado. Não entrou à meia-noite, entrou às 00:00:04. Quem lida com o direito sabe que isto à meia-noite é à meia-noite e o prazo é perentório e acabou. Esta segunda moção de recomendação ao Executivo, entrou na plataforma às 00:00:33. Cabe referir que a Mesa enviou as convocatórias, por carta registada, na terça-feira. Há deputados que recebem na quarta e há deputados que recebem na quinta. Tivemos o cuidado de abrir a plataforma na quinta-feira. Houve a tarde de quinta, sexta, sábado e domingo. Entrou às 00:00:33, a Mesa não aceita. Está fora do prazo, está fora do prazo. Já aconteceu com o Partido Socialista. Já aconteceu agora com o PG que não conseguiu introduzir, enviou um e-mail fora do prazo, não foi aceite. Portanto, a Mesa, como está fora do prazo, não aceita. É óbvio que a Mesa se sujeita à deliberação do plenário, como é democrático. Se o plenário entender que é de aceitar, a Mesa respeita. Por deliberação da Mesa, está fora do prazo. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu, em princípio, não teria nada contra que as moções fossem apresentadas, fossem lidas, fossem tudo. Agora, nós sabemos aquilo que aconteceu na última Assembleia. E, portanto, na última Assembleia, aquilo que aconteceu foi que o Partido Socialista quis intervir, e realmente fora do prazo, e lhe foi dito que não poderia. E, portanto, é a igualdade de direitos para todos, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É a posição da Mesa. Deseja intervir? Faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Na realidade, eu aceito a decisão da Mesa, obviamente. As moções são da minha autoria e comecei a tentar colocá-las à meia-noite menos vinte e só consegui colocá-las em cima da meia-noite. Inclusivamente, se verificarem, há repetidas. Três vezes que foi tentada colocar a moção. O meu iPad, que tem algum problema com a vossa plataforma, indicou-me que as moções não estavam colocadas. Daí terem sido colocadas três vezes. Mas não tem qualquer problema. Estas

moções têm tempo de vir aqui a esta Assembleia, eu não quero criar qualquer embaraço à Mesa e têm tempo de vir à Assembleia na próxima sessão. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Então, daria a palavra ao Partido Social Democrata para a moção da Cestaria Fina de Gonçalo. Não sei quem apresenta a moção, faça favor. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Helena Barroso, Deputada (PSD):** “Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e todos sintam-se cumprimentados pela mesma via. Eu penso que nós, hoje, logo no início da reunião, tivemos aqui dois Votos de Pesar que também não estavam previstos. Ok? Portanto, tem de haver o mesmo critério para todas as situações. Pronto, e agora tem de ser posto à votação também, obviamente, parece-me. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, creio que a Mesa foi clara. A Mesa dizia que por si não podia aceitar. Mas, se o plenário entendesse, que aceitaria. Regimentalmente, o PSD tem uma figura que não usou, mas que podia ter usado. Que era recorrer da deliberação da Mesa de não aceitar a moção e recorrer para o plenário. Não o fez. Findou. Cestaria Fina de Gonçalo, quem apresenta a moção, senhor Deputado? Faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Não posso começar pela do livro? Pode ser pela do livro, senhor Presidente?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A do livro é a que foi retirada.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “A do livro é que foi retirada? Então é a Cestaria de Gonçalo. Ok. Então, deixe-me aqui ver onde é que eu a tenho. Temos tempo para eu procurar, o tempo pode estar a contar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não está a contar.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Mas temos tempo. Na verdade, estava preparado para ler... O melhor é abrir aqui mesmo na plataforma, que é mais direto. Então, a Moção que o grupo do PSD vai apresentar é pela...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, se não encontrar, eu...” ----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Não, já encontrei. Tenho aqui, obrigado. Pela inscrição da Cestaria Fina de Gonçalo, das Campainhas de Bronze de Maçainhas e da Tecelagem do Cobertor de Papa de Maçainhas no Inventário Nacional do Património Cultural, tendo em vista um futuro pedido de Salvaguarda Urgente à UNESCO. Eu penso que todos tiveram oportunidade de ler a moção e eu acho que é assim que deve ser apresentado. aquilo que nós pretendemos é criar, inventariar o património cultural imaterial, realizando-o com recurso a uma base de dados em linha de acesso público, universal e gratuito, o “MatrizPCI”, um sistema de informação pioneiro a nível internacional, que suporta e promove a realização do procedimento de proteção legal do património, de forma integralmente desmaterializada, com recurso exclusivo às tecnologias da informação. Este é um processo ao alcance de quaisquer outras entidades e cidadãos, mas entendemos que compete mormente ao Município da Guarda, cujos membros são eleitos democraticamente pela população, zelar pelo património histórico e ancestral da nossa terra. Este património que nos orgulha e que é de todos. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 22 de dezembro de 2023, aprova: A necessidade premente de encetar um processo de inscrição da Cestaria Fina de Gonçalo, das Campainhas de Bronze de Maçainhas e da Tecelagem do Cobertor de Papa de Maçainhas no Inventário Nacional do Património Cultural, tendo em vista um futuro pedido de Salvaguarda Urgente à UNESCO. Aqui esta moção também tinha um erro que já pedimos correção, que era a data que estava na moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É para corrigir a data que, obviamente, é a data de hoje. Muito obrigado. Em vez de 22 de dezembro, é a data de hoje. Se alguma senhora ou algum senhor Deputado desejar intervir, tem agora a palavra. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luís Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (Independente):** “Muito bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento toda a gente. Associo-me à proposta do PSD, é uma boa proposta. No entanto, acho que o Município da Guarda é muito mais rico do que isso e o Magusto da Velha também se enquadra perfeitamente neste inventário. Nós, em Aldeia Viçosa, já temos trabalhado para ter o Magusto da Velha classificado e integrado no inventário. No entanto, acho que a proposta é boa. O Município devia também colaborar com estas e com outro tipo de

património cultural imaterial. Proposta é boa, acho que é limitadora só aos três. O Magusto da Velha e outros mais deviam também ser integrados nessa proposta. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma senhora... senhor Deputado, deseja intervir? Faça favor.” -----

- **António Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo (PS):** “Bom dia, senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, público em casa. Eu queria agradecer ao senhor Deputado o facto de ter trazido este assunto a debate e esta moção. Eu agradeço, do fundo do coração, o facto de o ter feito aqui e apoio-o, veemente, nesta situação. Isto é uma situação que eu tenho vindo, junto do Executivo, a insistir de que é necessário fazer um registo mecanográfico daquilo que são... eu falo da Cestaria e, falando da Cestaria, estou a falar praticamente de tudo o que é os produtos endógenos da região e toda esta arte e este saber de anos. Há muito tempo que eu ando a tentar fazer ver ao Município de que é necessário fazer um registo mecanográfico de tudo o que são as tradições, as formas de o fazer, porque nós, a cada dia que passa, estamos a perder o know-how de uma cestaria fina que sempre fez valer um bocadinho o município e o concelho. Deixar também nota apenas do seguinte. Eu, em termos de Junta, nós temos feito não só o registo da marca da Cestaria de Gonçalo para alavancarmos um bocadinho desta nossa imagem, do nosso enraizamento ao concelho, temos feito diversas atividades, inclusivamente no tempo do anterior Executivo, fomos inclusivamente convidados, e bem, a fazer parte de uma divulgação da cestaria a nível mundial e isso também há que valorizar. Mas temos que ser mais concisos nisto e esta moção vem mesmo vincar um bocadinho aquilo que é necessário, que é preservarmos e garantirmos que há uma preservação dos nossos produtos endógenos, do nosso know-how, do nosso saber fazer que se está a perder a cada dia que passa. É uma coisa que eu tenho andado a fazer ver há muitos anos aos Executivos. E, inclusivamente, entristece-me quando se fala em Cestaria de Gonçalo e vejo que a própria Junta de Freguesia e os próprios Cesteiros, a maior parte das vezes não são envolvidos nos processos que são decididos no Município. Eu acho que isso é muito mau. Acho que não é o caminho certo que nós deveremos ter sempre para atingir um objetivo. Todos devemos estar envolvidos, é o recado que deixo, que se envolvam todas

as entidades para que façamos um trabalho digno, não só na cestaria, como também nas facas de Verdugal e nos produtos endógenos que nós temos na nossa região. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir. Não parecendo, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **Pela inscrição da Cestaria Fina de Gonçalo** -----  
----- **das Campainhas de Bronze de Maçainhas** -----  
----- **e da Tecelagem do Cobertor de Papa de Maçainhas** -----  
----- **no Inventário Nacional do Património Cultural** -----  
----- **tendo em vista um futuro pedido de Salvaguarda Urgente à UNESCO** -----  
- Aprovada, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----  
-----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, mais uma vez. Só para agradecer a quem pôs, neste dia 27, em cima da mesa, os produtos específicos da nossa zona. E porque nos estamos a aproximar da hora do almoço, eu penso que o caldo de grão também devia entrar, a morcela, e tudo o que é específico da nossa terra, que são muitas coisas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhores Deputados. O PSD ainda tem tempo disponível e o senhor Deputado Miguel Bandarra.... Peço desculpa. É declaração de voto, não é? É declaração de voto. Peço desculpa. Peço-lhe mesmo desculpa, que me esqueci.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como é óbvio, votámos favoravelmente, porque já trouxemos várias moções a esta Câmara relativamente à valorização dos produtos endógenos e também relativamente àquilo que são as nossas tradições. Dizer-vos, também, ou salientar novamente, que no Plano de Revitalização da Serra da Estrela, e o senhor Presidente da Câmara da Guarda sabe perfeitamente, está contemplado o Museu de Cestaria de Gonçalo, mas também a rede cultural recreativa e valorização de produtos endógenos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, é uma semi-declaração de voto. No fundo, é congratular-me por ter sido aprovada a moção e agradecer as palavras que aqui tivemos. E dizer que, na verdade, é retomar algo que já estava. As sugestões que aqui ficaram, aliás, levam a fazer uma outra proposta que é retomar o que já estava a ser feito, em curso, com o projeto da Carta da Paisagem, no fundo, que era o mapeamento do património cultural. No fundo, é dar continuidade ao que estava a ser feito para podermos também candidatar-mos a outras áreas de interesse, inclusivamente as morcelas. E, já agora, tenho 65 anos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Ora, muito bom dia a todos, mais uma vez. Não estava no período de antes da ordem do dia, mas agradecer à Mesa por mo permitir. Mas acho que devemos fazer aqui uma homenagem à Beatriz Fonseca, que foi, pela primeira vez, internacional pela Seleção A de Futebol Feminino. A Beatriz é guardense, é nossa colega, jogou no Guarda 2000, na Guarda Desportiva, na Guarda Unida e hoje, depois de se destacar no futebol nacional, está no Sporting de Braga e é jogadora da seleção principal. O grupo municipal do PSD e a JSD têm grande orgulho no sucesso dos jovens conterrâneos e de todos os jovens guardenses espalhados pelo país e pelo mundo. A Beatriz é um exemplo de bravura e de coragem que nos inspira. Obrigado.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não há mais inscrições de nenhum senhor Deputado. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara se desejar intervir. Faça favor... Mas não tinham dito. Não, não disseram, peço desculpa. Só o Miguel Bandarra é que falou, é que nos disse que desejava intervir. Eu penso que não me esquecia, apesar dos meus 74 anos, já agora. Faça favor, depois já dou a palavra ao senhor Presidente.” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, bom dia a todos. Quero iniciar esta minha intervenção felicitando o Município pela realização e participação da 11ª Edição do Workshop Internacional de Turismo Religioso, realçando que estamos perante um tipo de turismo que movimenta muita gente em todo o mundo. Também a Guarda tem,

neste setor ou neste subsetor, muito a mostrar. E pronto, o meu elogio fica mesmo por aqui, pois também, nesta área, a Guarda não acompanha as boas práticas de outros Municípios. No *Site* do Turismo de Portugal, lê-se: o turismo é uma atividade económica fundamental para a geração de riqueza e emprego em Portugal. Fim de citação. A confirmar esta citação, estão os números que a confirmam, pois, em 2023, o contributo do turismo na economia portuguesa foi de 40,4 mil milhões de euros, ou seja, 15,8% do PIB. E na Guarda, qual é o peso do turismo na nossa economia? Será que alguém me sabe responder a esta pergunta? O Conselho Mundial de Viagens e Turismo diz que, em 2033, os valores passarão a 56,4 mil milhões de euros e representará 21,1% do PIB. Mais uma questão. O que está a ser preparado para que a Guarda tenha uma fatia importante nestes números? Em primeiro lugar, não estou certo se este Executivo camarário sabe distinguir a diferença entre um visitante e um turista. Gostaria de saber quantos dos cento e vinte e cinco mil visitantes dos Passadiços do Mondego foram realmente turistas? Sim, quantas dessas cento e vinte e cinco mil pessoas ficaram a pernoitar no nosso concelho? E com isto não quero menosprezar mais esta atração turística que, como não poderia deixar de ser, tem o cunho do PSD. Mas o que está a ser feito para que todos esses visitantes venham até a nossa cidade, visitem as nossas aldeias, ocupem as nossas ofertas hoteleiras, comprem nas nossas lojas, enfim, criem riqueza. Também gostaria de saber o que pretendem fazer para manter ou aumentar este número de visitantes aos Passadiços? Faço aqui um parêntesis para dizer que nem tudo pode ser feito pelo Município. Cada cidadão tem a sua quota parte de responsabilidade em fazer com que a Guarda seja uma localidade acolhedora, onde todos os que nos visitam se sintam bem nesta bonita região. A forma como atendemos, servimos ou ajudamos todas essas pessoas, pode ser fundamental para que as mesmas cá voltem. Desde um serviço como o SEF, à sapataria, pastelaria, loja de roupa, restaurante, hotelaria, todos temos a responsabilidade. Mas o Município é o principal responsável e não se tem portado à altura. A 25 de setembro de 2023, um cidadão da Suécia andou por aqui. Esse cidadão possui uma empresa de distribuição de vinhos no seu país e editou uma revista de grande qualidade para promover melhor os vinhos. Depois de percorrer o mundo à procura de vinhos, veio a esta nossa região. Para fazer a revista, foi ao Welcome Center com o objetivo de solicitar fotografias da Guarda e assim melhor ilustrar a nossa cidade. Foi remetido para a Vereação, pois seria necessária autorização. Já aqui, neste edifício,

não foi recebido porque não tinha agendado. Não vou descrever o sentimento com que esta pessoa ficou, mas apenas digo isto. O senhor levou bonitas fotos. O senhor vai divulgar o nosso enoturismo, mais uma importante subárea no turismo. O senhor pertence a um país cujo poder de compra é quatro vezes maior do que o nosso. E, por último, se este Executivo tivesse tido a atitude que falei anteriormente e dedicar cinco minutos do seu tempo a este senhor, todos ficaríamos bem vistos e assim foram poucos os que ficaram. Já agora, aproveito para felicitar a Comissão Vitivinícola da Beira Interior, na pessoa do seu Presidente, Engenheiro Rodolfo, pois prescindiu de algum do seu tempo para receber este senhor. Este é um caso. Quantos mais haverá? Recentemente, tive oportunidade de falar com produtores da TV Globo que andavam por estes lados. Um deles fez a seguinte pergunta: porque vocês estão escondidos no fundo de um poço? Devo dizer que, inicialmente, nem percebi a pergunta. Mas a resposta veio de imediato. Esta cidade é muito bonita, com muita história, mas ninguém a conhece. Ela merece ser conhecida por todos, têm que a divulgar. Estes são exemplos que nos levam a um resultado muito pouco satisfatório e que foi recentemente tornado público pelo Turismo do Centro de Portugal, onde a Guarda surge em centésimo, quinquagésimo quarto lugar, numa lista de duzentos e noventa municípios. Luís, está respondido? Portanto, bem abaixo do meio, no que a número de dormidas diz respeito. Muito longe da Covilhã, quinquagésima quarta. Vejam bem, Quinquagésima quarta. Seja, quinquagésima sexta. Fundão, octogésima primeira. À nossa frente ainda vem Idanha, Gouveia, Castelo Branco, Manteigas e Proença a Nova. Vejam bem. Será que este Executivo já se questionou que empresários, ao analisarem estes números e esta forma de atuação, poderão ser inibidores de quererem investir aqui? E, por essa razão, o Hotel Turismo continua como está? Não será hora de fazer o mea-culpa e pôr mãos ao trabalho de uma forma eficaz e eficiente? Ou, por outro lado, será que não se é capaz ou será que não existe a capacidade para o fazer? Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumo não haver mais nenhum senhor Deputado para falar. Dava, então, a palavra ao senhor... Mas, senhor Deputado, o Partido Socialista já gastou mais três minutos e quarenta e seis segundos, portanto, tentamos equilibrar aqui.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Ora bem, não é propriamente uma intervenção, enfim, para quarenta e três segundos. Eu gostaria de falar mais. Mas poderei deixar para uma próxima oportunidade, porque tem a ver com o 25 de Abril e com a importância do poder local. Portanto, estamos a dois meses da comemoração da Revolução de Abril, este ano, 50 anos, portanto, não é uma data qualquer. E naturalmente que costuma dizer-se, e é verdade, que o poder local foi, se não o maior, uma das maiores conquistas do 25 de Abril. E os senhores Presidentes de Junta, em particular, e os senhores Presidentes de Câmara sabem isso muito bem e os cidadãos também, pela qualidade de vida que vão tendo, eu diria, na grande maioria das Câmaras deste país. Nós tivemos uma primeira fase com autarcas modelo de primeira geração, como sabeis, e alguns foram referência pelo trabalho que fizeram porque estava tudo por fazer no pós 25 de Abril, a partir de 76, principalmente. E tivemos Narciso Miranda, tivemos o Vieira de Carvalho na Maia e aqui na Guarda também tivemos um Autarca, Abílio Curto, que eu gostaria aqui de trazer à colação pela importância que ele teve nessa fase, que foi uma fase determinante para o desenvolvimento do concelho. E foi e fez as principais obras, as principais infraestruturas no saneamento básico e tudo aquilo que estava por fazer. Bom, depois foi a fase dos fundos comunitários. Já agora, senhor Presidente, eu tenho, eu posso pedir o tempo, já que estamos em coligação também na AD, a Cláudia Guedes não se vai importar, vai-me ceder ali 4 minutinhos se for necessário, está bem? Pronto, a coligação também serve para isso. Ora bem, dizer também que depois tivemos a fase dos fundos comunitários, do QCA 1,2 e 3, tivemos o CREN, tivemos o 2020, já estamos noutra fase e muitos autarcas continuaram a desenvolver o seu território. Autarcas de terceira geração, digamos assim. Enfim, pessoas que fizeram muito pelos seus territórios. Basta dar umas voltas ao país, eu já dei algumas em resultado das campanhas eleitorais que fiz, e, se estivermos atentos, vemos que grande parte dos Municípios aplicaram bem os seus recursos e os fundos comunitários. Bom, isto para dizer o quê? Naturalmente que os autarcas têm que sair do seu local de trabalho, têm que saber vender o território, têm que fazer pela vida e têm que mover a sua influência porque o país continua muito centralizado. Quer queiramos, quer não, muita coisa é decidida em Lisboa. E naturalmente que há autarcas que têm mais influência do que outros e, naturalmente, que têm projetos para o desenvolvimento dos seus territórios e têm feito isso mesmo. Nós temos casos aqui

perto. Eu diria, temos o Paulo Fernandes, no Fundão, para mim é uma das referências a nível nacional. É seguramente dos melhores autarcas que temos no país. Esse é um exemplo. Eu podia dar outros. Mas gostaria de falar só um pouco aqui da Guarda, porque a Guarda, a partir de uma determinada fase desta história recente de Portugal, ficou esquecida. Parou no tempo. Se eu tirar uma fotografia do meu tempo, enquanto estudante, do liceu, em qualquer ponto da cidade, é a atualidade. Não houve requalificação do espaço Público, os passeios estão como estavam, piores ainda. Eu já trouxe este assunto aqui várias vezes. As avenidas, a mesma coisa. As ruas, a mesma coisa. Portanto, não houve intervenção nenhuma, a partir de um determinado momento, na Guarda. E, portanto, muita coisa está por fazer. A saúde é o que é. Ainda hoje já foi aqui falado. Nós temos municípios aqui perto que têm e que vão ter Unidades de Saúde, também, particulares. A Covilhã, por exemplo, para além de ter uma Faculdade de Medicina, tem um Hospital público, tem mais um privado, vai ter mais dois, um em 2025, outro em 2027. E naturalmente que os funcionários públicos que têm ADSE, que podem usufruir, enfim, têm essa possibilidade e vão aos Hospitais privados, têm essa oferta. E custa-me ver o Presidente da Câmara da Covilhã dizer: nós somos o Município da saúde. E eu começo a pensar: e nós, na Guarda, o que é que somos? O Município do ar engarrafado? Vendemos ar engarrafado? Pronto, muito bem, é uma amostra, é importante. Ora bem, a saúde está como está, dizia eu. Há pouco falou-se aqui no Hotel Turismo. Veja-se bem, um equipamento que devia estar já mais do que pronto, está como está. E, portanto, é também um exemplo do atraso, da falta de ambição que nós temos aqui na Guarda. Temos tido falta de ambição ao longo dos anos. Os autarcas têm muita importância, são determinantes para o desenvolvimento do território. Eu não estou aqui a atribuir culpas ao atual Presidente da Câmara, de maneira nenhuma. Embora ele seja autarca desde 2013. Não é há dois anos, era Vereador nesta Câmara Municipal também. E, portanto, o Porto Seco deve estar sequíssimo porque não estamos a avançar ou, se estamos, eu desconheço. Já foi aqui falado, eu sei algumas das razões. Mas há aqui nitidamente falta de protagonismo. Porque, senhor Presidente da Câmara, meus caros amigos, os autarcas têm que ir a Lisboa, têm que ir aos poderes de decisão, seja a administração central, seja administração desconcentrada, CCDR, etc. Portanto, nós temos que mover influência. Temos que planear o território, temos que pegar numa malinha de mão e andar pelo território, pelos privados, a vender o nosso

território. Temos que fazer isso. Enquanto não fizermos isso, não atraímos investimento para a cidade da Guarda. Já dei aqui alguns exemplos. De facto, custa-me ver os atrasos em que nós estamos. Temos municípios à volta que estão com outro índice de desenvolvimento, a própria Covilhã, o Fundão, Castelo Branco, Viseu. É tudo conhecido, já sabemos. E, portanto, eu só pedia que até ao final deste mandato, senhor Presidente da Câmara, houvesse aqui uma obra emblemática, determinante para o desenvolvimento da Guarda. Uma. Uma. Porque, atenção, projetar para quarenta anos, nós podemos projetar. Mas cada vez é mais difícil ganhar eleições. E, portanto, se há uns tempos atrás nós candidatávamo-nos e a limitação de mandatos, como sabemos, são três, era fácil ganhar eleições em três mandatos. Hoje não é assim. Hoje não é assim. E, portanto, senhor Presidente da Câmara, há que mostrar obra. Eu gostava, sinceramente, independentemente da cor política a que pertenço, que a Guarda começasse a mostrar projetos estruturantes, determinantes para o desenvolvimento do concelho. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, se já usar da palavra, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Em si, cumprimento toda a Mesa, cumprimentar todo o Executivo, as Senhoras e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, as Senhoras e os Senhores Deputados, Senhores Chefes de Divisão, Colaboradores do Município e todos aqueles que nos seguem lá em casa, via online, o Público em geral. Bom, senhor Presidente, prometo ser breve, até porque hoje estamos todos a ser mais ou menos bem-comportados, em matéria de cumprimento do tempo e tentarei fazer exatamente da mesma forma. Mas há algumas questões que eu, naturalmente, devo falar, devo ressaltar, senhor Presidente. Falou-se aqui no plano de revitalização. Eis se não quando agora toda a gente fala, e bem, do Plano de Revitalização. Ainda bem que ele surgiu. Ainda bem que ele existe. Apesar de que, tal como já disse o Deputado José Valbom, a certa altura houve para aí um adjetivo de incendiário. O incendiário era eu. Pois, o incendiário andou por aí a mover mundos e fundos, juntamente com os restantes cinco Autarcas do Parque Natural da Serra da Estrela, nesse movimento, à época, que foi encabeçado por mim, isto é público, com esse poder reivindicativo, senhor Deputado Luciano Calheiros, que eu sei bem fazer no

recato, porque não ando na praça pública a dizer ou a tirar fotografias onde é que ando ou deixo de andar. Até porque, quer os membros do Governo, quer as entidades públicas ou privadas merecem esse respeito. Eu devo esse respeito. E, por isso, esse Plano de Revitalização, vejam só, 19 de agosto de 2022 foi quando foi enviada a comunicação assinada por mim, em conjugação de esforços, em estreita parceria com os restantes Autarcas do Parque Natural da Serra da Estrela, os seis Autarcas a pedir precisamente a elaboração do Plano de Revitalização e, semanas mais tarde, estávamos já nós a reunir, em Manteigas, num hotel, onde a senhora Deputada, nas funções de Ministra, Ana Mendes Godinho, esteve presente também. E, portanto, foi aí que se começou a desenhar tudo isso. Mas foi graças a este poder reivindicativo dos seis Autarcas nesse movimento que, à época, foi liderado por mim. Com muito orgulho, com muito esforço, com muita dedicação. Foi mais de um ano de intensas negociações e, por isso, devo dizer que o Plano de Revitalização não deve ser politizado. Não deve ser arma de arremesso político. A Guarda e a região falaram sempre mais alto e é nesse objetivo que nós devemos concentrar a execução do Plano de Revitalização. E este Plano que deve ser executado absolutamente, esteja quem estiver no Governo. É assim que as coisas devem acontecer. Não é porque o Plano de Revitalização foi aprovado no tempo do partido A, e que depois, no tempo do partido B, independentemente de quem ganhe as eleições, que depois vamos fazer uma alteração qualquer ou não vamos executar o Plano. Até porque este Plano não é mais do que um mero quadro, um mero, mas muito importante, claro, quadro financeiro que está sujeito aos mais diversos licenciamentos de todas as entidades. Isto é um quadro financeiro e, a seguir, há que fazer os projetos, há que fazer os licenciamentos. Posso-lhes dizer que nós já estamos com muitos projetos em curso. E senhor Deputado, não vão ser executados neste mandato. Mas estamos a preparar o futuro. Sim, porque desses projetos, sabe quantos é que havia na Câmara da Guarda? Bola. Zero. Os tais projetos estruturantes para o futuro, para as próximas gerações. Não é para o imediato. Projetos para o imediato é fácil. Com poucas centenas de milhares de euros, fazemos projetos para o imediato. Mas estamos a falar em projetos muito estruturantes para as próximas gerações. E eu aqui também devo recordar, porque eu estive presente em muitas reuniões, em dezenas de reuniões, em dezenas de contactos, dezenas ou centenas de contactos telefónicos, as tais sessenta e oito entidades. E eu prometi à Guarda falar sempre a verdade. E é isso que eu vou

continuar a fazer, mesmo estando em período de campanha eleitoral. Campanha eleitoral para os partidos políticos, não é para nós, eleitos cidadãos independentes em movimentos autárquicos, o Movimento Pela Guarda. Mas foram envolvidas, efetivamente, sessenta e oito ou mais entidades, em todo este processo, nas várias sessões temáticas que foram realizadas, ao longo de um ano, nos seis concelhos afetados. Foram várias sessões temáticas. Tendo o processo sido organizado pelos laboratórios colaborativos, o ForestWISE e o MORE, em estreita coordenação com a CCDR do Centro, mas onde os Municípios tiveram uma palavra muito importante a dizer. Muitos projetos que lá estão ou que lá estarão ou que lá devem estar, foram os Municípios que carregaram esses projetos. A Comunidade Intermunicipal, principalmente os Municípios do Parque Natural da Serra da Estrela. Esteve também o ICNF, a APA, vários Ministérios que participaram nessas reuniões, as Universidades, as mais diversas Associações, a Ancose, a Estrelacoop, as Associações de Empresários, de Agricultores, enfim, um grande punhado, um conjunto de boa gente que, ao longo de um ano, desenhou, ajudou a desenhar este Plano de Revitalização. Bom, mas nós ainda não temos a versão final. E houve muitas considerações, muitos aportes, muitos pedidos que foram feitos para que fossem incluídos vários projetos. Eu vou, de uma forma ainda que telegráfica, dizer aqui grande parte das propostas foram enviadas, que nós não sabemos se lá constam todas ou não até hoje, porque ainda não está publicada a versão final. Medidas ao nível da regeneração, da reabilitação do património edificado e mais resiliente ao fogo na área do Parque Natural; a capacitação das comunidades locais; as áreas de localização de nova geração na Serra da Estrela; a valorização dos produtos endógenos e das raças autóctones; um novo programa de ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela; a valorização dos serviços de ecossistemas; a recuperação de habitats; a gestão e o uso eficiente da água. E aqui, meus amigos, penso que desse tempo, com o devido respeito, já poucos estarão aqui nesta sala, meu caro Presidente da Assembleia Municipal, estamos a falar das pessoas que já têm mais de 70 anos. É uma coisa a que se chama barragem da Senhora da Assedace. Eu já ouço falar nessa barragem, até por formação técnica de engenharia, mas muitos de vós não fazem ideia do que é que era esta barragem, porque ela começou pelos anos 50/60 e essa obra foi parada. Mas essa barragem e aquilo que nós pedimos para que pudesse constar no Plano de Revitalização é a elaboração dos projetos, dos estudos necessários que

custarão milhões de euros e que demorarão anos a serem feitos, só o projeto e os estudos, imaginem a construção da barragem. Mas, para se retomar esse processo... e sabem porquê? Não é para nós termos simplesmente uma barragem. A sobrevivência de todos nós, neste território, pode estar para dentro dessa barragem. Porque já tivemos a prova, no final do ano de 2022, que um ano sem chover a barragem do caldeirão vai abaixo e não há água para abastecer as populações, para que as torneiras lá em casa deitem água. Nem na Guarda, nem Celorico da Beira, nem Fornos de Algodres, nem parte do concelho Pinhel, entre outros concelhos. E, por isso, nós conseguimos, ou esperamos ter conseguido, ainda não conhecemos a versão final, para que este projeto que é absolutamente revolucionador ao nível do abastecimento de água da região, mas também com grande potencial ao nível do regadio do alto Mondego e, por último, naturalmente, a produção de energia elétrica. Mas constará também, nós esperamos, a valorização da pastorícia, como forma de gestão de combustíveis, no Parque Natural; os novos Condomínios de Aldeia de nova geração; uma nova mobilidade verde rural; a estrada verde. Ora, a estrada verde, outra obra que iniciou por volta dos anos 60/70 e foi completamente abandonada. Mas sabem, foi o Presidente da Câmara da Guarda, tal como no caso da barragem, também na estrada verde, que pediu, que solicitou, que fez os estudos e estamos a fazer o projeto. E somos o líder do consórcio, juntamente com Gouveia e com Celorico da Beira, para que esta estrada possa ser uma realidade no futuro. O projeto está em curso. São cerca de 150 mil euros que custa o projeto. Esperemos que fique por aí e que não custe mais, porque depois há outros estudos geológicos e geotécnicos que, enfim, têm que ser feitos, para que esta obra possa ser uma realidade nos próximos anos. Mas esta estrada, como alguém dizia, não é mais alcatrão. De todo. Só quem andou nos incêndios na Serra da Estrela, no planalto de Videmonte, é que percebe a necessidade desta barragem. Ao nível da segurança, é por aí que nós devemos começar, porque a deslocação das populações, naquela zona do Planalto, tem que ser feita em segurança. E naqueles dias do fogo, só quem lá esteve é que soube ver, é que sentiu na pele aquilo que poderia ter sido um desastre ao nível das mortes humanas, que felizmente não existiram. Mas essa estrada é absolutamente importante também para o turismo da Serra da Estrela. É absolutamente importante. Sabem porquê? Porque a Guarda anseia há muitos anos uma ligação ao Parque Natural da Serra da Estrela. Deixem-me, senhor Presidente, deixe-me só mostrar aqui esta

imagem. Todos nós vamos conhecendo quando as estradas estão abertas ou fechadas na Serra da Estrela. Pois, falta aqui um capilar e se Deus quiser, daqui a uns anos, meu caro Presidente da Junta de Freguesia de Videmonte, porque toca diretamente na sua freguesia, haverá aqui mais um capilar que se chama Guarda e é muito importante para o desenvolvimento, nomeadamente do turismo da nossa terra, do nosso concelho e da nossa região. Bom, mas eu devo continuar, porque é importante dizer isto. O reforço da capacidade dos serviços municipais de proteção civil; dos centros de meios aéreos; a rede de percursos pedestres acessíveis; a rede de praias fluviais eco sustentáveis e a requalificação de parte das existentes; os territórios da lã; o observatório de alterações climáticas; os laboratórios cocriativos; a valorização das aldeias de montanha... Enfim, eu só falei, de uma forma resumida, aquilo que foi pedido pelos Autarcas, pelas Associações, por todas as Instituições, pelas tais sessenta e oito ou mais Entidades que aqui participaram. Mas devo realçar, aqui, também, o senhor Deputado Miguel Borges falou aqui no Museu, no Centro Interpretativo da Cestaria de Gonçalo. Foi o Presidente da Câmara da Guarda que deu esse aporte para colocar lá. É bom dizer. É bom dizer isto. E esperamos que tenha sido aceite, porque a versão final ainda não foi publicada. Tal como houve outras duas coisas ao mesmo nível, digamos assim, que foram pedidas também, que foi o Museu do Cobertor de Papa de Maçainhas, que também foi solicitado para que lá constasse e também a nossa aldeia da lã, o Centro Interpretativo da Lã, na Corujeira/Trinta. Também foi pedido e esperamos que lá possa constar. Exatamente ao mesmo nível, porque é muito importante os tais produtos endógenos, já falarei, mais adiante, sobre essa moção. Mas é muito importante que isso conste lá. E, senhor Deputado, deixe-me só referir. A Rede Cultural e Criativa da Guarda foi um projeto, uma candidatura da Câmara Municipal da Guarda ao Turismo de Portugal, que foi aprovada ainda o ano passado. Consta também deste plano. Juntou-se aos 155 milhões de euros. Mas esta e mais meia dúzia delas, de outros Municípios, já estão em curso. Apenas para clarificar que não é uma coisa nova. É uma coisa que já existe, mas naturalmente teve que ser junta ao processo. E, por isso, permito-me dizer que, de facto, este é um processo que foi construído de baixo para cima, essa expressão já foi aqui dita, mas é a verdade. Foi construído de baixo para cima. A reivindicação dos Municípios foi ouvida, ou esperamos ter sido ouvida no todo ou na sua grande parte. E pela primeira vez em que os seis Municípios, os seis Autarcas da região do Parque Natural da Serra da Estrela,

da Sub-região do Parque Natural da Serra da Estrela, falaram a uma só voz, aí temos o resultado. Afinal, o trabalho de casa foi bem feito. O tal poder persuasivo e de influência das mais diversas organizações, seja ao nível governamental ou outras, surtiu efeito. E por isso é com grato orgulho e regozijo que eu carrego isto mesmo no meu currículo político. Aconteça o que aconteceu no futuro, esta marca, a Guarda, já a tem, porque foi a Guarda que liderou este processo com todas estas instituições. E agora cabe passar das palavras aos atos, que saia a publicação definitiva do Plano, vamos à execução. E essa responsabilidade da execução do Plano está nas mãos, não só do próximo Governo porque tem que lá colocar as verbas necessárias, mas também aos Autarcas que se irão certamente organizar, num futuro próximo, para executar todas estas medidas. E, vejam só, Autarcas, Instituições. Mas falando das seis Câmaras Municipais, Câmaras Municipais do PS, Câmaras Municipais do PSD e Câmaras Municipais Independentes, juntaram-se todos, falaram a uma só voz e foi aqui que nós chegámos. -----

Senhor Presidente, falar aqui em mais duas ou três situações que aqui também foram elencadas. Sobre a reabertura das Extensões de Saúde, claro que nos preocupa a todos. E aquilo que se pede é que todas as Freguesias, todos os cidadãos, todas as Extensões, sejam tratadas com absoluta equidade. As nossas gentes têm que ser tratadas com equidade, independentemente da cor dos olhos, do seu estado social ou outro. É isso que se exige. Que se exige, não só ao Estado, não só às Câmaras, mas também às Administrações Hospitalares. É para isso que lá foram colocadas, foi para isso que foram nomeadas, tratar da saúde de todos por igual. -----

No que diz respeito, meu caro Deputado José Rodrigues, ao troço Ibérico do Corredor Atlântico. Recordar, eu vi que no seu texto recordou a iniciativa de Salamanca, de Viseu, onde eu estive lado a lado com os meus colegas. Outras iniciativas se vão seguir, porque, de facto, este é um movimento do Corredor Atlântico que é muito importante que continue, para que este Plano Ferroviário Nacional seja uma realidade. O Plano Ferroviário Nacional, que já existe há alguns anos e que está a ser muito devagar implementado, deve ser continuado no futuro. Ninguém deve colocá-lo em causa. E a alta velocidade a passar pela Guarda. Há uns anos atrás, no tempo de outro Governo, havia umas vozes que falavam que a linha de alta velocidade, eu já falei isto publicamente e vou continuar a falar..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço-lhe poder de síntese.”

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Ó senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Depois tem mais quatro minutos que é o tempo máximo dado ao PSD. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito bem, muito obrigado. Tentarei ser breve. E todos nós estamos convocados a defender aquilo que eu vou referir. É que essas vozes que já houve no tempo do outro Governo, mas que voltam a existir no tempo de outro Governo, para já são só vozes técnicas que tentam influenciar o poder político, e é preciso estarmos bem atentos, para que a linha de alta velocidade seja desviada para norte e não passe na Guarda. Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e todos aqueles que têm responsabilidades políticas, agora e no futuro, temos que estar muito bem atentos a esta situação, porque continuam a existir vozes a defender este projeto a norte da Guarda. Esteja eu onde estiver, serei separatista, se necessário for. Ouçam bem aquilo que eu estou a dizer, serei separatista, se necessário for, para reivindicar e lutar pela passagem da linha de alta velocidade pela Guarda, porque senão poderá ser a morte anunciada de todos estes investimentos ao nível logístico que andam aqui a ser feitos, que estão a ser projetados, nomeadamente o Porto Seco primeira fase, o Porto Seco segunda fase que tem que ser uma realidade, a requalificação da linha da Beira Alta, a requalificação da linha da Beira Baixa que foi feita. Tudo isto pode estar em causa, pode estar em causa o futuro da região. E é este alerta, somos todos responsáveis e, naturalmente, todos devemos estar preocupados com esta situação. -----

Senhor Presidente, no que diz respeito, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta de freguesia, à questão da moção da salvaguarda da UNESCO. E ainda bem que falou, no final, senhor Deputado, sobre a Carta da Paisagem que nós demos continuidade. E esperemos que, nos próximos meses, possam sair conclusões, porque, de facto, a equipa técnica está atrasada no processo. Porque é absolutamente necessário que haja pelo menos um relatório das existências, do seu potencial e depois continuar-se a fazer o caminho. E depois a UNESCO naturalmente falará. Mas eu não posso deixar de referir aqui uma coisa que foi referida pelo senhor Presidente da Junta

de Freguesia de Gonçalo. A Câmara da Guarda é exímia nessa matéria, na envolvimento com a Junta de Freguesia, com os Cesteiros, em tudo aquilo que está ao nosso alcance. E, por isso, nós fazemos questão de, anualmente, espalhar os Cestos de Gonçalo por todo o país, como bem sabe. E a Junta de Freguesia e os Cesteiros, naturalmente, são todos envolvidos. O Festival de Cultura Popular que é fomentado também em Gonçalo. Já o era no passado e nós continuamos a fazê-lo. O Museu da Cestaria de Gonçalo, foi esse nosso projeto... até já adquirimos um edifício para isso e agora estamos à procura do financiamento necessário para que essa obra possa ser uma realidade. Entre tantos outros eventos e iniciativas onde nós fazemos questão que os Cestos de Gonçalo, tal como o Cobertor de Papa de Maçainhas, entre tantos outros, estejam sempre presentes e vai continuar a ser essa a nossa grande preocupação. -----

Falar aqui só sobre a questão do Hotel Turismo, porque o meu nome foi citado, apenas e tão só por causa disso. Porque eu devo referir, senhor Deputado Miguel Borges, eu disse isso. À época, é verdade. Mas também o senhor deve recordar aquilo que eu referi na última nota à imprensa de que nós falamos há pouco tempo. Nós começamos a não acreditar em todo este processo e vou apenas referir pequenas passagens. Começamos a não acreditar neste processo e por isso estamos em condições para nos sentarmos à mesa com o próximo Governo, seja ele qual for, para, de uma forma transparente, de uma forma clara, debater e substituir o Estado central, nesse processo, se necessário. Temos essa predisposição, porque, de facto, catorze anos depois, depois de cinco Governos, é mais do que tempo, como diria o deputado José Valbom há pouquinho, com o devido respeito, eu ainda quero ver a inauguração do Hotel Turismo. E por isso, todos nós devemos estar imbuídos desse espírito. E aquilo que foi apresentado à Câmara da Guarda, eu já falei publicamente sobre o que foi. E, por isso, o nosso descredito em relação ao processo, depois de catorze anos em que nada efetivamente aconteceu. ----

Senhor Presidente, mesmo a terminar, eu não posso deixar de referir aqui, embora naquela moção que não entrou, ou entrou fora de tempo, mas eu não posso deixar de referir aqui os números dos equipamentos, ao nível da cultura, do nosso concelho. Os números do ano de 2023, nós já o fizemos em conferência de imprensa, mas naturalmente de viva voz, aqui, à Assembleia Municipal, nós devemos agradecer a todos os colaboradores o seu esforço, o seu empenho, a sua dedicação, o seu profissionalismo

para que, naturalmente coordenados pelo poder político, no caso concreto da senhora Vice-Presidente que detém o Pelouro, para que o TMG tivesse o melhor ano de sempre ao nível do público afluente às suas salas de espetáculos. Isso deve-se a um trabalho muito importante, de muita proximidade, de muito profissionalismo. E o mesmo é dizer do aumento, em relação ao ano anterior, de 63% nos visitantes ao Museu e a BMEL que já superou os números em relação a 2018. De facto, o caminho faz-se caminhando e eu não podia deixar de referir aquilo que são estes números, tão importantes para estes equipamentos, tão importantes para a Guarda. -----

Senhor Presidente, eu não sei se ainda posso falar mais um minuto. Se não, falarei depois mais tarde.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito rapidamente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, sobre aquilo que foi aqui referido ao nível do turismo. O senhor Deputado deve andar um bocado distraído. De vez em quando deve andar um bocado distraído. Eu desafio o senhor Deputado a verificar a promoção que nós vamos fazendo na INTUR, que já fizemos na FITUR, que vamos fazer na BTL e em vários outros eventos ao longo do ano. E isso é importante. Custa muito dinheiro, mas é muito importante dar continuidade, como o Wine Fest, como a Feira Farta, enfim, tantos eventos que são feitos. E nós podemos fazer sempre mais, porque se nós não publicitarmos a Guarda, não é o concelho do lado que o vai publicitar. E por isso estamos sempre tempo de fazer mais e melhor. Porque o turismo não se esgota aqui. Não se esgota numa cabeça pensante. Não. É num grande grupo de pessoas que pensa e que trabalha diariamente para isso. Mas falou aí que a Guarda surge no lugar cento e não sei quantos no número de camas. Pois é, a Guarda não tem camas para oferecer! Os senhores, há pouco, falaram do Hotel Turismo de uma forma, agora falaram da outra. Sejam lá coerentes nessa matéria, porque só o Hotel Turismo serão mais de cem camas que pode ter para a Guarda. Posso-lhe dizer, senhor Deputado, e pode falar com todas as unidades hoteleiras do nosso concelho, da Guarda e do mundo rural, qual é que é a sua capacidade de ocupação. Quais são as taxas de ocupação na Guarda. De facto, muitas pessoas vêm aos Passadiços do Mondego, os tais visitantes e que querem ser turistas na Guarda, mas, infelizmente, não têm onde dormir na Guarda, seja na cidade, seja no concelho. A Guarda precisa urgentemente de camas.

Eu já o disse. E não é desde agora, é desde há vários anos a esta parte, desde que o hotel turismo fechou e deste que o turismo, de facto, no país e no mundo, começou a ser encarado como uma grande fortaleza ao nível da economia. E por isso, meu caro senhor Deputado, é este desafio que todos nós devemos lançar, é que haja mais camas, porque, se não houver camas, nunca a Guarda passará desta posição tão reduzida. O senhor pode ver as estatísticas, qual é o número de camas que tem a Covilhã, o número de camas que tem Manteigas, o número de camas que tem Seia, o número de camas que tem a Guarda. É só fazer as contas e depois chegará a essa conclusão. -----

Por último, a finalizar, senhor Deputado Luciano Calheiros, agradeço suas palavras, naturalmente. E, como bem referiu, isto não é só de agora. Isto não é só de agora, por outras palavras o senhor referiu isso e bem. E realçou, e bem, o trabalho de vários Autarcas. Aliás, nós, Executivo, até já homenageámos todos os Autarcas desde o 25 de Abril. E, portanto, este é o reconhecimento ao trabalho que todos eles fizeram. Uns mais, outros menos, não importa agora referir. Mas todos fizeram o melhor que sabiam e que estava ao seu alcance para desenvolver o nosso concelho, para desenvolver a nossa cidade. Mas, senhor Deputado, há muitos projetos que estão a ser feitos e há projetos que têm que ser feitos e que não se encontraram. Infelizmente, demora demasiado tempo. Uns mais do que outros. Mas é esse caminho que nós continuamos a fazer. Por isso este Plano de Revitalização foi aprovado também. Por isso nós aprovámos, na última Assembleia Municipal, o Plano de Urbanização do Cabroeiro e tantas outras concretizações que nós vamos continuar a aprovar, seja na reunião de Câmara, seja na Assembleia Municipal, para que nós possamos deixar. E é esse o nosso grande objetivo. Possamos deixar uma Guarda melhor do que aquela que encontrámos. E é esse sempre o desígnio de qualquer Autarca durante o seu mandato. Muito obrigado, senhor Presidente, e peço desculpa pelo tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

## **ORDEM DO DIA**

**Ponto 2.1 – Assuntos de Interesse Geral Municipal.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Entrávamos no ponto, se concordarem, ainda é meio-dia e meia hora, entrávamos no ponto da ordem do dia com os Assuntos de

Interesse Geral Municipal. Por ordem de entrada, o Partido Socialista que tem três temas. Dava a palavra ao Partido Socialista para o tema «atualidade política». Senhor Deputado, vem falar sobre? -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Atualidade política.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Atualidade política. Faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Novamente, bom dia. A inação e o incumprimento das promessas eleitorais deste Executivo já tem vindo a ser tema recorrente nesta Assembleia. Mas, como diz o provérbio, a culpa não pode morrer solteira. Afinal, quem é que devemos responsabilizar por estas promessas? Vejamos. Concursos limpos e transparentes - Sérgio Costa, José Valbom, José Relva. Concursos atrasados, concursos anulados por alegado nepotismo, divisões ainda sem chefia, sem justificação. Afinal, isto é que é a transparência. Projetar a terceira fase da VICEG - Sérgio Costa, José Valbom, José Relva: têm a nossa palavra. Já aconteceu alguma coisa em relação a este projeto, já se avançou alguma coisa? Desconheço. Novo espaço para a feira e nova mata municipal - Sérgio Costa, José Valbom, José Relva: têm a nossa palavra. Tanto criticaram o local onde se realizava a feira, depois de tantas experiências falhadas não resolveram o problema. Aliás, não resolveram e ainda estorvaram e estragaram. A feira no Parque Urbano do Rio Diz foi mais uma excelente oportunidade para desvirtuar aquele que é o Parque Polis, chamamos-lhe assim, além do lixo que por lá fica no fim de cada feira. Temos estacionamento ocupados com comércio que deviam estar ocupados por carros das pessoas que utilizam o Parque. Transportes públicos para todos - Sérgio Costa, José Valbom, José Relva: têm a nossa palavra. Todos acompanhámos a novela do estudo e todos vemos a frota envelhecida que está à disposição dos guardenses. Mas, mais importante do que tudo, todos são efetivamente todos. Os transportes públicos estão efetivamente adaptados para pessoas com deficiência? E servem convenientemente as nossas freguesias ou a política do senhor Presidente da Câmara para as freguesias é só a da distribuição do cheque? Nova Cidade Desportiva - Sérgio Costa, José Valbom, José Relva. Depois de tantos estudos dispendiosos, tantos projetos, ainda não se viu obra nenhuma. Além disso, pavilhões onde chove por falta de manutenção, relvados maltratados, pistas de atletismo carecas. É assim que pretendem ser a Cidade Europeia do Desporto. Variante dos F's - Sérgio Costa, José Valbom, José Relva: têm a nossa

palavra. Depois de tanto tempo, finalmente conseguiram aprovar o Plano do Cabroeiro. Quanto mais tempo vamos agora esperar que esta variante seja uma realidade? Posto isto, resta apenas uma pergunta. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Relva, senhor líder do grupo parlamentar do Movimento pela Guarda, José Valbom, até quando estão disponíveis para ter a credibilidade da vossa palavra em causa, para sustentar um Executivo que já mostrou que não tem capacidade para cumprir compromissos que não só o vincula, mas também vos vincula a vocês? Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. O Presidente da Assembleia Municipal, José Relva, responde-lhe já. Eu conto estar cá no próximo mandato, para acabar todas essas obras também. Não sei se algum senhor Deputado deseja... Miguel, faça favor.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Ora, bom dia, mais uma vez, a todos. E agora dirijo-me ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. Na campanha autárquica de 2021, estávamos a fazer campanha para o mandato 2021/2025 ou 2025/2029? Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este tema? Presumo que não. Passava ao segundo tema do Partido Socialista «Guarda inteira». Prescindem? Terceiro tema do Partido Socialista «A Guarda que queremos». Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Renovo os meus cumprimentos a todos e passo, então, à minha intervenção. A Guarda tem visto, nos últimos anos, esvair-se grande parte da sua ambição. Se algum dos aqui presentes perguntar na rua a um cidadão incógnito, onde vê a Guarda daqui a dez anos, existe grande probabilidade de não se obter uma resposta a esta pergunta. E isto é porque o poder político, ao mesmo tempo que não dá sinais de um rumo para o concelho, afasta cada vez mais os cidadãos das escolhas que são feitas para o território. Ao mesmo tempo que deixa fechar as janelas para o mundo, afasta os cidadãos do governo da polis. Não se conhece a visão deste Executivo para o concelho, num prazo que vá além de quatro anos e já todos percebemos porquê. O desenvolvimento está exclusivamente ancorado nas prioridades nacionais, expressas nos instrumentos de co-financiamento comunitário, reduzindo o poder local a um mero

caseiro que vai tratando e mantendo esta nossa quinta. Não percebemos que rumo tomámos porque estamos a navegar à vista. A Guarda, que já teve alguns argumentos de afirmação emblemáticos, a cultura, o ar, o bio climatismo ou o desporto de altitude, para citar de memória apenas alguns, não tem hoje nenhum destes para nenhum novo argumento para a sua afirmação nacional. A cultura foi reduzida a um mero gasto orçamental e de um programa coerente e eclético, ficcional e bem planeado, está atualmente reduzido a uns desdobráveis periódicos. Do ar, ninguém ouve há muito falar, embora alguns de nós, aqui nesta mesma sala, tenhamos ouvido a jornalista Clara Ferreira Alves dizer-nos o quanto apreciou o ar da nossa cidade. O bio climatismo e o desporto de altitude, infelizmente são também capítulos encerrados, sem que tenham dado lugar a outros. Não existe hoje um emblema. A Guarda não é uma cidade ou um concelho de coisa nenhuma. Iniciativas que aproximavam o cidadão do governo do concelho e que estimulavam a que cada um pensasse o concelho, como era exemplo o orçamento participativo, foram abandonadas sem mais. Recordo que, numa destas iniciativas, em 2017, um conjunto de cidadãos, nos quais me incluo, apresentaram uma proposta planeada e orçamentada que visava que a Guarda desse os primeiros passos no sentido de se vir a tornar numa *Smart Citie*. A proposta foi preterida, pelo Executivo, a que o senhor Presidente de Câmara pertencia, com o argumento que já havia um projeto semelhante em curso. Hoje, passados mais de seis anos, não se conhece nenhuma iniciativa nesta área. A Guarda continua a ver fechar a janela para o mundo, nesta como noutras dimensões da vida. O IPG, que é uma das instituições que mais jovens capta ou retém para a cidade, e o Município, vivem de costas voltadas. Noutras cidades de baixa densidade, assistimos, nos últimos anos, a autênticos milagres resultantes da colaboração entre Municípios e centros de saber, ao passo que, na Guarda, as janelas para o mundo se fecham. Não quero também criar a ilusão de que tudo é culpa exclusiva da Câmara, mas que há muita inércia ao ver a janela para o mundo a fechar-se e a não travar esse fenómeno, isso nós temos visto que há. Tinha pensado terminar esta minha intervenção exortando este Executivo Municipal a inverter esta tendência e a contrariar o fecho da janela para o mundo, a criar condições para que se pense a Guarda para lá de 2025 e perseguir um rumo. Mas a verdade é que já nem sequer tenho a certeza que já tenham dado conta de que a janela para o mundo se está a fechar. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Deseja intervir? Faça favor. Em dezembro abriram a Caixa de Pandora.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Executivo. Fui atender um telefonema de uma doente urgente e parece que falaram no meu nome durante a minha ausência. Fico contente que se lembrem do meu nome e fico muito contente, mas fico muito contente que se lembrem das promessas e dos cartazes. Fixem-nas, porque é por isso e para isso que nós vamos estar cá mais dez anos. É para isso e por isso que vamos estar cá mais dez anos. Ponto. E quanto ao Valbom dar a cara e por quem, fica muito claro que vou dar a cara pelo atual Presidente, em detrimento de alguns grupos que telefonam para Lisboa para não nos deixarem, por exemplo, fazer a UEPS. Ou, por exemplo, dar por outro grupo que foi fazer manifestações contra a utilização, pela UEPS, da escola que precisamos, onde estão, neste momento, cerca de sessenta, penso eu, militares. É por isso e para isso que, mesmo de bengala, hei de aqui andar, porque as promessas têm que ser executadas. E muitas estão em andamento, mesmo contra alguns que têm boicotado. É para isso e por isso que cá estamos. Não duvidem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor. Mas, ó senhor Deputado, o senhor Deputado não falou. Vai defender a honra de quem? Não.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Vou defender... É assim...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, não vai levar a mal, mas quem é que ofendeu a honra? Ó senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa. Quem veio apresentar o tema foi senhor Deputado João Vaz. Se o senhor Deputado João Vaz entende que foi ofendido na honra, tem o direito. O senhor Deputado nem sequer cá estava, vai defender a honra de quê?” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Desculpe, mas eu não posso defender a honra de um senhor Deputado que acabou de falar e que me tocou na honra...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Que eu sei saiba, não lhe passou procuração para isso. Ou então tem procuração.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não, não, não...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se é para defender a honra, não lhe dou a palavra, peço imensa desculpa. Retiro-lhe a palavra. Peço imensa desculpa, mas não pode ser.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó Dr. Valbom, tem que concretizar que grupos de pessoas é que telefonam para Lisboa a fazer não sei o quê.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Bom dia, mais uma vez a todos. Falando de âmbito geral, agora. Entristece-me um pouco que, de Assembleia em Assembleia, discute-se tudo e não se discute nada. A verdade é que fala-se dos projetos que foram defendidos durante as campanhas autárquicas, a verdade é que projetos que passem apenas pela índole municipal, poucos ou nenhuns. A verdade é essa. E entristece-me ainda mais que a Guarda e o nosso concelho esteja a definhar. Eu tenho uma empresa da qual sou sócio e entristece-me que não só pela carga fiscal do nosso Governo, mas também por falta de alguns apoios locais, não haja incentivos. E visto que depois do senhor Presidente de Câmara não se pode falar, e compreendo, mas permitam-me que diga o seguinte, a nível de ocupação hoteleira, quando o senhor Presidente se refere a que são necessárias mais camas. São, em época alta. Agora, falemos em época baixa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor deputado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja usar da palavra. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os meus cumprimentos, em si, a toda a Assembleia. Eis se não quando viramos aqui a bitola. Fala-se aí muito de bitola. A bitola ibérica, a bitola inglesa, há outras bitolas por aí. Há três ou quatro bitolas pelo mundo, pelo menos. Mas muda-se aqui a bitola. Ó senhor Deputado, o senhor errou no alvo. Quem está, neste momento, a ser julgado politicamente são os senhores nas eleições legislativas. Não esteja agora aqui a querer escamotear, a mudar de bitola, a dizer que agora a Câmara da Guarda é que não faz nada. Mas eu já lhe vou falar aqui sobre estas coisas todas. E depois o senhor terá que

enfiar no bolso, se assim bem o entender, permita-me a expressão mais brejeira. Bom, mas concretizando. Passando aqui aquilo que o senhor referiu. Os concursos de admissão de pessoal sem transparência. Se o senhor tiver alguma queixa, se tiver alguma razão de queixa, faça o favor, queixe-se no Tribunal, em frente. Senão, o senhor nunca mais fale sobre o trabalho que os técnicos desta casa, os políticos e os demais profissionais estão a fazer, de uma forma incansável, para a admissão das pessoas, tão importantes na Câmara da Guarda. É esse o desafio que eu lhe lanço. Se o senhor tiver alguma coisa a dizer, queixe-se no Tribunal. Porque, senão, não venha para aqui com palavras mansas a dizer que tudo está mal. Lamento que essa seja a postura de um senhor Deputado do Partido Socialista. Sobre projetar a terceira fase da VICEG, quando sair para a discussão pública o PDM, o senhor verá lá. E depois, se não concordar com essa e com outras coisas que lá estão no PDM, o senhor pronuncie-se. Agora, até lá, o senhor naturalmente não sabe que o PDM tem que ter já lá os canais respetivos para todas estas vias. Mas o senhor depois verá o que irá lá constar. Sobre o espaço da Feira, olhe, o senhor, se não sabe, pode procurar, foi aprovado na reunião de Câmara e espero em breve essa contratação poder ser feita, os serviços técnicos estão a tratar disso, do Plano de Urbanização do Vale de São Francisco, precisamente para que possa ser ali desenhado no espaço da Feira. Sem plano de ordenamento, não se pode fazer Feira nova. E por isso é que nós já concluímos o Plano de Urbanização do Cabroeiro; hoje vamos aqui discutir a alteração do Plano de Pormenor da Plataforma Logística; o PDM, que esperamos que rapidamente possa ser terminado, assim as equipas técnicas terminem o seu trabalho porque o trabalho político já está todo feito; e depois começarmos com o Plano de Urbanização do Vale de São Francisco em todo aquele espaço, que há dezenas de anos que se anseia pela sua requalificação e integração na cidade. Pode ir apontando, senhor Deputado, que é para depois, daqui a algum tempo, não vir perguntar exatamente a mesma coisa. Mas no que diz respeito ao espaço da Feira, o senhor vá falar com os feirantes que lá estão, as condições que eles tinham, os compradores e os vendedores, em relação ao espaço antigo. Va lá falar com eles. Olhe, o lixo, o lixo é em qualquer lado. Por isso é que, no final, as equipas contratadas, verdade senhor Vereador? Toca a limpar. Ali, naquela Feira, naquele espaço, como já o faziam na encosta norte, como faziam na cidade quando as Feiras se faziam no meio da cidade. É exatamente da mesma forma. Mas olhe, se o senhor não vai à Feira, é bom que vá.

Mas fora das campanhas eleitorais. E perceba, de facto, as necessidades. E compre lá alguma coisinha, porque eles também gostam de faturar aos seus clientes. Sobre a nova mata municipal, o senhor também pode ler as atas das reuniões de Câmara que está lá tudo plasmado. Aliás, ainda na última onde se aprovou a revisão orçamental, está lá plasmado que a mata municipal é o parque urbano da encosta norte, cujo procedimento, olhe, o projeto já está feito, o primeiro procedimento já está adjudicado e, portanto, olhe, está a ver, o caminho faz-se caminhando, senhor Deputado. Mas pode ir apontando. Os transportes públicos, sabe, senhor Deputado, o senhor, na legislatura anterior, não estava cá. Penso eu, como deputado, já não me recordo. Não me recordo. Bom, mas o processo do STUG, dos Serviços de Transportes Urbanos da Guarda foi um processo que demorou anos a ser feito. Que andou, em tribunal, anos. E, eis se não quando, cai-nos nas mãos a execução do contrato. Bem ou mal temos que o executar. E estamos a tentar melhorar. Por isso é que já houve aqui a aprovação da alteração da concessão, para que possam ser feitas as extensões das redes. E, de facto, senhor Deputado, transportes públicos para todos. Ainda bem que citou essa expressão. Por isso é que nós já instituímos que, até ao 12º ano, os transportes são para todos os alunos de borla, gratuitos. Isso já está implementado com a aprovação do Executivo Municipal. Mas, ó senhor Deputado, nos transportes das freguesias, deixe-me lá corrigir aqui a bitola. Não é o STUG que trata. É a Comunidade Intermunicipal nos transportes interurbanos. O concurso está para sair a todo momento para que essa necessidade possa ser colmatada, ao mesmo tempo que estará para entrar em breve, já deveria estar, mas a Comunidade Intermunicipal está atrasada nesse processo, que é o projeto piloto dos transportes a pedido, no nosso concelho. Está a ver, eu estou aqui, é como se fosse um exame, senhor Deputado. Estou aqui a dizer-lhe alínea por alínea. Mas pode apontar que é para depois fazer a correção e não voltar a fazer a mesma pergunta daqui a algum tempo. Sobre a cidade desportiva, olhe, na última reunião de Câmara, aprovámos um concurso para fazer os projetos de requalificação dos espaços desportivos todos da cidade, ou praticamente todos. O Estádio Municipal, o Pavilhão do Inatel, o Pavilhão de São Miguel e as Piscinas é outra contratação que já está a ser tratada, o Campo Sintético do Carapito, o Campo Sintético de Casal de Cinza, o Espaço Desportivo de Gonçalo, as Bancadas para o Zâmbito. Senhor Deputado, sem projetos não se fazem obras. E, portanto, é bom que aponte estas matérias, porque o processo

da cidade desportiva, devo dizer-vos também, aliás, foi falado nas negociações que tivemos em 2023 e depois o orçamento que acabou por ser chumbado, apesar de lá constar tudo isso. O levantamento topográfico parte dele já está feito. Sabe, é que para podermos lançar um concurso, chamado concurso de ideias, para um estudo prévio, temos que ter os levantamentos topográficos. E o levantamento topográfico, de facto, aquele, demora mesmo muito tempo. Parte dele já está feito. Esperemos que seja finalizado, para que mais esse concurso possa ser lançado. Da variante dos F's, já aqui falámos. Já aprovámos na última Assembleia o que aprovámos. É preciso dar tempo ao tempo para fazer aquilo que antes não foi feito, durante estes anos todos, das várias governações que passaram pela Câmara Municipal da Guarda. O senhor Deputado diz que o Executivo não tem capacidade para honrar os compromissos. Eu lamento que o senhor continue a usar esta linguagem, dita mais brejeira, para falar do Executivo. É mesmo a política do bota-abaixo. Já percebemos que os senhores, apesar de estarem em eleições legislativas, não se coíbem de falar mal de tudo e de todos. E, portanto, o futuro a Deus pertence. Senhor Deputado, lamento mesmo que os senhores não queiram olhar para aquilo que está a ser feito e estão a olhar sempre para o copo meio vazio e nunca para o copo meio cheio. Bom, mas eu posso continuar. Sobre o Plano de Revitalização já aqui falei. Falou-se aqui que a Câmara da Guarda navega à vista e só se concentra nas prioridades nacionais. Se nós não tratássemos as prioridades nacionais, sabem o que é que diziam? A Câmara da Guarda tem os instrumentos à sua mercê, mas não faz nada. Mas como a Câmara da Guarda faz, lidera e quer fazer mais, então agora fala-se que a Câmara da Guarda navega à vista e só trata das prioridades nacionais. Pois é, senhor Deputado, mas nós também temos que aproveitar as prioridades nacionais para fazermos as obras locais. E só não faz isso quem não percebe nada da poda, o mesmo é dizer de governação autárquica. Sobre a cultura, senhor Deputado, eu já falei aqui nos números que são públicos e, portanto, eu convido-o a rever esses números. Nunca tantas pessoas passaram pelo Teatro Municipal, com os números que nós já apresentámos, também da BMEL, do Museu. E o futuro a Deus pertence, com esse trabalho que está a ser continuamente bem feito. Mas devo falar também numa grande concretização que nós tivemos no passado fim de semana e que é importante, é mais do que justo falar, a reabertura do Matadouro regional com fundos privados. O Município da Guarda não pôs lá um cêntimo. Mas demos muita atenção, muito

acompanhamento àquela necessidade. E por aqui me fico. Porque é absolutamente importante, primordial, não só para a Guarda, mas para toda a economia regional, ao nível da agricultura e da pecuária, que aquele Matadouro possa estar em funcionamento. Mas foi no nosso mandato que ele reabriu. Fechou há um ano, nas condições calamitosas, enfim, isso já passou à história. E ainda bem que já passou à história. E agora conseguiu-se que ele fosse reaberto. Agradecer muito ao empresário, à sua família, que tanto dinheiro investiram naquela infraestrutura. Bom, sobre a UEPS, da GNR, já aqui tanto se falou. Ainda bem que ela foi ali instalada, ainda bem que já tenho sessenta militares a tempo inteiro naquele espaço, outros se irão seguir. O caminho faz-se caminhando. Sabemos bem que as estruturas militares estão a fazer esse processo e naturalmente nós iremos sempre acompanhar, na medida do possível. Bom, mas como ainda não ouvi falar sobre isso, são as tais prioridades nacionais, mas que os locais devem reivindicar. A carta que nós enviámos aos candidatos a Primeiro-Ministro. Às catorze, se não me falha a memória, às catorze forças concorrentes. É um desafio para que todos possam, se não for no seu programa eleitoral, durante o seu mandato, ganhe quem ganhar as eleições, que possam executar estas necessidades tão prementes como nós as consideramos. Penso que todos nós consideramos que são as necessidades mais imediatas que a Guarda tem, estas oito ou nove concretizações. Já para não falar na liderança da Guarda, nas Águas Públicas de Altitude. De facto, a Guarda é líder em vários processos, a nível regional. Ainda bem que o é. Mas infelizmente há quem não queira considerar porque dói. Deve doer, deve ser lá alguma dor de cotovelo. Mas nós vamos continuar, de facto, a fazer este este trabalho. Bom, mas, já agora, deixem-me só fazer aqui uma resenha daquilo que se aprovou na reunião de Câmara, que o Executivo todo aprovou na última reunião de Câmara, só nos últimos dois meses e meio. O concurso dos Projetos da Habitação 1.º Direito, 455 mil euros que foi o concurso lançado. A aquisição dos cinco Autocarros que nós hoje aqui vamos discutir mais tarde. As Bolsas de Estudo que foram aprovadas, em mais de 160 mil euros. Os 4 milhões e 700 mil euros do acordo da Câmara Municipal com a CIM e com o IHRU, para vinte e seis fogos de habitação acessível, na sua primeira fase do protocolo. As intervenções dos incêndios, 706 mil euros para o Vale do Mondego, para as sete freguesias do Vale do Mondego, entre as outras que já foram aprovadas e outras que hão de ser aprovadas, assim os projetos estejam concluídos, conforme hoje iremos falar aqui também. A

nomeação dos Passadiços do Mondego para as três categorias do World Travel Awards, o WTA. É um trabalho de sapa que tem que ser feito para que isto pudesse acontecer. Para já, estamos apenas nomeados. Mas há outras coisas que nós podemos dizer também, para ir dando conta do nosso trabalho à Assembleia Municipal. O Regulamento de Esplanadas, o procedimento está em curso. O reforço de 4% nas verbas das competências da ação social, 450 mil euros. É daquelas competências, são aqueles presentes envenenados que nós tivemos. Nós e muitas das Autarquias, porque, neste momento, aquilo que está a ser solicitado pelas entidades que detêm os protocolos, é um reforço superior. Mas nós não podemos fazer um reforço de verbas superior, porque não recebemos o dinheiro suficiente para isso. Veremos, no futuro, com o próximo Governo, como é que ficarão as competências que foram atribuídas aos municípios. O equipamento desportivo da Escola Secundária da Sé. Ao todo, nós estamos a colocar na Escola da Sé, entre equipamento desportivo, das salas de aulas, laboratório, computadores, enfim, qualquer coisa como meio milhão de euros. Posso-vos dizer que há muitos anos que não havia tanto investimento, em equipamentos, numa só escola. Processo este que, esperemos, nas próximas semanas, possa estar todo concluído. Mas a adjudicação dos projetos para a reabilitação das escolas do primeiro ciclo da cidade e também de algumas do mundo rural e as escolas da descentralização. Adjudicámos 306 mil euros. O concurso da empreitada para a requalificação da Rua dos Caminhos de Ferro, da Rua da Treja, ou seja, a primeira fase do acesso ao terminal rodoferroviário, 1 milhão e 260 mil euros, o concurso está na rua. O novo concurso dos biorresíduos. De facto, estas políticas do Estado central, aqui não falo do Governo, é do Estado central. Porque esteja quem estiver no Governo, vai sempre ter que, aqui ou ali, implementar estas políticas que advêm das diretrizes da União Europeia, em matéria de biorresíduos, mas, o Município da Guarda, é mais uma despesa que, neste momento, que tem que pagar, sem ter qualquer fundo para fazer face ao seu pagamento. Os consórcios a que o Município aderiu no 2030, o Inature 2030 e as Aldeias de Montanha 2030. O tal concurso de projetos de equipamentos desportivos para a requalificação dos pavilhões, para os novos campos sintéticos, 284 mil euros. O projeto está na rua, o concurso está na rua, melhor dizendo. Mas devemos falar também aqui na inauguração simbólica que fizemos questão de fazer da obra dos balneários da Escola Santa Clara, que já era aguardado há mais de dez anos. Mas foi uma obra cara, naturalmente, tendo em conta as

circunstâncias. Mas tivemos que o fazer e só aí nós investimos perto de 200 mil euros, sem qualquer financiamento até agora. Já para não falar em todas as outras obras, pequenas obras tão importantes para cada um de nós, de uma forma individual, mas são elas muito importantes no dia a dia, seja da cidade, ou seja das nossas freguesias, como a reconstrução dos muros, como a recuperação das margens das linhas de água. E o Órgão de Tubos da Sé? Se não fosse... ó senhor Deputado, não se ria. O senhor está-se a rir, mas é bom que lá, online, estão a ver que o senhor Deputado riu-se quando eu falei no Órgão de Tubos da Sé, porque se não fosse a Câmara da Guarda, o Órgão de Tubos da Sé poderia não ser uma realidade. E graças... o senhor não me interrompa se faz favor. E por isso, graças ao poder negocial da Câmara da Guarda com as instituições públicas portuguesas e com a tutela da área da cultura, foi possível chegarmos a este entendimento, com aquilo que a Câmara da Guarda já despendeu para o Órgão de Tubos da Sé, cerca de 140 mil euros e conseguimos inscrever no PRR, na reprogramação, a verba remanescente para que possa ser uma realidade. Isso só se deve ao facto da Câmara da Guarda ter o poder reivindicativo, as tais deslocações de que alguns falam aos poderes de decisão, a Lisboa. Mas que eu assim continuarei a fazer, que nunca divulgo onde ando, com quem falo ou com quem reúno. Já aqui falámos na promoção da INTUR, da FITUR, da BTL, onde iremos estar esta semana também. A requalificação das ruas do Bairro do Torrão, uma obra que é pedida há quarenta anos. Há quarenta anos que essa obra é pedida no Bairro do Torrão. Vão lá falar com os moradores daquelas ruas. É mais uma obra que vai custar mais de 300 mil euros no seu final, mas que é absolutamente necessária para dar qualidade de vida àquelas gentes daquele bairro. E outros seguirão por aí fora. A creche de Gonçalo que a obra está em curso. As obras das condutas de água, seja no mundo rural, seja na cidade, nas várias substituições que vão sendo feitas. A recuperação dos caminhos dos incêndios que está em curso também. Começou, precisamente, por Gonçalo, a requalificação dos caminhos. Não sei se ainda lá continuam, se já terminaram o trabalho, se já passaram para a freguesia mais próxima. Mas esse financiamento que nós conseguimos também com o ICNF para que pudesse ser uma realidade, com o fundo Ambiental. A estrada da Senhora da Alagoa, que a obra está em curso e esperamos que em breve seja terminada. A conclusão das obras da Escola Secundária da Sé, que esperemos que esteja para breve também. As ações de reflorestação e de arborização que nós vamos fazendo, em estreita articulação

com a Comunidade Intermunicipal, o que fizemos no Zâmbito. A plantação de árvores que vai ser feita este ano, que já está contratualizada. A escritura pública das Águas Públicas em Altitude. Mas, se quiserem, eu posso continuar, porque, de facto, este é o trabalho que nós fomos fazendo... e só estou a falar daquilo que fomos falando, o principal que fomos falando nas últimas reuniões de Câmara, desde a última Assembleia Municipal. Porque é importante que os senhores Deputados e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia saibam aquilo que está a ser feito, aquilo que está a ser preparado e aquilo que nós devemos agradecer também aos técnicos da casa, o seu empenho, o seu profissionalismo na elaboração desses projetos, mas disso falaremos mais à tarde, para que possamos fazer face à necessidade primordial desses investimentos por todo o concelho, enquanto se perspetivam, naturalmente, os outros projetos para se poderem executar aqui na nossa cidade, como é a requalificação dos acessos ao terminal rodoferroviário, a primeira fase, a Rua dos Caminhos de Ferro, a Rua da Treija, que há tantos anos que é pedida a sua requalificação e é para isso que, naturalmente, nós continuamos a trabalhar, agradecendo, uma vez mais, aos colaboradores do Município. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Antes de interrompermos para almoço, eu já me conheço, senhor Deputado João Vaz, só espero que o senhor, quando chegar à minha idade, seja a primeira vez que seja acusado de não ter palavra. Um pouco de educação e de respeito, fica-lhe bem. Não é a primeira vez que o senhor tem esse comportamento. Sim. Apresentou: não tem palavra, não tem palavra, não tem palavra. Pois, é isso mesmo. Eu tenho palavra. Senhores, está interrompida a sessão. Recomeçamos às... deem sugestão. 15h00 é muito tarde? 14h30. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Agradecia que ocupassem os lugares, a fim de conferirmos a existência ou não de quórum. Senhores Deputados, encontram-se, neste momento, presentes na sala, sessenta e dois senhores Deputados. Portanto, temos quórum. Vamos continuar o Período da Ordem do Dia.” -----

**Ponto 2.2 - Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O ponto 2.2 é uma proposta de alteração da Mesa ao Regimento. Foi enviado a todos os senhores Deputados o parecer da CCDR, isoladamente, e, agora, com a proposta da Mesa, que o faz ao abrigo da alínea a) do número 1 do artigo 23º do Regimento. O que é que o parecer diz, muito sinteticamente, e a proposta diz? O que o parecer diz é que, no período da ordem do dia, não se podem discutir assuntos de interesses geral municipal, que estavam previstos nos pontos 11, 12 e 13 do artigo 37º. E, se lerem a parte final do parecer, na página 4 e na página 5, diz que é deixar, por um lado, de prever esta hipótese nos números 11, 12 e 13 e passar a prevê-lo expressamente no artigo 36º. Em técnica jurídica, foi isso que a Mesa fez. Mantém os pontos 1 a 10 do artigo 37º e subiu, ao número 11, o antigo número 14 do artigo 37º. No período antes da ordem do dia, inclui o tratamento de assuntos gerais de interesse municipal. Esta é a alteração, de acordo, repito, com as últimas linhas do parecer na página 4 e na primeira e segunda linha da página 5. Não sei se algum senhor Deputado deseja pronunciar-se, faça favor, senão, colocava alteração do Regimento à votação.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Boa tarde a todos. Senhor Presidente, talvez por equívoco, talvez por falha, não colocou o texto que foi enviado à CCDR, correto? Ou posso estar eu equivocado?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O pedido de parecer, como os outros dois pedidos de parecer, nunca foram colocados. A pergunta feita está na segunda página do parecer, que resumiu...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não, desculpe. O senhor é representante da Assembleia Municipal. Mais do que os pareceres que as outras entidades nos dão, nós precisamos de saber qual foi a questão que nós colocámos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, a questão que a Mesa pôs é uma questão muito simples...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu preciso de conhecer o documento que o senhor Presidente colocou à CCDR.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está transcrito. O documento, a pergunta feita está na segunda página.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu gostaria de conhecer o documento que o senhor Presidente da Assembleia enviou à CCDR.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O resumo está na segunda página do parecer.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu gostaria de conhecer o documento que o senhor Presidente enviou à CCDR. Eu estou a querer dizer que quero conhecer o documento que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, em representação de todos nós, enviou à CCDR.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, repito que as perguntas feitas no parecer estão transcritas na página 2, quando diz, ponto 8 e 9. A pergunta é muito simples. Está aí. O período de antes da ordem do dia, nos termos da lei, é tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. E a pergunta é: o período da ordem do dia também se pode destinar a discutir assuntos de interesse geral municipal? E o que a CCDR diz é: é ilegal, viola o artigo 52º e o número 3 do artigo 37º do Regimento. A pergunta é esta.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, deixe-me só dizer uma coisa. Não tem nada a ver e, como é óbvio, não estou aqui a colocar em causa a credibilidade do senhor Presidente, nem nada disso. Deixe-me só colocar esta questão. Como vimos há pouco, estávamos aqui para aprovar ou para nos pronunciarmos acerca de uma moção e, sobre essa moção do PG, nós concordávamos com os pontos finais, no entanto, não concordávamos com a introdução. E, portanto, nós gostaríamos de conhecer o documento na totalidade. Porque aquilo que nós temos, neste momento, é assim, nós não sabemos qual foi a introdução que foi feita e qual é que é a conclusão que depois, a seguir, é feita. E, portanto...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, se quiser continuar a insistir...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “...não houve mais...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “...o senhor Deputado insiste e eu insisto. A pergunta é: é possível haver... é legal o constante do número 1, 12 e 13 do artigo 37º? E

a CCDR diz: não; é ilegal, viola o artigo 52º e o próprio Regimento no número 3. A pergunta é esta.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Pronto, relativamente a esta questão, calculo que o senhor Presidente nos vai enviar rapidamente, com a maior brevidade possível, podendo não ser hoje, o documento que enviou à CCDR, porque nós temos que o conhecer. Nós temos que o conhecer. Temos que saber qual é que é o teor do email. Não é só dizer, em resumo, é isto. Quer dizer, temos que saber exatamente o que é que lá está escrito. Porque somos nós, no fundo, somos nós que estamos representados nesse documento. Esse documento é nosso. Esse documento foi como se fosse um documento emanado da Assembleia Municipal e que fosse enviado a qualquer entidade. E nós temos que o conhecer, senhor Presidente. Desculpe, porque bem basta querer tirar tempo aos senhores Deputados. Agora, não nos deixar conhecer aquilo que é do nosso direito... Mais, aquilo que o senhor Presidente fez foi representar-me a mim e eu não admito que ninguém me represente sem eu ter conhecimento do teor de um texto. Peço imensa desculpa. Em segundo lugar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “deixe-me, já agora...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Diga, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Estranho, porque este parecer foi enviado a cada um dos senhores Deputados há vários dias. Seria curial, se tivesse interesse em saber a pergunta, teria logo perguntado quando o parecer foi enviado. Nessa altura perguntava e eu tinha disponibilizado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não quero entrar em diálogo, mas teria sido curial, por parte do senhor Presidente, nos dar conhecimento do texto que enviou à CCDR. Isso é que teria sido curial. Depois, dizer-vos que faltará também um ponto na ordem de trabalhos, correto, senhor Presidente?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não estou a perceber.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “De acordo com o Regimento, virá a esta Assembleia uma proposta e será criada uma comissão, para depois, a seguir, trazer nova proposta do ponto à Assembleia. Está escrito. É o artigo 69º número 2, acho eu, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não entendo.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Veja o artigo 69º número 2, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “De quê?” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Do Regimento, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu estou a ler alínea a) do número 1 do 23º.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “69º alínea b) ou alínea 2. Artigo 69º artigo 2? Ponto 2. Obrigado, Bárbara.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, a leitura que eu fiz jurídica não foi essa. O plenário decide. Não vale a pena perdermos tempo toda a tarde a discutir isto. Se o plenário entender que não pode votar hoje, estamos todos de acordo. Não há problema nenhum.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, nós estamos perfeitamente... há uma situação que eu lhe digo, senhor Presidente, todas as decisões que aqui forem tomadas, da mesma maneira que o senhor Presidente... vamos lá ver, o senhor Presidente, neste momento, não nos quer mostrar os documentos que foram para a CCDR. É isto que está a acontecer. Desculpe. É fácil. Quer dizer, temos aí várias pessoas, várias pessoas que apoiam a Assembleia Municipal, rapidamente poderão colocar aqui o documento que foi para a CCDR, para nós todos podermos ter em conta, para nós podermos ver aqui o e-mail. Não sei se foi o mail, uma coisa qualquer. É fácil de ver. Em segundo lugar, se é o próprio senhor Presidente está a querer ir contra o Regimento, nós teremos que tomar as medidas que acharmos convenientes durante esta Assembleia. Mas, já agora, punha à discussão também dos outros grupos parlamentares, uma vez que os líderes... mais, é que começamos por isto, senhor Presidente. Eu, há pouco, não sei porque eu não assisti a essa parte do debate, vieram aqui umas questões que têm a ver com o facto de haver três personagens que há dois anos andaram a

prometer coisas. É assim, também não será de bom tom ficar o senhor Presidente Sérgio Costa com todas as responsabilidades daquilo que tem acontecido, neste momento, nesta cidade e neste concelho, senhor Presidente. E, portanto, dizer que claramente aquilo que tem acontecido nesta Assembleia, ainda bem, aquilo que tem acontecido nesta Assembleia é que, cada vez mais, a democracia está colocada em causa. E, portanto, porque aquilo que querem é retirar o 2.1, precisamente para nós não podermos falar. É para cada vez menos a oposição poder falar e agora até há interpretações de um Regimento onde consta uma coisa que é clara, claríssima. Mas eu deixo que os outros membros falem. Desculpem lá estar a levar tanto tempo, mas pensava que tinha sido um lapso do senhor Presidente. Peço imensa desculpa, afinal verifico que não é um lapso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, não posso precisar o dia em que foi enviado, a todos os senhores Deputados, o parecer...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não, não é o parecer. É o que o senhor pediu.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Desculpe, agora estou eu a falar. Ó senhor Deputado, agora estou eu a falar...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Fale.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Vamos ver se nos entendemos...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Diga.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se o senhor Deputado tinha tanto interesse em o pedido de parecer, o texto do pedido de parecer, teve tempo mais do que suficiente de mandar um email a pedir esse parecer. O parecer vai ser disponibilizado. Não há problemas nenhuns. Aqui não há sigilo, não há nada. Eu lamento é que só na hora deste ponto ser posto à discussão, o senhor levante essa questão prévia. Isso é que eu lamento... Isso é que eu lamento. Mas há uma coisa que eu lhe quero dizer, faz favor de retirar aquilo que acabou de afirmar, que nós o queremos calar. Eu tenho aqui (n) Regimentos de Assembleias Municipais, de Viseu, Fundão, Porto, Gaia, Partido Socialista, e outros que em nenhum tem. E digo-lhe mais, em alguns, entra, nos sessenta minutos, a leitura do expediente e a leitura da ata. Estão aqui. E, nesta proposta, esse

período não conta. É ler o que está na proposta. Lamento é que só agora, na altura, o senhor lhe tenha dado a tese de querer saber o pedido. Não há problemas nenhuns, divulgamos o pedido. Não há problema nenhum.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Presidente, é assim...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “...não há nada, não há nada aqui para esconder. Agora, não diga nem repita é que lhe queremos tirar a palavra, porque o senhor não arranja um único Regimento, um único, em que tenha um ponto 2.1, dos que eu li.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Se me permite, não sei se... posso? Lá está, eu não queria entrar em diálogo, para outros grupos poderem falar. Mas dizer-lhe uma coisa, é assim. Como é óbvio, eu torno a repetir, não é curial é que se traga aqui uma alteração ao Regimento e não sejam convocados os líderes, conforme está no Regimento. Isso é que não é curial. Não é curial e, portanto, como é óbvio, senhor Presidente, já nos devia conhecer e já deveria saber que onde se devem discutir essas coisas, se não for na comissão previamente criada, vimos aqui para Assembleia. Mas foi o senhor Presidente que assim o quis, porque, senão, tinha-nos convidado a todos para uma reunião, estaríamos todos, trataríamos do assunto e, neste momento, traríamos todos à reunião, da mesma maneira que fizemos quando discutimos o Regimento e que foi aprovado aqui por unanimidade. Por unanimidade. Agora, deixe-me dizer-lhe...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, senhor Deputado, isto aqui...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “...deixe-me dizer-lhe uma coisa...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “...deixe-me só dizer isto, para não estarmos aqui a perder muito tempo. Não convocámos, a Mesa não convocou os líderes, porque isto é o cumprimento de um parecer que considera um dispositivo ilegal. É vinculativo, o que é que eu vou fazer? Vínhamos aqui fazer o quê? Por isso é que foi a minha interpretação do 69º, senhor Deputado...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, já agora, relativamente ao ponto 2.2 da ordem de trabalhos, como todos nós sabemos... ou 2.1 da ordem do dia, penso

que é assim, assuntos de interesse municipal. Salvo erro, foi uma anterior Presidente da Assembleia Municipal que para procurar que os grupos menos representados, e foi isto que foi dito, os grupos menos representados nesta Assembleia pudessem ter mais direito a falar. Essa pessoa, Cidália Valbom, fez um livro acerca do que é ser Presidente da Assembleia Municipal. E confesso que, neste momento, porque já na altura existia esta lei, senhor Presidente. Esta lei já estava em vigor quando Cidália Valbom, em nome da democracia, criou o 2.1, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei... Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, é assim, nós, na realidade, quando fizemos a revisão do Regimento, deste Regimento que está agora em curso, o senhor Presidente, e bem, teve o cuidado de juntar numa conferência de líderes ou numa comissão, como lhe queiramos chamar, para todos trabalharmos, chamemos-lhe assim, partirmos pedra e termos um Regimento que cumprisse a lei, mas que fosse adaptável à nossa realidade. E assim foi feito. Por mais do que uma vez, eu, enquanto líder de bancada, chamei à atenção, e o senhor deve-se lembrar disso, que o ponto 2.1 não tinha cabimento. E chamei à atenção que havia Assembleias Municipais que não o tinham, nomeadamente Matosinhos, Gaia... uma série delas que o senhor agora acabou de dizer. E eu trouxe-as e disse. A conferência de líderes, obviamente, não tem votação, e, portanto, no final, considerámos que este era o Regimento adequado. Todos. E pronto e ficámos assim. É evidente que isto permite dar palco político a quem está na Assembleia. Todos nós também entendemos isso e entendemos porque é que o 2.1 surgiu. A questão maior e a minha surpresa, peço-lhe desculpa, é que para fazer o novo Regimento, e bem, o senhor convocou uma conferência de líderes. Para alterar este ponto que, na realidade, já trazia aqui algumas dúvidas, o senhor não convocou a conferência de líderes. E eu acho que, não querendo, porque eu não sou Presidente da Mesa e, portanto, não quero aqui substituí-lo, mas acho que o devia ter feito, em nome de... não é da transparência, nem sequer ponho em causa e eu acho que o Deputado Miguel Borges também não está a pôr em causa a sua honorabilidade e o respeito que temos pela Mesa da Assembleia, obviamente. Mas teria sido cordial, teria sido adequado, tal como fizemos, e é isso que eu o desafio, neste momento, a fazer, sentarmo-nos todos à mesa e percebermos bem aquilo que a CCDR nos vem dizer. Se o

ponto 2.1 é ilegal, então, hoje já nem devia ter estado nesta Assembleia este ponto 2.1 e esteve. Esteve e fizeram intervenções. Se o senhor considera que é ilegal, aquilo que foi feito aqui não tem qualquer valor e não tem nenhum valor nas Assembleias anteriores. E é esta a minha questão. Quer dizer, há aqui coisas que podiam ter sido resolvidas com um simples telefonema, com uma reunião de uma hora ou de duas horas e tínhamos resolvido esta situação. E vinha aqui, como disse o Deputado Miguel Borges, vinha aqui a votação a alteração. Porque nem sei se é preciso vir a votação, o que tem que vir é o Regimento inteiro. Nem sei se este ponto tem que vir a votação, porque, se ele é ilegal, nem devia ter estado, como eu disse, desde o princípio. Muito obrigado.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Faz favor.”

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, boa tarde a todas e a todos. Nós reforçamos aqui alguns pontos. Ou seja, nós temos sim uma parte do parecer e não temos o documento inteiro. E também concordo, ou seja, se é enviado enquanto Presidente da Assembleia Municipal, representa-nos a todas e a todos nós. É importante que qualquer uma e qualquer um de nós tenha conhecimento do que foi solicitado. Além disso, aquilo que o ponto 8 e 9 nos levam a pensar é que o parecer foi pedido no sentido de reduzir o debate, porque o que diz lá é logo um pedido de: é ilegal? E, para nós, foi uma tentativa de redução do espaço do debate e foi bem conseguida. Outra questão é exatamente o que o PSD falou. Nós tivemos um hábito de, para criar o Regimento, haver reuniões de líderes. Foram mais do que uma, até. Eu, neste momento, não tenho a memória, não posso garantir, mas eu acho que até contámos com a presença de Presidentes de Junta. Digo já que acho que esta comissão deve ser constituída de igual forma, líderes e Presidentes de Junta representados. Mas a verdade é que, no passado, isto foi feito. Nós fizemos reuniões, conversámos todos e conseguimos chegar a um consenso do Regimento. Desta vez, tentou-se atropelar um pouco a democracia. Primeiro, era uma ação que obviamente mostrava que havia interesse em ouvir a nossa opinião, que havia um espaço de debate que promovesse um Regimento que nos representasse a todos e a todas. E também muito importante é que, realmente, o artigo 69º, quer gostemos ou não dele, ele foi aprovado e ele prevê que haja uma proposta, da minha leitura e da nossa, haja uma proposta que tem que ser aceite pela Assembleia. A seguir, tem que ser criada uma comissão ao grupo de trabalho. Por lapso de todos nós, não está previsto

como é que isto vai ser criado. As alterações devem ser por maioria absoluta dos membros, portanto, obviamente terá que ser feito também em Assembleia e, depois, sim, publicitado. O que nós vemos aqui hoje é uma proposta de alteração que vai infringir todos os pontos, tirando o primeiro. Portanto, obviamente, nós também, enquanto Bloco, não vamos compactuar com uma decisão que vai, mais uma vez, neste órgão, atropelar a democracia. Mais uma vez, neste órgão, vamos tentar descumprir uma obrigação que todas e todos nós aprovámos, novamente, por unanimidade. Portanto, temos que, independentemente de agora olharmos para o Regimento e pensarmos que há coisas que podiam ter sido previstas de outra forma, ok, mas temos que nos seguir pela lei. E é simples resolver esta questão, se houver vontade para tal e houver respeito por todos os membros da Assembleia.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Não querendo, de alguma forma, pôr em causa a transparência e a honorabilidade da Mesa, que nunca nos desiludiu nessa matéria, nós subscrevemos, pelo menos na substância, tudo aquilo que os intervenientes anteriores disseram acerca deste ponto. Como tal, e fazendo fé nas palavras que eu disse anteriormente, não seria prudente a Mesa retirar este ponto para análise, uma discussão mais aprofundada e, numa posterior Assembleia, depois de tudo ser estudado num grupo, numa comissão a criar para o efeito, traríamos novamente este ponto para votação? E já agora que se está a mexer no Regimento da Assembleia, porque não estender também um bocadinho mais a sua análise para algumas coisas que aparentemente sejam incongruentes poderem também ser corrigidas. Já que temos o trabalho, ao menos aproveitamos. Por isso, a nossa sugestão é que este ponto seja retirado e oportunamente será novamente trazido como deve ser e à luz e de acordo com a lei. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “O grupo municipal do PG acompanha muito do que foi a intervenção do Dr. João Correia. De facto, o parecer é claro. Agora nós temos que cumprir o que está estipulado e, portanto, o que faz sentido é apresentar a proposta de alteração, que é o que diz o ponto 1. Tem de ser criado o grupo de trabalho para se analisar a proposta e depois voltar à Assembleia. É o que parece que está na proposta. Também é verdade que o 2.1 já houve em tantas assembleias, portanto, mais uma,

menos uma, não é por aí que... eu não percebo de leis, mas essa ilegalidade também já aconteceu no passado. Por fim, dizer também que o mais importante é que isto fique resolvido rapidamente. Acho que gerou-se aqui algum ruído desnecessário, mas temos de seguir os bons exemplos que já foram referidos, no passado, aqui, de trabalho, para que este problema seja resolvido e fique tudo conforme o que está estipulado. Seguir o parecer, transparência do pedido e ter o Regimento adequado à legalidade. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, repito o que disse. É pena é que a posição que o senhor Deputado Miguel Borges hoje aqui tomou, não a ter tomado logo no dia em que recebeu o parecer. Já tínhamos tratado disto como deve ser. De qualquer modo... senhor Deputado, nós temos aqui, o problema que se pôs à mesa é um problema muito simples, para acabarmos com esta discussão, não vale a pena. E já vos vou dizer, a Mesa vai retirar a proposta. Pronto. Sem prejuízo de dizer que esta proposta cumpria apenas um parecer de uma entidade independente, não foi o jurista A ou o jurista B, foi uma entidade independente como a CCDR. E dado que a CCDR diz que estes números 11, 12 e 13 violam o artigo 52º da Lei 75/2013, a Mesa entendeu que isto era linear. De qualquer maneira, a Mesa retira a proposta. Passávamos ao ponto 2.3 (...) Mas porque é que tem que ser feito? Eu ainda não entendi porque é que tem que ser feito.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Só para que fique gravado e é única e exclusivamente por isso. Relativamente ao ponto 2 do artigo 69º do nosso Regimento diz que tem que ser criada uma comissão para avaliar a proposta. E, portanto, aquilo que eu proponho, e que acho que não devo ser eu a propor, deve ser o senhor Presidente, primeiro é a introdução de um ponto que é a criação da tal comissão e, em segundo lugar, que essa comissão seja a comissão que neste momento já está criada, que é a comissão de líderes, conjuntamente com os Presidentes de Junta, com os membros independentes da Assembleia Municipal. Era isto que eu queria propor, no sentido de não virmos cá mais outra vez, para depois a seguir estar a ser criada a comissão e depois... porque estas coisas, lá está, se queremos legalidade e se queremos que as coisas sejam cumpridas como deve ser, temos que seguir os passinhos todos, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Vou ler, com calma, o número 1 e o número 2 do artigo 69º. Vou lê-lo, pausadamente: o presente Regimento pode ser alterado pela

Assembleia Municipal por proposta da Mesa, de um grupo municipal ou de, pelo menos, um terço dos seus membros. O número 2, que tem sido invocado: admitida qualquer proposta de alteração (que é esta parte que os senhores não leram) admitida qualquer proposta de alteração, a sua apreciação é feita por uma comissão ou grupo de trabalho expressamente criados para o efeito. Se a proposta não for admitida, que era isso que nós trazíamos hoje, não há grupo de trabalho. Ou eu não sei ler português. Admitida qualquer proposta de alteração, a sua apreciação é feita por uma comissão ao grupo de trabalho expressamente criados para o efeito. Se a proposta não for admitida, não há grupo de trabalhos. É assim que eu leio isto. Chumbam a proposta, não há grupo trabalho. Tem que voltar cá outra vez. É que é preciso ler a totalidade do número 2. Isto tem que ser votado que é para depois se criar o grupo de trabalho. Só leem metade das disposições da lei, dá o que dá. Primeiro vem a proposta e depois é criado o grupo. Pode, pode. Faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom, senhor Presidente, senhores Deputados. Até eu já estou farto e gosto muito da política, imagino o que estarão a pensar as pessoas que nos estão a ver lá em casa. Vamos lá ver. Alguém, no mandato anterior, propôs um tempo de reflexão e para se fazer política, para nos ouvirmos uns aos outros e foi aprovado um Regimento neste sentido. Sabia-se, os que estavam cá sabiam que não tem enquadramento legal. Alguém que conduz os trabalhos, no exercício do seu mandato, precisa de saber como é que gere os trabalhos. Pede os pareceres a quem quiser. E é a entidade legítima a quem pediram. A Mesa pediu a uma entidade legítima e ficou claro, como água, aquilo que já sabíamos, que o ponto 2.1 é ilegal, não tem enquadramento legal. O nosso Regimento também, à boa maneira portuguesa e para perdermos mais um bocado de tempo, diz que tem que haver uma comissão para se acabar até com uma coisa que é ilegal. Até para acabarmos com uma coisa que é ilegal, temos que fazer uma comissão. Penso que não há muito a fazer aqui. Vamos fazer a proposta de alteração do Regimento, fazemos a comissão. É a Comissão mais fácil do mundo, porque já sabemos o que é que temos que decidir, é o que está na lei, acabar com ele. Eu, se for lá, não digo mais nada, leiam a lei. E depois trazemos cá a proposta. E, como é óbvio, vamos ficar sem o ponto 2.1. Mas que não pense o Partido Socialista, ou alguém aqui nesta sala, que é por medo do debate da malta do PG. Isto pode durar

até à meia-noite. Enquanto cá estiver eu, há sempre a réplica. Não temos medo do debate, não tenham medo disso. Agora, é uma ilegalidade e o senhor Presidente quer cumprir a legalidade. E eu penso que ele pode pedir os pareceres a quem quiser e nenhum Presidente da Assembleia da República, nem de outra, divulga tudo o que pede e o que pergunta. A Mesa é soberana na condução dos trabalhos. Como nós somos soberanos para os destituirmos. Quem insinua que ele está a condicionar, ponha uma proposta, se for capaz. Não se pode insinuar assim coisas sobre as pessoas. Sabemos porque é que foi feito e sabemos que não estava de acordo com a lei. Satisfiz-nos enquanto cá estivemos? Olhem, entretemo-nos a falar uns com os outros. Na minha opinião, bem. Mas não tem enquadramento legal. Eu até gostava deste tempo, não tenho medo do tempo. Mas não tem enquadramento legal. Qual é a dúvida que nós temos? Vamos votar aquilo que o senhor Presidente propôs, não há outra solução. E depois, a seguir, faz-se a comissão. O Borges gosta de estar na comissão, ele acompanha-me, eu também gosto muito dele. Venha mais gente, faz-se a comissão e depois acaba-se com o Regimento que tem que acabar por lei. É simples e linear, isto. E para não estarmos a dar este espetáculo para fora.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, quando lemos uma lei, temos que pensar sempre o que é que está subjacente àquela redação, àquele texto. Este artigo 69º, senhor Deputado, eu li-o várias vezes e entendi que não se aplicava. Porquê? Porque isto é uma alteração, vamos imaginar, a ordem de qualquer coisa. Nós, aqui, não estamos a fazer uma alteração prevista neste artigo 69º. Nós estamos a tentar eliminar do Regimento disposições que são manifestamente ilegais. É isto que estamos a fazer. Eu li o 69º, só que o 69º é para uma alteração normal. Não é a CCDR vir dizer que este ponto é ilegal e agora estarmos aqui ainda a nomear comissões para dizer: olhe, é ilegal! Mas, tudo bem. Ponho à consideração do plenário, admitimos a proposta nos termos do artigo 69º? (...) A admissão da proposta. Que eu entendo que não era necessária, porque este artigo 69º é para alterações que não sejam violações de lei. Mas também não é por isso que há problemas. É um ato perfeitamente inócuo e inútil, perder tempo.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Só referir que não falamos dum ato ignóbil. Nós estamos a falar de um parecer da CCDR que diz que há algo ilegal no Regimento da nossa

Asssembleia. Ok. E, para o cumprirmos, querem mesmo trazer um novo ato ilegal? Não convém. Por isso é que eu estava no meu lugar a pedir um esclarecimento. É preciso que seja esclarecida toda Assembleia ou pelo menos eu fiquei com essa dúvida. Nós vamos votar a ideia de criarmos uma comissão e se fazer uma alteração ao Regimento ou vamos votar a proposta que foi colocada na plataforma? Porque a sua intenção era votar hoje a proposta que colocou na plataforma, correto?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Exato, porque entendo que o 69º não se aplica...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Não se aplica o Regimento da Assembleia Municipal da Guarda dentro da sessão ordinária da Assembleia Municipal da Guarda? Como é que isto acontece?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Neste caso, porque isto não é uma alteração... Não... Este este 69º para mim não se aplica, porque este aqui não é uma alteração do Regimento. É a eliminação de normas do Regimento que são ilegais.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Ok. A eliminação de uma norma do Regimento não confere uma alteração ao Regimento, como? Mas é uma alteração ao Regimento, independentemente de ser acrescento ou eliminação de um ponto. Ou seja, mesmo que ele esteja ilegal, temos que cumprir o nosso Regimento para fazer esta alteração. E eu preciso que o senhor Presidente da Mesa esclareça, quando fizer esta votação, se nós vamos votar uma alteração ao Regimento, no qual será posteriormente ou até hoje constituída uma comissão, ou se vamos votar a sua proposta de alteração. São coisas muito diferentes, porque o que foi colocado aqui foi a ideia de votar a sua proposta de alteração, com base no parecer.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, se me permite, mais uma vez, vou reforçar a ideia que manifestei há pouco. Não mandará o princípio da prudência retirar este ponto, fazermos a tal comissão e, na próxima Assembleia, vem já a alteração devidamente fundamentada, é votada e, a partir desse momento, o Regimento é o que for na altura. Portanto, acho que é a coisa mais simples e não estamos aqui a perder tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas, senhor Deputado, tem toda razão. Só que, se vamos aplicar o artigo 69º, temos que levar a proposta a ser admitida.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Então, mas uma vez que o senhor Presidente reconhece que o artigo 69º não se aplica a este caso, então omitimo-lo. É assim, a nós, o que nos interessa, é cumprir a legalidade. Ok? Podemos ser mais ou menos formalistas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então, senhor Deputado, se me permite, para todos os senhores Deputados, vamos, contrariamente à minha opinião, admitir ou rejeitar esta proposta e depois criamos o grupo de trabalho. É contra a minha opinião. É contra a minha opinião porque, se é uma norma ilegal, vamos criar um grupo para quê? Para quê? Expliquem-me isto!” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Ó senhor Presidente, então, já agora, deixe-me só rebater, com todo respeito. Então, assim sendo, a Mesa produzia um novo documento e trazia aqui já um novo documento com essa introdução. Já que é ilegal, retirava o ponto e dizia: meus amigos, está aqui o novo Regimento, façam o favor de votar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas ó senhor Deputado, é isto que a Mesa fez! A Mesa considera que isto é ilegal e faz uma alteração.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Então e não acha, senhor Presidente... é assim, nós não estamos a falar de um mero regulamento de esplanadas... peço, por favor, só um segundo. Nós não estamos a falar, com todo o respeito, de um mero regulamento de esplanadas. Isto é a nossa Constituição. É a Constituição da Assembleia Municipal da Guarda, onde todos nós estamos representados. Se calhar, mandaria a lisura, se calhar, foi uma questão de esquecimento, que todos tivéssemos sido convocados para o efeito. Não aconteceu. Tudo bem. Não vem nenhum mal ao mundo. Mas, se calhar, a melhor forma, e isto, mais uma vez, continuo a manifestar e a ser vincado nesta opinião, era retirar-se o ponto, fazia-se a tal reunião e depois vinha novamente, já com tudo direitinho e votávamos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas, ó senhor Deputado, se retiro a proposta sem ser admitida, não posso criar o grupo, porque o grupo só pode ser criado depois da

proposta ser admitida! Eu acho que isto é português claro, estamos a perder tempo em interpretações jurídicas que não têm nada a ver com isto.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Façam o que entenderem.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Presidente, claro que não havia necessidade de uma coisa com catorze pontos, trazer uma coisa destas! Quer dizer... Claro que não havia necessidade. E, realmente, eu estou de acordo com o Dr. Valbom. Quando o Deputado Valbom diz que está de acordo com o 2.1, que na antiga Assembleia Municipal toda a gente sabia que isto era ilegal, mas que, no fundo, era a favor da democracia e para que toda a gente pudesse falar. Sabemos que uma das figuras importantes do PG está connosco na questão de dar voz a todos os grupos. E isto, obrigado, Dr. Valbom por este sinal. Relativamente a esta questão, como é óbvio, terá que ser retirada «proposta de alteração» e terá que ser colocada a primeira palavra «admissão por parte da Assembleia da proposta de...» Pronto. E, portanto, é isto que fica, é admissão. Eu ajudo, senhor Presidente, admissão de.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, não se importam, vou dar a palavra. Mas há uma coisa que, a mim, me choca nisto. Eu só gostava que me explicassem o que é que este grupo de trabalho vai fazer, quando a CCDD diz que isto é ilegal. Eu só gostava de perceber. Eu hoje estou com o meu QI muito em baixo. Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Meus senhores, boa tarde a todos. É assim, acho que houve aqui uma série de confusões e uma série de contradições que é preciso ser esclarecidas, mas as pessoas estão a fazer uma confusão muito grande para coisas que são muito simples de perceber, basta ler. É muito simples. Para haver uma alteração ao Regimento, há duas hipóteses. Primeiro, tem que haver uma proposta que tanto pode ser a Mesa a apresentar, um grupo municipal ou pelo menos um terço dos seus membros. A proposta está ali. É uma proposta de alteração, não é vinculativo. Essa proposta vai criar o quê? Vem, em primeira instância, à Assembleia, para ser aprovado esta possível alteração ao Regimento e cria-se uma comissão eventual, ponto número 2 do 69º. Essa alteração, depois, vem outra vez à Assembleia para ser aprovada pela Assembleia. É muito simples. Agora, se o senhor Deputado do PS realmente quer ter

acesso ao documento que foi enviado para a CCDR para pedir o tal parecer, acho muito bem que o faça. Está no seu direito. Mas também concordo com uma coisa que diz o senhor Presidente, já o deveria ter feito. Porque, até agora, que eu saiba, no meu entender, da lei e deste Regimento, não se passa qualquer tipo de ilegalidade. Porque primeiro vem a proposta, que é a Mesa que propõe, uma alteração do Regimento, vai-se criar a comissão eventual para se discutir a tal alteração entre os seus líderes e depois vem outra vez à Assembleia para aprovar. Eu acho que é muito simples. Isto aqui não é vinculativo, é apenas uma proposta de alteração, ver se concorda ou não a Assembleia. Nada mais. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não há, repito... senhor Deputado Miguel Borges, não há problemas nenhuns em divulgar o pedido de parecer. O meu pedido de parecer, em nome da Mesa. Mas há aqui uma condição prévia, eu primeiro vou ligar à CCDR, perguntar... Não é do meu conhecimento que, em circunstância alguma, se o Governo pedir um parecer, que depois o Governo divulgue o parecer que pediu. É a sua proposta. Mas não há problema nenhum. Não há problema nenhum. Mas vou informar, vou informar. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, posso?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faz favor. Senhores Deputados...” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Eu só queria dizer o seguinte. O que motivou, de facto, esta discussão, pela intervenção do Deputado Miguel Borges, foi o facto de a comissão que trabalhou o Regimento não ter conhecimento do envio de uma comunicação do senhor Presidente à CCDR, no sentido de dar conta ou de um pedido de parecer sobre a situação que está aqui em apreço. Foi essa a motivação. E, naturalmente, o Deputado Miguel Borges, no direito que lhe assiste, quer saber, como eventualmente outras pessoas querem saber, eu também posso querer saber, o que é que o senhor Presidente pediu, em que termos é que o fez. Temos esse direito. Essa é que é a motivação. Tudo o resto, acho que vamos concordar, é uma correção ao Regimento. É uma coisa que está mal, não é uma alteração de fundo. É uma coisa que está mal e, quer queiramos, quer não, está em desconformidade com a lei. Mas isso é óbvio. É literal. Não é preciso interpretação extensiva. E, portanto, senhor Presidente,

eu recomendava, mais uma vez, aquilo que já foi dito aqui pelo meu colega de bancada. Retire, por favor, o ponto, a hora vai passando, já estamos a perder aqui muito tempo...”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, se retiro, tem que voltar outra vez a vir com o pedido de admissão.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Ó senhor Presidente, não precisa de constituir grupo nenhum trabalho, acho eu, agora. Porque agora tínhamos que votar. O que é que vamos votar?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A admissão, só. Nos termos do 69º.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Pronto, vote-se a admissão. Agora, isso é... mas então para que é que estamos aqui a discutir há uma hora? Eu não percebo! Não percebo, sinceramente. Agora, o Deputado Miguel Borges, como qualquer um de nós, temos o direito de conhecer, senhor Presidente, e não vejo qual é aqui o tabu, a comunicação que foi enviada por Vossa Excelência à CCDR. Isso, temos o direito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, não há problemas nenhuns. Eu já disse que vou mandar, só vou informar a CCDR, mas vou mandar. Agora, mas também compreenda que lamento é que só hoje é que se venha pedir esse parecer, quando já têm conhecimento do parecer há não sei quantos dias. Se o senhor Deputado Miguel Borges tinha tanto interesse em perceber o pedido de parecer, teve mais que tempo de me ter telefonado ou ter dito e eu já o tinha enviado. Não tinha custado nada. Portanto, ponho, nos termos do número 1 e do 69º, esta proposta à admissão para depois se criar o grupo. Correto? Pode ser? Quem vota contra? Quem se abstém? É a admissão da proposta. Aprovado, por unanimidade, com setenta e sete votos. Muito obrigado... Declaração de voto? (...) Ó senhor Deputado José Rodrigues, pode esclarecer a sua posição, porque estamos aqui a perder tempo inutilmente.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Este artigo 69º, se calhar, revê-se este ponto e revê-se este artigo 69º. Mas as alterações do Regimento... admitida qualquer proposta de alteração, a apreciação é feita por uma comissão ou grupo de trabalho expressamente criado para o efeito. Que se crie já isto para não dar mais confusão. O que é que é o grupo de trabalho, se tem legitimidade ou não. Que fique já definido o que é que é, nem que seja só para dizer: ok, concordamos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado... então, tenho que perguntar à Assembleia quantos membros tem o grupo de trabalho. Pronto! Primeiro... faça uma sugestão.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Então, é um representante, idealmente o líder de cada bancada e um representante dos Presidentes de Junta independentes... Então, todos os Presidentes de Junta Independentes são convidados a estar presentes.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então, concordam com a constituição de um grupo de trabalho, uma comissão de que façam parte os seis líderes dos grupos municipais e os senhores Presidentes de Junta independentes? Estão de acordo? Tanto tempo perdido.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.2 - Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e sete votos a favor, admitir a proposta de alteração ao Regimento e a criação de um grupo de trabalho composto pelos líderes dos grupos municipais e Presidentes de Junta independentes. -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “São dez segundos, é rápido, peço desculpa. Então, quer dizer, na próxima Assembleia Municipal, vamos ter uma ordem de trabalhos onde vai estar, logo à partida, um ponto que sabemos que é ilegal. Certo? Ainda vem o 2.1 para a próxima Assembleia Municipal. Pronto, é só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, havemos de chegar ao fim deste mandato e continuar a cometer ilegalidades.” -----

**Ponto 2.3. Aprovação da Versão Final da Proposta da 2ª Alteração do Plano de Pormenor do Novo Polo Industrial da Guarda - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, dá palavra à equipa projetista? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, eu pedia para que pudéssemos dar a palavra, usando o tempo do Executivo, à equipa projetista para que nos possa fazer a apresentação, por favor.” -----

- **José Lameiras, Consultor AMBISITUS - Projectos, Gestão e Avaliação Ambiental, Lda.:** “Senhor Presidente, posso?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor. Tem a palavra, muito obrigado.” --

- **José Lameiras, Consultor AMBISITUS - Projectos, Gestão e Avaliação Ambiental, Lda.:**

“Então, muito boa tarde a todos. Eu vou fazer uma apresentação muito breve da proposta de alteração do Plano Pormenor. Portanto, sob o ponto de vista procedimental, já percorreu, digamos assim, as capelinhas todas, entre aspas. Já foi a discussão pública, já houve um relatório de ponderação, já foi aprovado em reunião de Câmara. E foi também aprovado em reunião de Câmara enviar o Plano para aprovação para a Assembleia Municipal. Depois de aprovado, seguir-se-á a publicação em Diário da República. Portanto, fundamentalmente, os objetivos desta alteração tiveram a ver sobretudo com o aumento da capacidade de acolhimento empresarial que esta área tem, portanto, com a criação de novas parcelas ao lote. Simultaneamente, procurou-se também diversificar essa oferta em tipos de lotes ou de parcelas; eliminar as normas e as disposições do Plano que necessitavam de ser revistas, no sentido de facilitar a instalação das empresas, o acesso aos lotes ou às parcelas; eliminar alguns constrangimentos que existiam, quer à instalação, quer ao funcionamento dessas empresas; otimizar a oferta de estacionamento público e reconfigurar algumas áreas do domínio público, uma vez também que, a partir de agora, temos novas cargas urbanas. Quais foram as principais alterações introduzidas ao plano que estava, que estava e que ainda está até à publicação deste, em vigor? A duplicação da principal via distribuidora, que é aquela via que depois há de ligar ao Porto Seco; a criação do novo acesso rodoviário, que é exatamente esta via que depois ligará para noroeste; a criação da rotunda para substituição do entroncamento junto ao acesso do parque TIR, houve a necessidade de correção de alguma concordância viária; o reforço dos lugares de estacionamento público, quer de ligeiros, quer de pesados; a ampliação da capacidade de alguns lotes existentes e o objetivo fundamental que era a formação de novas parcelas. Foram criadas sessenta e uma novas parcelas para aumentar a capacidade de

acolhimento e, assim, dar resposta à procura que se verifica. É preciso registar que praticamente todo este parque, neste momento, está ocupado. Em termos de quantidades, em termos de números, como é que podemos sintetizar estas alterações? A área do Plano manteve-se, não houve alteração nenhuma à área do Plano. Portanto, o Plano ainda em vigor, a área desta proposta é exatamente igual. Aumentaram-se as parcelas, a área das parcelas para instalação de empresas, em cerca de 20%. Houve também a necessidade, uma vez que houve uma ampliação desta área, houve a necessidade também de aumentar os arruamentos em 21%. A área de implantação aumentou em 20% e a área bruta de construção também praticamente 19,5%, ou seja, praticamente 20%. Relativamente aos parâmetros urbanísticos, o índice de ocupação de solo, que no fundo é a área de implantação a dividir pela área total, aumentou ligeiramente. De 0.24 para 0.29 e o índice de utilização de 0.28 para 0.33. Qualquer um destes índices é relativamente baixo, se tivermos em conta a tipologia da área que estamos a tratar. Só por curiosidade, o índice de utilização de um espaço de atividades económicas, normalmente anda nos 0.6, aqui temos 0.33, e o índice de ocupação pode andar nos 0.50 a 0.70. É evidente que esta área tem um constrangimento significativo, que é uma linha de água que corre a norte, linha de água essa que foi mantida. Aliás, há outra também na zona central que se manteve e para a qual se instituíram até mecanismos de salvaguarda. Em termos de regulamento, as alterações é a revogação do número 2 do artigo 5º, que diminui os condicionalismos aos usos. Portanto, o plano admite todos os usos menos a habitação. A introdução dos parâmetros de dotação de estacionamento privado, foram reduzidos. O plano, portanto, baseava-se, o dimensionamento do estacionamento privado partia de uma portaria para o dimensionamento dos espaços verdes de utilização coletiva e equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas viárias. Com os planos municipais de ordenamento do território, e já desde há alguns anos, se os planos definirem esses parâmetros, não é obrigatória a aplicação ou pode-se prescindir da aplicação da portaria. Foi exatamente isso que nós fizemos. Diminuímos, ainda com algum significado, o estacionamento privado que era excessivo, para valores que nos parecem muito mais coerentes. E, depois, ainda no regulamento, foram introduzidas algumas disposições sobre o acesso de viaturas aos lotes. Esta é a planta final, a proposta do plano. Portanto, podem ver aí uma linha de água naquele espaço verde a norte, uma linha de água existente e que se

manteve, que se salvaguardou, assim como uma linha de água, também, na zona central nascente, que até tem uma pequena bacia de retenção que também se manteve. E, portanto, a grande ampliação deu-se exatamente na introdução de novos lotes ou parcelas na zona oeste do Plano. E é tudo. Não sei se há alguma questão.” -----

- **Jose Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Se alguma senhora ou algum senhor Deputado desejar alguma explicação ou fazer alguma intervenção, faça favor. Penso que não. Muito obrigado.” -----

- **José Lameiras, Consultor AMBISITUS - Projectos, Gestão e Avaliação Ambiental, Lda.:** “Muito obrigado eu.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja esclarecer, ainda tem tempo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, apenas, muito telegraficamente, agradecer à equipa projetista, senhor Engenheiro Lameiras, senhora Arquitecta Teresa Corujo, pelo bom trabalho feito, uma vez mais, que aqui nos apresentaram de uma forma muito sucinta. Muito obrigado pela vossa presença e pela vossa deslocação. Foi um trabalho longo, porque estas matérias de alteração do ordenamento do território demoram sempre o seu tempo. Conforme bem referiu, percorrer as capelinhas todas, no bom sentido, para podermos chegar aqui. Mas, senhor Presidente, permita-me, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, e renovando, naturalmente, os cumprimentos a todos, só frisar novamente os números que estão vertidos nesta segunda alteração ao Plano Pormenor da Plataforma Logística. Estamos a falar, dentro da mesma área, dentro da mesma cerca, dentro da mesma vedação, sem aquisição de qualquer metro quadrado de terreno, estamos a falar na criação de sessenta e um novos lotes para empresas, totalizando, assim, duzentos e sessenta lotes, ao todo, com este acréscimo que se conseguiu. Dizer também que se conseguem quarenta e quatro novos lugares de estacionamento para pesados no parque TIR, totalizando, agora, cento e cinquenta e oito lugares. Quem passa por lá ao fim de semana, bem evidencia a necessidade premente de aumento da capacidade do parque TIR. Também dizer que mais que duplicamos a capacidade de estacionamento ligeiro dentro da plataforma logística. Estamos a falar num total de mais

mil e cinquenta lugares que são criados, lugares de automóveis ligeiros, em toda a área da plataforma logística. Passamos a ter, assim, dois mil lugares. Naturalmente que este ordenamento do território e num futuro tão breve quanto possível, terá que ser feito agora o projeto, terá que haver fundos, naturalmente, para poder fazer as obras necessárias das infraestruturas tão importantes, para podermos fazer agora esta ampliação de uma forma pragmática, de uma forma física. Naturalmente, será uma obra que nunca será inferior a 3 ou 4 milhões de euros. Naturalmente, estamos a fazer o caminho para que, num futuro próximo, noutra mandato, seja possível fazer esta obra que é absolutamente importante, face aos pedidos que as empresas nos vão solicitando. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.3 à votação.” -----

**Resultado da votação do Ponto 2.3 - Aprovação da Versão Final da Proposta da 2ª Alteração do Plano de Pormenor do Novo Polo Industrial da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e oito votos a favor. -----

**Ponto 2.4 - Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental 2023 - discussão e votação. (Retificado para conhecimento.)** -----

**Ponto 2.5 - Alteração Orçamental Modificativa - 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Ano 2024 (Corrigido 2023) - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Segundo depreendi, este Ponto 2.4 terá que ser associado ao Ponto 2.5. Creio eu que estou a interpretar bem. Porque o ponto 2.4, em si, não é da competência da Assembleia. Como estão associados, veio assim. Eu creio que... Como estão associados, o Ponto 2.4 não é votado, é da competência da Câmara. Mas como está associado ao Ponto 2.5, por isso é que apareceu a votação. Mas não é, o ponto em si, entende-se que, se forem ver, não é votado. É para conhecimento. Diz, porque está associado ao Ponto 2.5, mas o Ponto 2.4 não é da competência da Assembleia. Eu peço desculpa, é da competência exclusiva da Câmara. Como está associado ao Ponto 2.5 que já é da competência da Assembleia, por isso é que apareceu.

Estou a dar essa explicação agora. Estou a dar essa explicação. Não, é para conhecimento, está associado é ao Ponto 2.5. É conhecimento, sim. Está é associado ao Ponto 2.5 que tem que ser votado. Senhor Presidente...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, eu pedia para que, naturalmente usando o tempo do Executivo, e podendo fazer a análise mesmo não sendo para votação, para conhecimento, acaba por se fazer a análise na íntegra destes dois pontos, do 2.4 e do 2.5. E pedia para que o consultor financeiro, Dr. Pedro Patrício, nos pudesse fazer aqui, de uma forma muito telegráfica, a apresentação técnica destes pontos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor, senhor Doutor.” -----

- **Pedro Patrício, Consultor:** “Obrigado, senhor Presidente. Boa tarde a todos. Um esclarecimento prévio quanto a esta questão do Ponto 2.4. O Ponto 2.4 é um ponto que tem que obrigatoriamente ir à aprovação da Câmara, porque é à Câmara que compete aprovar os documentos de Prestação de Contas. Ele tinha que vir era como instrutório do Ponto 2.5 à Assembleia, porque é a partir deste mapa que se pode integrar o saldo de gerência. Relativamente ao Ponto 2.5, que é a alteração orçamental modificativa, revisão número um ao orçamento de 2024, esta revisão orçamental integra, para além do ajustamento do saldo de gerência, neste caso não é inclusão do saldo de gerência, uma vez que não houve aprovação do orçamento municipal para 2024, há um ajustamento, em baixa, do valor do saldo de gerência anterior, bem como o ajustamento dos valores médios da receita com base na legislação em vigor, que corresponde, para a receita corrente, à média dos últimos vinte e quatro meses cobrados. Na despesa, um ajustamento dos valores em função daquilo que é a realidade expectável para o exercício 2024. São eliminados projetos das Grandes Opções do Plano, que deixaram de fazer sentido manter-se, uma vez que as intervenções ou as atividades foram concluídas. Há um ajustamento de algumas descrições, de alguns projetos, por forma a ajustá-los àquilo que são programas cofinanciados e a integração de novos projetos que, na sua globalidade, correspondem a decisões já previamente assumidas pelos órgãos municipais. Esta revisão orçamental prevê um aumento de um orçamento muito próximo de 1 milhão e 700 mil euros, resultante, essencialmente, da integração de novos projetos. A reunião de Câmara, na qual estive presente, esta modificação foi

devidamente escrutinada por todo o Executivo e foi aprovada por unanimidade, embora colo-me à disposição dos senhores Deputados, caso exista alguma dúvida sobre as matérias técnicas incluídas no documento, assim o senhor Presidente da Assembleia entenda.” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Doutor, muito obrigado. Se algum senhor Deputado ou alguma senhora Deputada desejar pronunciar-se, dava-lhe a palavra. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Ora, boa tarde a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes, os senhores Vereadores, as senhoras Vereadoras, os senhores Deputados Municipais e senhores Presidentes de Junta. Serve esta nossa intervenção, do nosso Movimento Pela Guarda, para dar o devido suporte político a este nosso incansável Executivo, que tanto luta e trabalha para alcançar as realizações e objetivos a que se propôs. Senhores Deputados, sejamos factuais e objetivos. Não podemos ou não devemos apoucar tudo e todos. Várias realizações, objetivos e bons eventos foram já conseguidos por este Executivo Municipal, no decurso deste mandato. Não vou agora e não há tempo aqui para elencar todas elas. Deixo esse desafio ao senhor Presidente. Bem sabemos que o nosso Governo, seja ele qual for, tem e terá sempre papel determinante para a concretização dos mais importantes projetos. Saibamos agora de todas as propostas e preocupações para o interior, para a nossa cidade e concelho, dos diferentes partidos que concorrem às eleições do próximo dia 10 de março e, já agora, façamos votos para que não caiam em saco roto. Sabemos que muito há a fazer. Mas não nos parece ser justo que, se algo de relevo e positivo se consegue para a cidade ou concelho, uns quantos políticos, com responsabilidades, assumam que é ou foi obra do Governo do seu partido, independentemente de qual esteja no poder, e se ignore a enorme capacidade reivindicativa, o contributo de intenso lóbi político desenvolvido por este Executivo e, em particular, pelo senhor Presidente da Câmara. Reitero o que recorrentemente lembro, todos não somos muitos para reivindicar e pressionar quem nos governa e para que cumpram as suas promessas e para que as políticas para o interior sejam positivas e verdadeiramente discriminatórias. A outra face da moeda, neste caso, das oposições, é elas próprias ignorarem as suas promessas não cumpridas e os seus próprios falhanços

para que, com o tempo, deixem de ser assunto. Não nos esqueçamos que o povo é soberano e está atento às atitudes e comportamentos de todos nós. Por isso, em minha opinião, todos deveríamos estar alinhados por um princípio básico e elementar: a Guarda e concelho sempre em primeiro. Por isso, mais vale tarde do que nunca para a tomada de boas decisões, que coloquem a Guarda e concelho a prosseguir pelo caminho certo. Assim, para que se perceba a importância dos documentos que, daqui a instantes, vamos aprovar nesta Assembleia, já percebi que não vamos votar o 2.4, o mapa de demonstração de desempenho orçamental de 2023, em síntese, o documento com o descritivo de todos os recebimentos e pagamentos no exercício, bem como dos saldos de gerência (saldo de gerência anterior e saldo de gerência seguinte) no qual está refletido que, em 2023, a receita total foi de 63 milhões, 690 mil e 700 euros, a despesa total de 57 milhões, 292 mil e 500 euros, resultando num saldo relativo à execução orçamental de 6 milhões, 398 mil e 200 euros. Senhores Deputados, para quem não tem presente princípios mais básicos e elementares da gestão financeira, alerta para o mais simples e mais conhecido de qualquer comerciante. O saldo diário de gaveta não é lucro, é tesouraria. Ou seja, é a sua ferramenta de trabalho, pelo que os maiores e mais importantes e duradouros investimentos de qualquer entidade ou município devem contar com coberturas financeiras de médio e longo prazo. Ou seja, também para este Executivo Municipal, a sua tesouraria é uma ferramenta de gestão que deve servir para necessidades inesperadas, imediatas e urgente, ou seja, de curto prazo. Com a aprovação da alteração orçamental modificativa, primeira revisão ao orçamento e grandes opções do plano do ano 2024, corrigido 2023, ou seja, Ponto 2.5, dotamos o nosso Município com o legítimo, normal e necessário instrumento de gestão para que, assim, possa prosseguir na senda da boa execução e evolução de importantes obras para a cidade e concelho. Para que todos percebam, com este documento estamos a ajustar, a aprovar despesas e receitas não previstas ou insuficientes para 2023, que serão executadas em 2024 e a criar as necessárias rubricas para o efeito de cabimentação. Mas antes, e desde logo em primeira linha, estamos a proceder à própria integração do saldo da gerência anterior. Vejamos alguns exemplos de novas rubricas e necessárias para: a execução de verbas aprovadas pela de DGAL para as intervenções em infraestruturas e equipamentos danificados pelas intempéries ocorridas em final de 2022 e início de 2023; para executar a candidatura PRR dos Bairros Digitais; rubrica para

a reabilitação da antiga sede da Associação Comercial, para ali instalar a Proteção Civil sub-regional; nova rubrica para permitir iniciar as candidaturas de novo quadro comunitário de apoio 20/30; nova rubrica para permitir iniciar a execução do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela; rubrica para iniciar procedimento para os novos Estaleiros Municipais; rubrica para permitir intervenção nas novas instalações UEPS/GNR. Recordemos que até os menos cétricos não acreditavam na sua vinda. Obrigado, senhor Presidente. O caminho faz-se caminhando: nova rubrica para apoio à aquisição de equipamento para a Associação de Bombeiros Voluntários; rubrica para permitir candidatar a reabilitação da antiga Residência de Estudantes - Rua António Sérgio; rubrica para apoio ao tarifário das Águas Públicas em Altitude; nova rubrica para permitir executar a candidatura aprovada pelo Turismo de Portugal, Rede Cultural e Criativa da Guarda; rubrica para permitir executar o financiamento do PRR - Órgão de Tubos da Sé. Finalmente, também a nossa cidade e à semelhança das restantes capitais de distrito, vai poder contar com o seu Órgão de Tubos na sua Sé Catedral. Diria que todos podemos usufruir de mais um pouco de cultura; nova rubrica para permitir iniciar o projeto de campo sintético Carapito/NDS; e para diversos reforços e ajustamentos em muitas rubricas para dar seguimento aos contratos em curso e às aprovações efetuadas ao longo de 2023. Esta primeira revisão orçamental, equivale a um aumento do orçamento 2024, corrigido 2023, de 1 milhão e 700 mil euros. Assim, solicito aos senhores Deputados se dignem aprovar a alteração orçamental modificativa, primeira revisão ao orçamento e grandes opções do plano do ano de 2024, corrigido 2023, Ponto 2.5. E para terminar e para que o senhor Presidente nunca se esqueça, as nossas palavras-chave são: resiliência, transparência e credibilidade. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada do Bloco de Esquerda tem a palavra, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “O Bloco de Esquerda vai-se abster, tendo em conta que não aprovámos este orçamento, não é por singelas alterações que ele se torna bom. Mantemos a nossa coerência de voto. Mas como percebemos que há algumas medidas que aqui são essenciais, não vamos reprovar, vamos abster-nos. Isto não se trata das pequenas alterações que foram feitas. Ou seja, não as medidas que foram propostas e um pormenor, mas sim da generalidade do orçamento. Achamos que tem que haver um

e não haver alterações que se podem tornar constantes durante o ano. Isto parece-nos um bocadinho dar a volta à questão. Foi com muita pena que vimos este ponto aprovado em reunião de Câmara, porque nos fez pensar que esta reprovação em Câmara não foi um ponto político, foi sim partidário. Lamentamos muito tê-lo visto. Achamos que temos que manter a coerência e vamo-nos abster, obviamente, no ponto, sabendo que há aqui medidas importantes.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja falar. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não sei se me é permitido colocar questões para serem respondidas tecnicamente ou se tenho que fazer intervenção. Estava a questionar se podia colocar... Ok. Não estando eu à vontade com isto, é assim. Isto não substitui em nada o orçamento de 2024, pois não?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Doutor, se houver mais alguma pergunta a fazer, depois o senhor Doutor responderia a tudo. Não há mais nenhuma pergunta? Não, mas é para fazer perguntas? É que depois o senhor Doutor respondia a tudo. Não, não. Pode.” -----

- **Pedro Patrício, Consultor:** “Relativamente à questão que foi colocada, o orçamento de 2024, ao não ser aprovado, o que a lei diz é que entra em vigor o último orçamento do ano anterior, portanto, com as dotações que existiam no final de 2023. Pode sempre ser aprovado um novo orçamento para 2024 durante o ano. Aquilo que a legislação dispõe é que, não havendo aprovação de um orçamento em específico, e não foi apresentado nenhum novo orçamento ao órgão executivo para depois poder ser deliberado pelo órgão deliberativo, o orçamento é feito através de ajustamentos com modificações permutativas e modificativas, sendo que as modificativas, quando são revisões orçamentais, vêm à Assembleia, tal como sucede no decurso de qualquer outro orçamento que esteja em vigor. Portanto, se me questiona se isto é a aprovação do orçamento do ano 2024? Não. É um ajustamento ao orçamento do ano 2023, que está em vigor em 2024. No fundo, vem consubstanciar algumas das rubricas que estariam integradas no orçamento de 2024.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor, tem a palavra.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Eu sei que em relação ao 2.4 era apenas para tomar conhecimento, mas só fazer aqui uma pequeníssima anotação. Se nós fizermos as contas, a taxa de execução da despesa, só da despesa, é de 68.9%. O que, mais uma vez, nos vem dar razão quando aqui o grupo do PSD dizia que havia orçamentos demasiadamente inflacionados e que depois a execução era o que era. Eu lembro também que, desde 2013, nunca a taxa de execução global da despesa foi tão baixa como no ano de 2023. Relativamente ao Ponto 2.5, atualmente, o orçamento em vigor, na Câmara Municipal da Guarda, é o de 2023, aprovada em Assembleia Municipal ordinária de 20 de dezembro de 2022, com as respetivas alterações modificativas de 28 de fevereiro de 2023, 27 de abril de 2023 e 28 de junho do mesmo ano. Entendeu este Executivo fazer mais uma profunda alteração ao citado documento, supostamente ajustando-a a uma realidade mais objetiva e coincidente com as necessidades dos munícipes da Guarda, passando de um orçamento inicial de 83.1 milhões de euros, para 84.8 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 1.7 milhões de euros, como já aqui foi dito. Uma alteração orçamental modificativa é aquela que procede à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa, ou da qual resulta o aumento do montante global da receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor. O PSD, pela voz da sua Vereação, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, propôs, em sede própria, várias sugestões necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, devendo o Executivo reorientar, através do mecanismo das modificações orçamentais, revisão ou alteração, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas com um menor custo financeiro. Esta alteração orçamental modificativa, pelo facto de permitir a colaboração ativa e justa participação da oposição, designadamente do PSD, é a verdadeira democracia a funcionar. Traduz um equilíbrio mais equitativo das forças políticas e coloca, no orçamento, a sensibilidade dos eleitores da Guarda que votaram nas forças políticas representadas na Vereação. Em termos globais, do lado da receita procedeu-se a um reforço de algumas rubricas em cerca de 17.4 milhões de euros e a uma redução de outras em 15.7 milhões de euros.

Paralelamente, do lado da despesa, assistimos a reforços de rubricas no montante de 6.5 milhões de euros e diminuições de outras em 4.8 milhões de euros, o que se traduz num incremento orçamental de 2% relativamente à terceira alteração modificativa de junho de 2023. De forma sucinta, gostaria de realçar alguns pontos que o grupo municipal do PSD considera relevantes. Desde já, a retirada orçamental do Centro Escolar da Cidade, uma vez que este estava baseado numa Carta Educativa anacrónica e feita à medida da vontade do senhor Presidente. Lembremo-nos que os Centros Escolares estão, de certa forma, obsoletos, não possuindo o mesmo potencial de educação como há quarenta anos, não sendo por isso uma solução adequada. A nova realidade são os Centros Educativos Integrados e a visão futura dever-se-á encaminhar para esta solução. Por outro lado, o PSD considerou que, na requalificação da Praça Velha, a rubrica proposta pelo Executivo era demasiado redutora, sugerindo que a mesma também contemplasse, de forma integrada, os edifícios adjacentes à mesma e que se encontram em elevadíssimo estado de degradação, pois só assim tal intervenção faz sentido. Lembrar também a proposta do PSD conducente à redução de rubricas que nos pareciam despesistas e colocá-las num patamar financeiro adequado e exequível. A título de exemplo, sublinho, a redução de mais de 1.5 milhões de euros, mais de um terço da sua dotação inicial, na rubricas de publicidade, seminários, exposições e similares, ou seja, naquelas onde a tentação propagandística do Executivo estava mais presente, contribuindo para a redução de gorduras supérfluas. Por último, destacar a sugestão do PSD com vista à melhoria da eficiência energética nas Piscinas. Entendemos a mais-valia da intenção, mas esta não pode estar divorciada de uma intervenção mais profunda e alargada ao nível das perdas de água que neste momento ascendem a cerca de 10 mil euros por mês. Tanto quanto me é dado saber, tal proposta foi acordada com os nossos Vereadores, tal como atesta a ata da penúltima reunião de Câmara, mas não a vemos plasmada no presente documento que agora discutimos. Como agora se constata, a não aprovação do orçamento para 2024, não sendo uma situação desejável, não é de todo impeditiva do normal funcionamento da edilidade. O PSD, ciente e consciente da sua responsabilidade política perante os guardenses, considera que esta revisão orçamental é qualitativamente muito superior a qualquer versão apresentada do Orçamento para 2024, pelo que não a inviabilizará com o seu voto. Recordamos também, como consistentemente temos afirmado, havendo respeito e humildade

democrática para com a oposição majoritária, há sempre, sublinho, sempre lugar a um entendimento saudável que contribua para o desenvolvimento deste concelho. E já agora, por último, senhor Presidente, gostava só de colocar-lhe uma questão, se me permite. Nós recebemos um e-mail com o Orçamento, portanto, a segunda versão do Orçamento para 2024. Gostaria de saber qual a razão desse envio. Muito obrigado.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma... Faça favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Boa tarde, renovo os meus cumprimentos a todos. Relativamente ao Ponto 2.4 e à matéria de que nos é dado conhecimento, nomeadamente no apuramento do saldo orçamental, apesar da escassa informação desse documento, até porque é um documento muito sintético e tecnicamente tem que ser assim, enfim, é um documento com uma informação muito restrita, há aqui, no entanto, algumas questões que nos merecem algum comentário. Nomeadamente, relativamente ao apuramento do excedente de cerca de 6 milhões e 400 mil euros, que na sua base está uma execução orçamental e que se nalguns capítulos é razoável, noutros deixa-nos algumas preocupações. Por exemplo, na execução das receitas de capital, uma execução de 34% não nos deixa muito confortável nas opções de investimento do Executivo para o futuro do Município. Da mesma forma que uma execução das despesas de capital de 75% nos confirma esta mesma impressão. E, portanto, isto deixa-nos algumas preocupações. No entanto, relativamente à modificação orçamental, tratando-se da primeira modificação orçamental ao orçamento que já vinha de trás, portanto, que dizia respeito a 2023, entendemos que, neste momento, faz sentido fazer este ajustamento. Não em todos os termos em que o ajustamento foi feito, porque há aqui opções, enfim, opções não diria, mas ajustamentos que decorrem da aplicação de diretrizes técnicas, como seja, eventualmente, os ajustamentos nos planos de investimento plurianuais, a retirada de verbas das grandes opções do plano. E essas não vemos inconveniente, pelo contrário, que sejam feitas. Mas há também aqui algumas alterações que resultam de opções políticas nesta fase. Nós tivemos a oportunidade de perceber a discussão que foi feita na reunião de Câmara sobre este documento, porque a ata já está disponível e, portanto, acompanhámos, e há claramente opções ou alterações aqui que resultam de opções políticas: retirada de projetos, a renomeação de projetos para poderem ser

candidatados a fundos, tudo isto são opções políticas e essas deixam-nos alguns receios, porque nós continuamos à espera que nos seja apresentado um orçamento para 2024, que é disso que o Município precisa. Mas esta primeira alteração, enfim, iremos acompanhá-la, com a certeza, porém, que uma futura alteração a este mesmo orçamento já nos merecerá muitas, muitas reservas. E deixaria, por último, a questão ao senhor Presidente de Câmara, relativamente a quando é que prevê apresentar um orçamento para 2024. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, ficando a saber que nós não estamos aqui a aprovar um orçamento para 2024, tal como tecnicamente me foi explicado, dizer que não percebo as palavras do senhor Presidente da Câmara dizendo que o PS e o PSD fizeram um ato de contrição. Não, senhor Presidente. Aquilo que aconteceu, nós tivemos acesso à ata onde essa reunião foi efetuada e, aí sim, estiveram todos os Vereadores, incluindo o senhor Presidente, a trabalhar para o bem da Guarda. Foi posto à discussão, houve uma discussão salutar entre todos os intervenientes. E só é pena que, um dos intervenientes, após isso ter acontecido, venha cá para fora a dizer que foi um ato de contrição dos outros partidos políticos. E, portanto, senhor Presidente, aquilo que a Guarda exige é que estes assuntos sejam tratados desta forma, no recato, como o senhor Presidente costuma dizer, e é desta forma, no recato, que nós podemos todos trabalhar pela Guarda, em prol da Guarda. E, sim, conseguiremos trazer aqui um novo orçamento, um orçamento para 2024, onde todas as forças se revejam, porque é assim, quando se tem minoria, procuram-se entendimentos no sentido de conseguir uma maioria sólida para governar. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado seja intervir. Senhor Deputado José Valbom, faça favor. Ó senhor Deputado, peço-lhe que seja sintético, porque o tempo, se não tiver tempo concedido por outras forças, tem quarenta e cinco segundos.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Eu, de economia e do que estão aqui a tratar, sei pouco. Mas sei, porque ouço todos os debates da televisão, que o PSD e o PS consideram fundamental e estratégico a aprovação do orçamento. E dizem eles que quem ganha governa. É o que têm dito nas últimas versões. Por isso, chame-se-lhe o que quiser, foi uma aproximação entre todos, que eu saúdo. Porque isto é uma ponte. Não se esqueçam que, para o senhor Presidente ir ao vosso encontro, vocês também têm que ir ao encontro dele. Agora, não foi aquilo que fizeram na primeira fase, assumindo, perante todos, uma coligação de negativos. Foi o que foi. Passámos o tempo, não vale a pena falarmos sobre isso. Mas hoje estamos melhor, felizmente, graças a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma intervenção? Não havendo, se o senhor Presidente da Câmara quiser usar da palavra, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimentos renovados a todos. Bom, senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, sobre o que aqui foi apresentado, agradeço ao Dr. Pedro Patrício estar aqui junto de nós e dar-nos aqui estas explicações técnicas, sobre estas matérias, sobre este ponto. Mas falando ainda sobre o mapa de demonstração do desempenho orçamental, bom, estamos a falar de um saldo orçamental de cerca de 6,7 milhões de euros. E eu devo dizer, eu referi-o na reunião de Câmara, já referi noutros fóruns também, mas nunca é demais referir isto, que nós, nos últimos dois meses do ano, nós fizemos pagamentos, pagamentos esses que poderiam ser diferidos no tempo, mas como o quadro comunitário, o Centro 2020, Portugal 2020 terminou mesmo no dia 31 de dezembro, nós, até dia 31 de dezembro, tínhamos que fazer todos os pagamentos. Ainda que muitos deles de uma forma adiantada. Mas tivemos mesmo que o fazer para podermos almejar agora podermos receber parte desse montante. É mesmo assim, são as regras dos fundos comunitários. E por isso, nos últimos dois meses do ano, nós tivemos que pagar investimento, senhores Deputados, 5 milhões de euros, em dois meses. É muito dinheiro. De facto, é muito dinheiro. Nós só estávamos a ver, dia para dia, a conta a baixar. Mas tinha que ser assim, sob pena de perdermos o barco da atribuição do fundo das gavetas dos fundos comunitários. Mas,

senhoras e senhores Deputados, esta proposta de revisão orçamental que foi apresentada, foi em tudo similar, em tudo idêntica àquela que foi apresentada na reunião de Câmara de dezembro de 2023. Podem comprovar isso. Basta compararem uma com a outra. E há poucas diferenças. Eu já direi quais é que são a meia dúzia, sete ou oito diferenças. E à época não foi aprovada. Já para não falar no orçamento que não foi aprovado. Mas a própria revisão orçamental que nós apresentámos depois também não foi aprovada, em tudo idêntica a esta que foi apresentada. Podem fazer essa comparação, eu sei bem daquilo que estou a falar. Estamos a falar de um aumento no orçamento, pelas razões já mencionadas, de 1,7 milhões de euros, com os ajustamentos aos valores da receita, da despesa, das grandes opções do plano, a alteração da designação de alguns projetos, conforme bem referido, a integração de novos projetos. Bom, enfim, de acordo com aquilo que foi sendo feito ao longo do ano de 2023. Porque nós não podemos estar de manhã a aprovar uma coisa numa reunião de Câmara qualquer, e agradecemos naturalmente as aprovações, mas depois, uns meses mais tarde, reprovar um orçamento ou uma alteração orçamental onde consta a inclusão, precisamente, das rubricas para ir ao encontro dessas necessidades. Foi isto tão só e simplesmente que nós fizemos. E a partir de agora é assim que vai ter que acontecer, porque é assim que se trabalha num orçamento de gestão. É uma coisa nova nesta casa. Em algumas câmaras do país já se praticou, mas, nesta casa, a caminho dos cinquenta anos da democracia, é a primeira vez que nós estamos a governar com um orçamento de gestão. À medida que novos projetos forem integrados nesta revisão, novos projetos que fiquem prontos para aprovação, seguir-se-á exatamente o mesmo princípio, ir à reunião de Câmara, ir à Assembleia Municipal, com todos os atrasos que daqui poderão advir e depois incluir essa rubrica respetiva no orçamento. Bom, isto só para transmitir como é que as coisas se processam, como é que elas se devem processar. E nós agradecemos o reconhecimento que a oposição teve pelo erro de reprovar o orçamento. É verdade. Acho que já todos perceberam o erro que foi reprovar o orçamento de 2024 e, mais ainda, a alteração orçamental que nós, no final do ano, apresentámos. Acho que já todos reconheceram esse erro. Todos nós temos que reconhecer isso, naturalmente. Mas nós não baixamos os braços e continuamos a trabalhar e aqui estão os projetos e o trabalho deste Executivo e também refletidos aqui os projetos que foram aprovados no ano passado. Bom, sobre algumas questões que aqui foram referidas, senhora Deputada

Bárbara Xavier, foram cento e cinquenta alterações. Cento e cinquenta alterações feitas ou propostas ao orçamento. São as consequências da não aprovação de um orçamento, senhora Deputada. São estas as consequências. Só são cento e cinquenta. Para a próxima veremos. Esperemos que não haja muitas mais. Mas à medida que haja necessidade de fazer algumas alterações ao orçamento, nova revisão à Câmara, nova revisão à Assembleia Municipal, como acabei de referir. Senhor Deputado Miguel Borges, o que nós estamos a fazer é governar com o orçamento de 2023 modificado e com mais esta revisão. E é assim que nós vamos continuar a trabalhar. O que entrou em vigor este ano, como bem sabe, foi esse orçamento modificado de 2023. E esta alteração modificativa, esta revisão que está aqui a ser proposta, é precisamente sobre esse orçamento e é sobre esse princípio, sobre essa base que nós vamos continuar a trabalhar. Senhor Deputado Ricardo Neves, falou nas taxas de execução. Eu lanço aqui um desafio, verifique as taxas de execução desde 2010, desde 2005, por aí, no final do ano, antes da revisão orçamental que foi feita. Lanço-lhe esse desafio. Antes das revisões orçamentais. Este é um bom truque técnico, bom truque técnico para salvaguardar o Município, não é para mais nada. Antes da revisão orçamental que se fazia todos os finais de ano, lanço-lhe este desafio para verificar as taxas de execução da receita e da despesa que estavam plasmadas ao longo destes anos todos. E vai verificar que a diferença não é muita. Umas vezes maiores, outras vezes até mais baixa. Mas, naturalmente, como nós temos que cumprir rácios, essencialmente ao fim de alguns anos, isto não é imediato, no caso concreto da receita, como bem deve saber, eram feitas ou são feitas essas alterações orçamentais ou revisões orçamentais no final de cada ano. Bom, falou aqui de várias sugestões, no caso concreto do PSD. Tenho que falar sobre elas, senhor Deputado. Retirada do Centro Escolar da Cidade. Nós continuámos a dizer, e foi isso que dissemos na Câmara, nós vamos continuar a querer cumprir o que está plasmado na Carta Educativa que foi aprovada por 2/3 nesta casa, neste órgão Assembleia Municipal. A menos que os senhores queiram, mais uma vez, contrariar as deliberações, não são as moções, são as deliberações da ordem do dia da Assembleia Municipal. É para isso que serve o Executivo, é para cumprir também as deliberações da Assembleia Municipal. E as da Câmara Municipal, claro está. E aquilo que nós referimos: sim, senhor, os senhores, o PSD... não foi o Partido Socialista. Aí, acho que nem se pronunciou sobre essa matéria. Senhora Vereadora, acho que nem não houve pronuncia

sobre essa matéria, no caso concreto do Centro Escolar. O PSD referiu que não concorda com o Centro Escolar nos terrenos do antigo matadouro. Está na ata da Câmara. Foi isto que o PSD, os representantes, os Vereadores do PSD disseram. E o que nós dissemos foi: então, vamos retirar essa rubrica e falaremos mais à frente quando o projeto já estiver para ser elaborado. E voltamos aí a falar sobre o assunto. Foi isto que foi decidido. Para que conste, nós continuamos a defender a deliberação da Assembleia Municipal, que foi a Carta Educativa aqui aprovada, no mês seis de 2023, com dois terços dos votos da Assembleia Municipal. Sobre a requalificação da Praça Velha, o Museu dos Sabores estava no orçamento de 2023. Desculpem, no orçamento para 2024 que foi chumbado no final de 2023. Estava na revisão orçamental que foi chumbada no final do ano de 2023. Estava lá. Naturalmente, face ao que foi referido, sim senhor, então, vamos lá colocar essa. Mas todo e qualquer outro projeto que não tenha ainda aprovação na reunião de Câmara, terá que ser feito, naturalmente, a aprovação do projeto, a aprovação da inclusão da rubrica, vai à Câmara e vai à Assembleia Municipal. Nada mais transparente do que isto. Sobre a eficiência energética das Piscinas, ó senhor Deputado, também devo dizer, mais uma vez, está na ata, mas aquilo que eu disse na reunião de Câmara. Eficiência energética é também poupança de água. E eu referi lá, e o senhor, se calhar, não leu a ata toda, que esses gastos que havia nas Piscinas Municipais já foram controlados na sua quase totalidade ou na sua grande maioria. Foi detetado o ponto de rutura. Foi detetado o ponto de rutura, as coisas melhoraram. Não estão ainda no ponto certo, mas já melhoraram e muito de uma forma abismal. Que o digam os serviços técnicos da autarquia. E claro que o projeto, quando for feito, da eficiência energética, terá que incluir toda a substituição de todas as condutas necessárias para se poupar a água, claro está. Senhor Deputado, o senhor não saberá disto, mas a água, para chegar a sua casa, como à minha, como à de todos nós, é bombeada quatro vezes até chegar às nossas casas. Quatro vezes! Só para termos essa noção. O senhor não sabia, mas passa a saber. Passa por quatro grupos eletrobomba elevatórios. E, portanto, poupar água é eficiência energética, claro está. Mas nós fizemos questão de na rubrica colocar lá também eficiência energética e combate às perdas de água, algo do género, nas Piscinas Municipais. Alterámos o nome da rubrica. Nós só temos pena é que na altura da discussão do orçamento, em 2023, no orçamento para 2024, e apesar das reuniões que nós tivemos, seja com o PSD, seja com o PS, estas questões não tenham vindo à

colação. Nem nas reuniões paralelas ou que antecederam as reuniões, principalmente a última reunião, nem depois na própria reunião de Câmara. Estas questões que foram colocadas nesta reunião de Câmara, não foram colocadas à época. Até porque nós fizemos questão de incluir na negociação, e volto a lembrar, na negociação do orçamento, todas as medidas que o Partido Socialista propôs, nós incluímos no orçamento e dois terços das medidas que o Partido Social Democrata propôs também estavam incluídas. Até grande parte das medidas que o Bloco de Esquerda propôs e a Juventude Socialista também lá estavam. Está em ata da reunião de Câmara e está na ata desta Assembleia Municipal de dezembro. É só ler aquilo que lá está. E por isso, nós vamos continuar a governar exatamente desta forma, com os constrangimentos orçamentais que nós possamos vir a ter. Os constrangimentos têm a ver com os atrasos nos projetos, com os atrasos nos processos. Nós hoje já demos aqui um bom arranque e agradecemos muito, naturalmente, o facto de na reunião de Câmara terem aprovado, e esperamos que aqui também possa ser aprovado por uma larga maioria, se não, unanimidade. Mas é assim que nós vamos continuar a trabalhar com base no orçamento de 2023, de uma forma modificada e incluir lá os projetos que sejam necessários para a concretização das nossas decisões, digamos assim, na reunião de Câmara. E sobre a questão que foi colocada sobre o orçamento para 2024, Deputado Miguel Borges, já referi, nós vamos continuar a trabalhar com o orçamento de 2023 de uma forma modificada. E deixe-me senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, deixem-me falar aqui, de uma forma muito resumida, nos pontos principais, para além dos ajustamentos, da mudança de rubricas... já agora, é possível que ainda possa existir, numa ou noutra rubrica, nova mudança de nome, desde que nós tenhamos a garantia de que, com esse nome, pode vir a ser financiado. Neste momento ainda não está aprovado o contrato de parceria entre a CIM, os Municípios e a CCDR e, portanto, compreenderão que há aqui coisas que ainda podem ter que ser modificadas ao nível da mudança do próprio nome. Mas isso, a seu tempo, nós falaremos se haverá necessidade de fazer isso ou não. Bom, mas dizia eu, os ajustamentos, a incorporação das novas rubricas, enfim, mas falando nas principais, já aqui foram faladas, parte delas, há pouco, pelo Deputado Oliveira, que têm a ver com as infraestruturas e equipamentos danificados pelas intempéries, as cheias, as inundações no final de 2022, início de 2023. Temos que executar a verba de 1 milhão,

setecentos e cinquenta mil euros, não tínhamos rubrica. Já tivemos aqui algum atraso. O Plano de Ação da Intervenção Territorial Integrada, o novo quadro comunitário Beiras e Serra da Estrela, que não tínhamos rubrica. Os Bairros Comerciais Digitais, cerca de 1 milhão de euros do PRR, candidatura ganha pelo Município da Guarda, não tínhamos rubrica. O edifício da antiga Associação Comercial para lá poder funcionar o Comando Sub-regional da Proteção Civil, não tínhamos rubrica. O Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, já hoje aqui foi tão bem falado, também não tínhamos rubrica. Os estaleiros municipais, também não tínhamos rubrica. A requalificação das instalações UEPS da GNR, da parte que consta, digamos, do memorando do Protocolo do Contrato de Comodato, também não tínhamos rubrica. O apoio a equipamentos a Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, também não tínhamos essa rubrica definida e agora com esta revisão, esta alteração modificativa, passamos a ter essa rubrica. O reforço da verba para a reabilitação dos edifícios escolares do primeiro ciclo e jardins de infância, que é aqui feita também o reforço da verba. A reabilitação de edifícios escolares da descentralização, para podermos ir aos avisos que começam a abrir. Esta é uma nova rubrica que também não existia. A residência de estudantes da Rua António Sérgio é uma nova rubrica, para podermos fazer o projeto, para podermos fazer a candidatura ou protocolar com qualquer outra entidade. O apoio ao tarifário das Águas Públicas em Altitude, esta nova rubrica também. O reforço das rubricas no que diz respeito ao programa habitação, seja o Primeiro Direito, habitações sociais, seja habitações a custos acessíveis. Também há um reforço nestas rubricas. O projeto Resto Zero dos biorresíduos, que é uma nova rubrica para podermos executar este contrato. Já hoje de manhã toquei neste assunto também. O reforço da verba para a requalificação dos parques e jardins. Estamos a acabar de adjudicar os novos concursos para os próximos dois anos. A manutenção, bens e serviços do Centro de Recolha Oficial, o Canil e o Gatil, é uma rubrica nova que nós fizemos questão de propor para que tenha a visibilidade necessária e não se perca no meio de tantas outras rubricas. A Rede Cultural e Criativa da Guarda, essa candidatura de 600 mil euros que nós conseguimos ganhar com um financiamento a 90% do Turismo de Portugal. A tal que já está incluída no Plano de Revitalização. A recuperação do Órgão de Tubos da Sé, também precisamos da rubrica orçamental para poder executar os contratos que já assinámos com os institutos respetivos, o programa de salvaguarda cultural. O complexo desportivo do

Carapito do NDS, não tínhamos rubrica para poder fazer o projeto e, consecutivamente, a obra. Bom, e de uma forma muito resumida, telegráfica, falei aqui nas rubricas principais que estão aqui propostas. Rubricas novas, essencialmente rubricas novas ou com reforços dignos disso mesmo, com alguma relevância. E por isso, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, aquilo que vos pedimos é que façam a aprovação deste ponto, desta alteração modificativa, desta revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de 2023, versão modificada, para podermos continuar a trabalhar para a execução destes objetivos que eu acabei de vos transmitir. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Está explicado que o Ponto 2.4 não é para ser votado. Colocava, então, à votação, o Ponto 2.5.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.5 - Alteração Orçamental Modificativa - 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Ano 2024 (Corrigido 2023) - discussão e votação.** -----

- *Aprovado, por maioria*, com setenta e dois votos a favor e uma abstenção. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto?” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Não. não é uma declaração de voto é uma interpelação à Mesa. Eu, há bocado, fiz-lhe uma pergunta direta, relativamente ao mail que nós recebemos com o Orçamento revisto de 2024...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já ia responder...” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Pronto, peço desculpa, muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Só estava agora nas declarações de voto. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “O grupo parlamentar do Partido Socialista votou a favor, mas não reconhecemos erro nenhum. Não errámos quando reprovámos orçamento para 2024. E dizer claramente ao senhor Presidente que se não quer apresentar um orçamento para 2024, então, o PS também não quererá, novamente,

aprovar nenhuma alteração relativamente ao Orçamento de 2023 barra outra coisa qualquer. Senhor Presidente, trabalhe.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor. Já lhe dou a palavra, senhor Presidente.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Já agora, o grupo municipal do PSD quer apenas reafirmar e sublinhar uma coisa que foi dita na intervenção. Portanto, a não aprovação do orçamento de 2024, não sendo uma situação desejável, não é de todo impeditiva do normal funcionamento da edilidade. Portanto, senhor Presidente, não se queixe nem se vitimize pelo facto de o orçamento não ter sido aprovado porque, pelos vistos, está extremamente confortável com esta alteração que hoje aqui foi aprovada.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “De alguma maneira, a declaração da bancada foi feita no início deste ponto, na primeira intervenção pelo meu colega. Mas dizer, acrescentar também que eu vejo aqui, nesta decisão, e, aliás, quando li as setenta e sete páginas, foram setenta e sete páginas que o secretariado produziu relativamente a este ponto, um louvor para eles também, muito trabalho, e tive oportunidade de ler e, portanto, o que eu vi ali foi a democracia a funcionar. Não vi outra coisa. Não vi derrota absolutamente de ninguém. Vi a vitória do povo da Guarda. Portanto, isso demonstra que o acolhimento de cento e cinquenta propostas, muitas delas do Partido Social Democrata, é porque efetivamente havia acolhimento para tal. E, portanto, não há razões de ali, nem razões daqui. Não há maus dali, nem bons dali. A democracia está a funcionar e eu fiquei imensamente satisfeito, depois daquilo que aconteceu na outra Assembleia anterior, portanto, há sempre aquele receio de que as coisas possam descambar. Mas não, as coisas estão a funcionar bem. Era esta a declaração de voto que queria fazer. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto?” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Pronto, votei assim e a favor das alterações porque acho que são necessárias. E fico triste que um acontecimento que aconteceu há trinta

segundos, já tenha o arrependimento expresso do Borges. Eu penso que depois da gente refletir, esta história que eu falei de irmos de encontro uns contra os outros, acho que é melhor. Estás arrependido de quê? Estás a ameaçar por quê? Não vale a pena. Estamos cá para todos. Não, não, claro que não.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados... Senhor Presidente da Câmara... senhores Deputados, senhores Deputados, vamos aproveitar o tempo. O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para defesa da honra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Eu não gosto muito de usar esta figura, mas tenho que o fazer para defender a minha honra e das pessoas que me acompanham. Senhor Deputado, eu não admito nem a si, nem a ninguém, que diga, de uma forma tão brejeira, para não dizer outro adjetivo, que nós não trabalhamos. Não lhe admito. Nem a si, nem a ninguém. Porque a capacidade de trabalho deste Executivo, que ninguém a coloque em causa, nem o senhor, nem ninguém, perante as doze ou catorze horas de trabalho consecutivo que cada um de nós os três tem, juntamente com as Chefias de Divisão e com muitos colaboradores desta casa. Para que conste, não lhe admito, nem a si, nem a ninguém. Mas isto diz bem da sua predisposição, quando o senhor diz, então, se os senhores não querem agora aprovar mais outro orçamento, então, nós, a partir de agora, não vamos aprovar nada. Foi isto que ficou em ata, dito pelo líder parlamentar do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal. Esperemos que se e quando, senhor Deputado, forem colocadas coisas em cima da mesa para o desenvolvimento desta terra, o senhor recue naquela declaração que acabou de referir. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. O senhor Deputado Ricardo Nén, questionou, há bocado, e voltou agora a questionar o Presidente da Assembleia porque é que enviou aos senhores Deputados, um documento que era o orçamento. Eu recordo ao senhor Deputado Ricardo Né, que leia a página 79 da ata que hoje aprovámos, em que o senhor Presidente da Câmara diz assim: «Mas, senhor Presidente», dirigindo-se a mim, «se me permitir, eu, depois, vou-lhe pedir para enviar aos senhores Deputados e aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, a versão do orçamento que foi presente à reunião de Câmara, para que percebam aquilo que lá está e aquilo que está em causa.» Isto, de manhã. A páginas 142, já durante a tarde, o senhor

Presidente voltou a dizer «Estes são os números e que eu já pedi, de manhã, para que o senhor Presidente da Assembleia faça chegar às senhoras e aos senhores Deputados.» Foi isso que eu fiz. Fiz chegar, a pedido, como dizia email que enviei, eu dizia: por solicitação do senhor Presidente da Câmara. Mal iria o Presidente da Assembleia, se recusasse um pedido do Presidente da Câmara para se divulgar um documento. Está aqui presente a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vila Fernando, (e se eu estiver a dizer alguma mentira, tem todo o direito de me contrariar) que me pediu, num corredor desta casa, nem foi por escrito, foi num corredor desta casa, que havia um evento de lazer ou cultural em Vila Fernando e, como não tinha o contacto dos senhores Deputados, gostava que os senhores Deputados tivessem conhecimento. E no dia 24 de janeiro enviei a todos os senhores Deputados esse pedido da senhora Presidente da Junta. Se a pedido da Presidente da Junta, com todo o respeito, verbal, fiz isso, ficaria muito mal ao Presidente da Assembleia Municipal que não o fizesse, que não acedesse a uma solicitação do Presidente da Câmara. Sinceramente, não percebo a sua pergunta. Muito obrigado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Ó Senhor Presidente, com todo o respeito, não se enerve porque não vale a pena. Eu apenas questionei, porque eu recebi no meu e-mail pessoal um documento que não estava explicado qual o fim, nem qual o destino. Portanto, eu apenas questionei somente com isso. Portanto, não há aqui segundas, terceiras ou quartas intenções. Parece-me até que o meu amigo é que está, enfim, a fazer essas suposições que eu jamais coloquei no meu discurso.” -----

-----  
**Ponto 2.6 - Autorização Prévia para Realização de Investimento ao abrigo do n.º 2 do artigo 51º da Lei 73/2013, de 03 de setembro - Aquisição de Autocarros - discussão e votação.** -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, eu propunha que se pudesse fazer a discussão dos dois pontos em simultâneo e, naturalmente, depois a votação em separado, pedindo autorização para que o senhor consultor financeiro possa também fazer a apresentação resumida dos dois pontos em conjunto, senhor Presidente. Usando, naturalmente, o tempo do Executivo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Pedro Patrício, Consultor:** “Novamente, boa tarde a todos. Primeiramente, explicar a razão pela qual aparecem dois pontos para a contratação de empréstimos e o porquê de não aparecer um único ponto, tem a ver com a questão da maturidade dos empréstimos, uma vez que a lei obriga a que o empréstimo tenha uma maturidade máxima da vida útil que é associado a cada ativo. Os autocarros têm uma vida útil mais reduzida do que as infraestruturas e daí ter que ser feita a segregação desses dois empréstimos. Relativamente ao procedimento da aquisição dos empréstimos para os autocarros, inicialmente, tinha sido definido que a aquisição fosse feita através de um contrato de leasing. Grosso modo, o processo de contratação, ou melhor, em termos de contratação, é tudo idêntico. É um contrato de financiamento com taxa de juro associada a que a Assembleia teria que se pronunciar e, como vou explicar daqui a pouco, também neste vai voltar a ter que se pronunciar sobre as condições financeiras associadas a essa contratação. Neste processo dos autocarros, a escolha dos vários fornecedores, porque há mais do que um lote neste procedimento, que já foi feita, que se encontra apenas a aguardar que se conclua este processo de contratação do financiamento para que possam fornecer os autocarros. A opção de se ter alterado da contratação do leasing para o empréstimo, cinge-se com a celeridade deste processo que é mais rápido do que o processo de contratação do leasing, que é um processo formal de contratação pública, enquanto este tem um procedimento mais simplificado de mera consulta ao mercado. Aquilo que se pede à Assembleia neste ponto é a autorização da aquisição dos autocarros através de financiamento e não ainda a autorização para a contratação do empréstimo, porque vai ter que vir a uma nova Assembleia Municipal um ponto, já com as condições do mercado devidamente identificadas com o relatório do júri. E aí, sim, é que a Assembleia se irá pronunciar sobre a autorização, em concreto, do financiamento. Este é um ponto prévio que, caso venha a ser recusado, também irá fazer com que caia o processo que se encontrar a decorrer de consulta ao mercado. Relativamente ao empréstimo para o financiamento de investimentos municipais, o que está em causa é o financiamento de investimentos, alguns deles que já estão adjudicados, como é o caso das infraestruturas danificadas pelos incêndios, bem como a inclusão de novos investimentos para os quais não existe

neste momento capacidade orçamental para serem realizados, designadamente a componente nacional das intervenções em equipamentos e infraestruturas municipais, cheias e inundações, que serão obras a realizar em freguesias e que, posteriormente, serão detalhadas individualmente, tal como aconteceu com as intervenções dos incêndios, bem como a requalificação do parque infantil do parque urbano e os estaleiros municipais, a construção de novos estaleiros municipais. Portanto, sucintamente, é isto que está em causa. Também, neste caso, o que se vem pedir é autorização para a realização destes investimentos, com base no recurso ao financiamento, que mais tarde há de vir a discussão da Assembleia, assim a Assembleia aprove estas duas propostas nesta fase.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Já tinha pedido? Faça favor.”

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Pronto, já está tudo mais ou menos esclarecido. É só para reforçar duas coisinhas. Tanto dinheiro da Europa, tanto, não é? Lá do nosso... daqueles financiamentos que o Costa foi buscar todo contente, mas só pagam 36% para os fundos de emergência respeitantes às infraestruturas, pagam 41% para as estruturas danificadas por cheias e inundações. Portanto, são um bocado forretas e, como tal, depois, a Câmara tem que se endividar para poder fazer face às outras despesas. Portanto, referir, mais uma vez, lá está, o que está em causa não é a aprovação de um empréstimo, é a aprovação de uma autorização prévia para se abrir o procedimento para se fazer um empréstimo. Passará, entre outras coisas, por solicitar às instituições financeiras o envio das propostas. É só isso. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Relativamente à exposição que nos deixou o senhor consultor financeiro, eu tenho aqui duas dúvidas. Referiu que, relativamente à aquisição dos autocarros, por uma questão de economia de tempo, porque é mais rápido o procedimento, acabou por se optar por fazer a contratação do empréstimo bancário e a aquisição direta dos veículos. A minha questão é, se o concurso público tivesse sido feito a locadoras para a aquisição de material circulante, o tempo não teria sido o mesmo? É uma dúvida que me ficou. Relativamente também ao empréstimo para

reposição das estruturas danificadas, relativamente ao quadro que nos é mostrado com aquilo que a Câmara terá que suportar e aquilo que foi suportado por participações do Estado ou fundos comunitários ou o que quer que seja, há taxas relativamente baixas de 12%, por exemplo, nalguns casos, que eu vi, de participação. São estas as taxas de participação daqueles investimentos ou o que aconteceu é que estão ali investimentos que não são elegíveis para a participação por aquelas entidades? Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor. Depois já lhe dou a palavra, está bem?” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “São mesmo só questões. É assim, eu penso que este processo começa com um processo de renting. Depois, a seguir, vai abaixo o processo de renting. Depois, a seguir, vai para um processo de leasing e agora estamos num processo de empréstimo. Não sei se é verdade, mas penso que na Câmara terá sido isso, mais ou menos. Depois queria colocar uma questão relativamente ao outro empréstimo, onde diz que terá que vir novamente à Assembleia. Está aqui escrito que o Presidente da Câmara passa a poder nomear o júri, proceder ao convite todas as instituições financeiras, validar e autorizar as respostas preparadas pelo júri do procedimento relativas a eventuais pedidos de esclarecimento, aprovar o relatório preliminar do júri e proceder à audiência prévia dos interessados, aprovar a minuta de contrato e representar o município na assinatura do contrato. Portanto, eu gostaria de saber quando é que voltará novamente à Assembleia, era só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Pedro Nobre, faça favor.” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, boa tarde a todos. Senhor Presidente, convidar o senhor assessor financeiro para vir cá explicar e, de facto, eu não consegui entender nada desta explicação. Fiquei rigorosamente na mesma. Li o documento, foi aquilo que eu acabei de ouvir da boca do senhor consultor financeiro. E, no meio disto, surgem-me a mim “n” questões. Primeiro, dos documentos que foram enviados, vem o documento onde é feita a proposta pública para financiamento, com todos os itens, tudo certinho e direitinho de acordo com a lei. Tudo bem. Primeira questão, tiveram

alguma resposta dos bancos ou das empresas de leasing com valores para perceber... Calma, senhor Deputado, não se irrite! Calma lá. É assim, para perceber, porque está aqui dito neste documento que é melhor um empréstimo de média e longa duração do que um leasing. Sim, mas com base em quê? Não há nada onde eu possa ver a veracidade desta afirmação. Nada. Até porque, vamos lá por partes, um leasing pode ter uma entrada inicial e pode ter um valor residual. Se eu contratar, por exemplo, um milhão de euros e deixar um valor residual para o final, é um encargo que eu não vou ter durante os sete anos. Vou pagar juros sobre esse valor, mas não vou amortizar esse juro. Se calhar, é melhor do que estar a pagar o valor todo num empréstimo de média e longa duração. Não sei se estão a perceber. Aqui, eu falei no leasing de entrada inicial, pelos vistos não há entrada inicial nenhuma. A questão é esta. Onde é que eu consigo perceber, para votar favoravelmente ou não, aquilo que aqui está escrito no documento que os senhores enviaram? Porque aqui diz: acresce referir que as condições de mercado, designadamente nos prazos e taxas de juro, são em tudo equiparadas para os dois tipos de operação de leasing e empréstimo. Mas quais é que são as taxas? Qual é que é a prestação que eu vou pagar nos sete anos do empréstimo de média e longa duração... é pá, ó Breia, desculpe lá! Vamos lá aqui por partes. Eu, para fazer uma análise financeira de uma coisa destas, eu tenho que perceber o que é que está de um lado e do outro. Desculpe... não, não.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado...” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “A questão é que aqui está dito que as situações são equiparadas. Onde é que eu posso confirmar isso? A pergunta é muito simples. Se não quiserem dizer, isso já é outra questão. Mas a pergunta é muito simples. Depois, é pá, eu tenho alguma dificuldade em perceber este empréstimo. Honestamente, tenho alguma dificuldade em perceber este empréstimo. Porque ainda há bocado aqui foi dito que esta Câmara tem 6,7 milhões de euros. Porque é que eu me vou endividar num milhão e 200 mil euros, se eu tenho 6,7 milhões de euros? Qual é que é a gestão? A pergunta é, se os senhores estiverem no lugar da Câmara, na vossa vida particular, fariam isso? Eu, francamente, acho que não. Pronto, já há aí muito burburinho na sala, eu acho que as perguntas que eu estou a fazer são bastante simples. Eu, para votar isto, quero perceber onde é que está o equiparado destas duas situações, para, a seguir, ter

uma ideia do que é que vamos a votar. Porque aqui é, primeiro, eu tendo dinheiro, devo-me endividar? É a primeira questão. Segundo, os contratos, que aqui estão anexos a este documento, falam em operações de leasing, os documentos que estão anexos a este documento. Portanto, é uma questão que acho que é elementar. Portanto eu só quero é ser esclarecido. Não temos nada contra a aquisição dos autocarros. Obviamente que não. Mas se os autocarros têm uma duração de vida de sete anos, se no leasing eu posso deixar um valor residual, imaginem, de 20%, estaríamos a falar, em números redondos, em 220 mil euros, e a locadora, a seguir, fica com os autocarros. Se a Câmara vai ficar com os autocarros, porque se para transportar crianças têm a duração de sete anos, se a seguir esses autocarros vão ser utilizados para outra coisa, também é uma explicação que eu gostaria de ser esclarecido. Somente isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada Bárbara Xavier. Já lhe dou a palavra, senhor Deputado.” ---

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, em relação ao Ponto 2.7, nós temos também aqui algumas questões. Parece que é global. Primeiro, também não compreendemos o que foi dito agora. Ouvimos, em muitas Assembleias, falar nas boas finanças da Câmara e na grande ação que este Executivo tem tido; no entanto, depois assistimos aqui a um empréstimo em valores bastante grandes. Seguidamente, temos outras questões que têm a ver com o empréstimo em si. Ou seja, primeiro, começando em investimento para infraestruturas de inundações e cheias. Isto é para recuperar o danificado. Nós não sabemos se está previsto uma adaptação às alterações climáticas e não me parece muito produtivo estarmos a gastar dinheiro a renovar ou a recuperar algum património danificado, para, daqui a uns anos, correremos exatamente a mesma situação, a mesma ocorrência, e estarmos a gastar ainda mais dinheiro e resolver os problemas que quisemos resolver este ano porque não houve um planeamento estratégico. Isto é uma coisa que nos preocupa. A seguir, diz mesmo na tabela que o plano não está terminado. Portanto, como é que se justifica o valor que está atribuído ao empréstimo, tendo em conta que o projeto não está concluído? Em que é que se vai gastar este dinheiro? A mesma questão faço para os estaleiros. É óbvio que queremos a melhoria das condições, ainda bem que reuniram com o sindicato, o que nos dá alguma garantia que, se calhar, as necessidades dos trabalhadores estão asseguradas, mas o projeto não está

terminado. Portanto, como é que se justifica o dinheiro que está colocado, 1 milhão porquê, para quê? Como é que se chegou a este número que, ainda por cima, é tão redondo? Em terceiro, novamente o parque infantil do Rio Diz. Está num estado lastimável há demasiado tempo. Precisamos, obviamente, de intervir sobre ele. Mas, mais uma vez, temos um número redondo que não tem justificação. O projeto, diz que não está concluído, portanto, porquê 1 milhão? Como é que se sabe que é este valor? Como é que nós votamos alguma coisa, sem saber para onde é que ela vai? Porque não há indicação. Ou seja, nós temos uma tabela que nos diz: o empréstimo será usado nestes projetos. E os projetos, em si? É que há três, no mínimo... três só... só, que já é muito... há três que não estão concluídos. Não fazemos ideia do que é que se pretende ali. Os restantes projetos, nem a todos temos acesso. Portanto, é necessário que nos esclareçam para que é que é o dinheiro, para podermos votar ou não a favor de um empréstimo. Mas sem sabermos para quê, ainda por cima há três projetos que não estão concluídos, como é que este valor foi criado e para que é que serve? E será que, no futuro, não estaremos a gastar dinheiro exatamente com as mesmas coisas, porque não foram previstas algumas situações? Torna-se um bocadinho confuso trazer este documento assim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Oliveira, faça favor.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Ora, boa tarde a todos, novamente. Vou tentar aqui ser mais ou menos telegráfico, para que se perceba. O conceito de leasing mobiliário, para uma entidade como o município, teoricamente sem risco... não é teoricamente, é sem risco, não é muito diferente de um financiamento *tout court*. O que é que isto significa? É normal que as empresas que têm algumas preocupações de endividamento, a forma mais fácil de recorrer a um financiamento é recorrerem a um leasing, até porque o próprio ativo subjacente ao financiamento serve de garantia. Portanto, aqui, esta questão nem se coloca. Aqui, até tem alguma certa vantagem o município adquirir os autocarros e passá-los para a sua propriedade e, portanto, o financiamento, desde que tenha um encargo idêntico ou igual, ou em melhores condições, encantado! Não interessa muito aqui se, por acaso, vamos ter um valor residual de 15% ou 20% ou 2% que é o normal. Porque, de facto, se eu optar por um valor residual enorme para o final,

também estou aqui a pagar durante sete anos este financiamento, portanto, esse encargo. Agora, o que é que conta? Conta é perceber que se eu fizer um financiamento, a sete anos, *tout court*, vou pagar “x” de juros, e, se fizer um leasing mobiliário, vou pagar os mesmos juros, os mesmos encargos. Isso, para mim, é que conta, enquanto entidade, enquanto município. O resto é conversa. Outra coisa que é importante perceber é, de facto, como há pouco referi, os ativos têm que ser financiados em função da sua durabilidade. Ora, eu não posso ter um autocarro que tem uma vida útil de sete anos e fazer uma operação a oito, nove ou dez anos, porque isso não tem sentido. Ou seja, nessa altura já temos que estar a retomar e a trocar por novos. Agora, os investimentos pesadíssimos que são enormes e que vão ter longa duração, como a recuperação de infraestruturas, que é para durarem vinte, trinta anos, obviamente que o esforço de um plano financeiro de pagamento de uma entidade como a Câmara Municipal, também tem que ser suave e tem que se coadunar à durabilidade desses ativos. Isto, para mim, é que é essencial. Mas aquilo que eu percebo é que aqui é uma autorização prévia. Portanto, o que é que estamos a dar ao Município, ao Executivo? Uma ferramenta para ela poder consultar o mercado e quando consulta o mercado vai consultar as diferentes entidades financeiras e ver quem é que faz mais barato. Depois dessas propostas estarem em cima da mesa, em função dos critérios, vão optar pela mais vantajosa e vai ser, novamente, se bem entendo, à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal. E, se eu bem sei, também tem que ir ao Tribunal de Contas. Certo? Isto é telegráfico e simples. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Eu só queria dizer aqui ao senhor Deputado Oliveira, efetivamente, os autocarros têm um período de vida útil de sete anos, baseando-nos nas taxas de amortização, porque, na prática, não têm. Ao fim de sete anos, o autocarro tem um valor venal. Correto? E mais, se nós quisermos fazer uma grande beneficiação e reparação a esse bem e fazermos uma reavaliação do ativo, podemos prolongar a vida útil do mesmo, bem como o seu valor. Correto? Pronto. Daí que eu acho muito estranho, eu acho muito estranho que, e o senhor Dr. Patrício sabe perfeitamente como eu, quando falamos de projetos de investimentos diz-se uma coisa

que é: seleção alternativa de projetos. É quando eu tenho várias possibilidades, eu vou fazer as minhas contas e seleciono aquela que é mais adequada ao fim a que se destina e dentro dos encargos que eu estou disposto a gastar. Ora, havendo a possibilidade do renting, do leasing e do empréstimo, nada mais simples do que fazer uma tabela a dizer assim: Valor inicial dos bens - “x”. Ora, se for no renting, eu não pago o IUC, não pago pneus, não pago oficina (que isso é o que o renting pretende) fico apenas com um encargo mensal de “x”. Se eu for para o leasing, também não pago IUC, mas pago os pneus, pago as oficinas e vou ter um valor residual “y”. Se eu for para um empréstimo, pago a pronto pagamento, se calhar tenho um desconto de pronto pagamento e fico com “x”. Portanto, é uma tabela com três ou quatro colunas, muito simples, e que dava a conhecer, a todos os Deputados, quais as opções valorativas de cada uma das alternativas de financiamento que nós temos em cima da mesa. Portanto, nada tão simples como isso e acho que era desejável que todos nós tivéssemos acesso a essa informação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, não sei se quer esclarecer ou o senhor Doutor (...) Ainda quer intervir?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Eu pedi para que fossem discutidos os dois pontos em simultâneo, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não. Os dois pontos em simultâneo que têm que ser votados, depois, em separado (...) Os dois. Deseja intervir? Senhor Deputado, já lhe dou palavra. Faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “O tempo também é a dobrar, claro. Não é?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Sim, sim.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Embora a minha intervenção seja curta. Em relação ao Ponto 2.7, e, no fundo, também se adapta ao Ponto anterior, ao 2.6, na verdade, o recurso a empréstimos bancários com pagamentos, neste caso, do 2.7, a longo prazo, para o bem e para o mal, permitem que as gerações futuras sejam também solidárias, sejam envolvidas nos gastos que estamos agora a fazer. Para que elas se sintam mesmo solidárias no pagamento destes investimentos, é necessário que estes investimentos

sejam duradouros. Ou seja, quando chegar a altura de eles estarem a pagar estes empréstimos, os investimentos que foram feitos ainda existam e tenham atividade e tenham capacidade de serem usufruídos, digamos assim. Ou seja, tenham uma sequência positiva. Isto acontece quando construímos habitação ou quando construímos alojamento ou outro tipo de estruturas com tijolo, betão, etc., por aí fora. Na verdade, aqui, neste caso, trata-se de um empréstimo maioritariamente para pagar recuperação de infraestruturas afetadas pelos incêndios e pelas cheias. Obviamente que isto serve para apoiar diversas freguesias que sofreram na pele estes eventos da natureza. Inclusivamente, algumas das obras a financiar, já estão, tanto quanto me pareceu, adjudicadas. O que está em causa não é, de forma alguma, o investimento a efetuar nas Juntas de Freguesia que reportamos de extremamente importante e nem nos atrevemos a discutir. E obviamente que os técnicos da Câmara devem estar preocupados com aquela observação que fez a Deputada Bárbara, em relação a corrigirem e a trabalharem no sentido de haver uma melhoria das infraestruturas que existiam até à sua destruição ou à sua afetação. Senhores Deputados, o que aqui se discute não é obra. O que aqui se discute é a aprovação de um empréstimo a vinte anos, a longo prazo. E, inclusivamente, aqui já nos foi dito, e também já repetido, que temos meios próprios. E se temos meios próprios, temos financiamento próprio por que razão vamos pedir dinheiro, neste momento, a juros elevados? Porque os juros ainda estão elevados e não vão baixar tão depressa, como é evidente. E com um período de carência de dois anos. Ou seja, o primeiro pagamento já será feito pelo futuro Executivo e não por este. Mas vejamos. Tem ou não, a Autarquia, saldo suficiente? Ok, pode não ser suficiente no imediato. Mas em breve, se juntarmos as transferências do poder central e do que vai recuperar dos pagamentos efetuados do 2020, é evidente que acaba por ter dinheiro. Por outro lado, a questão que se coloca é o tempo de vida destas infraestruturas e daquilo que vai ser intervencionado. Para um empréstimo a vinte anos, já foi aqui dito, o que vai ser intervencionado deve ter, pelo menos, uma vida semelhante. Mas não tem. Não tem. A intervenção no Parque Polis, e está aprovado, o Parque Urbano, o que lá está já está estragado há muito tempo. Não teve um tempo de vida de vinte anos, nem o próximo vai ter. As estruturas onde se vão movimentar, como por exemplo, taludes, etc., por aí fora, também, por lei, não tem um tempo de vida de vinte anos. Tem um tempo de cinco, de dez. Isso está definido. Existem definições para

o tempo de vida de cada uma destas coisas. Ora bem, estamos a falar de reparação de infraestruturas danificadas. Elas já foram danificadas, mesmo que seja corrigido o trajeto das águas, o risco de virem a ser danificadas de novo é muito alto e não vai ao tempo de vida do empréstimo, como é evidente. É disso que estamos a falar. Sim, volto a perguntar, porque está o Executivo à procura de outras formas de financiamento, se tem meios próprios? Hoje apresenta aqui dois pedidos de empréstimo, um a longo prazo, outro a médio prazo. Num futuro próximo haverá outros investimentos a realizar e a necessitar dinheiro e vai novamente endividar-se? Alguns dos senhores Deputados, não são muitos, mas viveram aqui nesta casa alguns tempos de alguma angústia, com pedidos de empréstimos subsequentes. Empréstimos para pagar a fornecedores, empréstimos para pagar dívidas, de tal forma que houve necessidade de intervenção. E, na verdade, os anos de 2010 a 2013, pelo menos estes foram anos extremamente difíceis aqui nesta Assembleia. A Câmara, na altura, não tinha já capacidade de endividamento e não conseguia que a Banca emprestasse dinheiro. Chegou a estar em causa o financiamento para pagar aos trabalhadores. E isto tudo porque houve acumulação de dívida, sempre. Não quero aqui, obviamente, pintar, novamente, sombras negras, nem nuvens muito escuras. Mas preocupa-nos. As obras são necessárias? Não tenho qualquer dúvida que sim. É preciso corrigir aquilo que foi destruído ou que está deteriorado. Colocamos apenas dúvidas em relação à forma de financiamento, leia-se, endividamento, mas nunca em relação à obra em si. Um dos maiores legados da gestão do PSD da Câmara da Guarda, foi o saneamento financeiro. Foi, mais uma vez, ter encontrado uma Câmara endividada, como encontrou um Estado endividado noutra natureza, e a avançar para as boas contas e aquilo a que se chama contas certas. Assim, exige-se rigor nas contas e nas obras a executar. Ou, então, começamos a perceber o que é a Agenda 2040, que pode ser uma agenda de endividamento. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir. Certo. Eu punha uma questão também, que eu penso que talvez não tenha sido devidamente ponderada pelos senhores Deputados. Esta autorização, não é na base da Lei 75/2013, contração de empréstimos que vem aqui no artigo 25º. O que esta Lei 73/2013 diz, é submeter à apreciação e

deliberação da Assembleia Municipal a autorização prévia para a realização dos investimentos. Creio estar a falar bem, senhor Doutor. É o que diz o número 2 do artigo 51º da Lei 73, não é da Lei 75. Dou-lhe a palavra. Não, é autorização prévia para... Para contrair, tem que vir cá outra vez. Isto é autorização prévia. Os investimentos referidos no número anterior... Mas é autorização para realização dos investimentos. Hoje não estamos a aprovar ou a recusar o empréstimo. É diferente. Senhor Doutor, deseja esclarecer, se fizer o favor?" -----

- **Pedro Patrício, Consultor:** “Então, vou tentar esclarecer todas as questões que foram colocadas, começando pela questão que aparentemente este processo iniciou-se com um renting, passou por uma alocação e termina como um empréstimo. Eu não acompanhei o processo desde o início, mas como participei na última reunião de Câmara, onde este assunto foi discutido, acho que estou à vontade para me referir à questão do renting. Essa seria a opção inicial do município, no entanto, não existe este tipo de operação...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados...” -----

- **Pedro Patrício, Consultor:** “Não há, no mercado, entidades que pratiquem este tipo de operação para autocarros e daí ter sido afastada a questão do renting. Relativamente à questão da locação, foi a terminologia que foi atribuída ao primeiro procedimento, porque o primeiro procedimento destinava-se à seleção da entidade fornecedora. Independentemente deste processo dos autocarros ter seguido a via da locação financeira ou da contratação de empréstimo, teria sempre que ser feito um procedimento paralelo para a seleção do fornecedor. Também foi aqui questionado o porquê de não se ter pedido a cotação ou consultado diretamente as locadoras. As locadoras são entidades financeiras em que o seu fim é financiar a aquisição de um bem. De forma a darmos cumprimento às disposições do Código da Contratação Pública, é necessário fazer a consulta ao mercado, às entidades que efetivamente estão habilitadas a fazer a venda ou a prestação do serviço. E foi o que foi feito. O que foi feito foi uma consulta ao mercado, em que foram selecionados os fornecedores de cada tipo de autocarro. Chega-se ao momento do financiamento. O financiamento pode ser feito de três formas, neste caso. Ou através de meios próprios da Câmara, que a Câmara entendeu não ter capacidade financeira para o fazer e não tem orçamento para o

suportar, através do recurso ao leasing mobiliário ou através do recurso ao empréstimo. A grande diferença entre o empréstimo e a locação financeira, cinge-se, como já foi aqui referido, na questão da garantia do ativo, na questão do prazo do financiamento, que no caso do leasing é até cinco anos e no caso do empréstimo poderemos ir até à vida útil que é definida no classificador económico definido no âmbito do SNC-AP, chamado CC2, que são sete anos. Sendo que, como também foi referido, na locação é possível fazer uma entrada inicial (no empréstimo normalmente não existe, o que existe são pagamentos contínuos) e existe a possibilidade também de haver a definição de um valor residual, em que nesse momento a entidade decide se pretende ou não ficar com os bens. O que, bem sabemos, na grande maioria das situações, acaba sempre por o locatário fazer o pagamento desse valor residual e ficar com o ativo, porque ele normalmente tem um valor de mercado muito superior àquele que é o valor final ou do valor residual do contrato. Foi aqui referido que podia ter sido apresentada uma tabela que fizesse a comparação. Efetivamente, poderia ter sido feita e pode vir a ser feita porque, como estamos, neste momento, a discutir a questão da autorização para a aquisição dos autocarros, é possível fazer aqui uma simulação de ambos os cenários. Ainda que aquilo que neste momento está autorizado pela Câmara, para consulta ao mercado, seja a contratação do empréstimo e não a locação. Mas muito facilmente se pedem cotações a entidades financeiras que trabalham na locação mobiliária, para se perceber que não há grandes diferenças entre taxas de juros, se colocarmos exatamente os mesmos prazos. A Euribor e um Spred, e os Spreads hoje são valores muito residuais, uma vez que a Euribor está muito alta, é aquilo que se tem estado a praticar no mercado e é o que se perspectiva que vá acontecer nestas consultas ao mercado. Foi também questionada, na parte dos investimentos municipais, se as taxas de comparticipação são tão reduzidas e são tão díspares entre as intervenções, nomeadamente a dos incêndios. A taxa de comparticipação contratualizada com o Estado é de 50% de cofinanciamento, sendo que, em sede de elaboração dos projetos, houve projetos que incluíram outras intervenções que o município entendeu serem relevantes e que faz com que o aumento dos investimentos aumente, sendo que, nestes casos, as obras estão adjudicadas e aprovada a adjudicação em reunião de Câmara. O mesmo se perspectiva acontecer para a questão das inundações, em que o valor projetado ou a estimativa orçamental do projeto é muito superior ao valor inicialmente definido contratualmente com o Estado,

qual seria o valor a cofinanciar. Relativamente às intervenções próprias do município, designadamente a intervenção no parque infantil do Parque Urbano e o estaleiro municipal, aquilo que se perspetiva é que o custo destas intervenções seja superior a 1 milhão de euros. O que se pretende é criar condições para que as intervenções possam avançar, financiando até 1 milhão de euros. Porque, quer num caso, quer no noutro, aquilo que decorreu do diálogo na reunião de Câmara é que ambas as intervenções iriam ter um valor muito superior, sendo certo que, quer num caso, quer no outro, ultrapassando os 750 mil euros, esses contratos, para além de terem que voltar à Assembleia para serem integrados no orçamento em sede de revisão, serão sujeitos sempre a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, tal como vai ter que suceder com ambos estes documentos. E aproveito esta deixa para esclarecer quando é que o documento volta à Assembleia Municipal. O processo de consulta ao mercado vai decorrer, as competências que forem delegadas ao Presidente são de tramitação administrativa exclusiva do procedimento, tanto que a decisão final não está atribuída ao Presidente da Câmara. A decisão final do relatório do júri irá à reunião de Câmara para aprovar e, posteriormente, com a informação, alguma que já aqui consta, apenas atualizada, mas com o relatório final do júri, virá à Assembleia para a decisão final, se sim ou não à autorização da contratação de ambos os empréstimos. Em seguida, é celebrado o contrato, daí a autorização ao Presidente da Câmara para representar a Câmara na aprovação da minuta. É um ato meramente administrativo. E, posteriormente, o contrato vai a visto do Tribunal de Contas e só após o visto prévio do Tribunal de Contas é que será possível fazer a utilização das verbas. No caso dos autocarros, é a consumação da aquisição dos autocarros, no caso das intervenções é o pagamento de algumas despesas associadas a estas intervenções. Depois da Câmara, vai vir à Assembleia. Foi mencionado também a questão da saúde financeira da autarquia. Esclarecer, conforme documento que foi remetido em anexo, que a capacidade de endividamento da autarquia, neste momento, com base nas contas, é de aproximadamente 50 milhões. A este valor, é justo dizer que deve ser retirado um valor que está em provisões, relativo a uma dívida às Águas do Vale do Tejo, de aproximadamente 30 milhões de euros. Portanto, aquilo que será a capacidade de endividamento líquida do município, neste momento, serão 20 milhões de euros e o recurso a estes empréstimos é abaixo daquilo que é a capacidade de endividamento.

Explicar também que, aquilo que aconteceu no passado, dificilmente pode acontecer. É verdade que vários municípios tiveram situações financeiras delicadas, a Guarda não foi exceção. Hoje, os mecanismos legais que existem não permitem ou não facilitam que, de uma forma muito ligeira, o município se possa endividar a um nível que não consiga cumprir com as suas obrigações. Quer a nível da capacidade de endividamento definida legalmente para os municípios, quer ao nível da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, que exige que o município só pode contratualizar aquilo que tem capacidade para pagar. Portanto, dificilmente o município da Guarda, ou qualquer outro município do país, terá a possibilidade de derrapar as suas contas por forma a ficar numa situação de incumprimento e de rutura financeira. Esclarecer que a definição das vidas dos ativos não foi feita pela Câmara, decorre do classificador complementar que foi aprovado pela Comissão de Normalização Contabilística. As vidas úteis que são definidas para os ativos, eu também questiono algumas, mas são as que estão definidas naquele documento, sendo certo que, se não houver uma devida manutenção, os meios, muito possivelmente, não terão aquela vida útil. E, se houver uma catástrofe, também seguramente não a têm, mas não decorre de uma normal utilização dos bens. Relativamente aos autocarros, foi também mencionada a questão dos sete anos para transporte de crianças e depois que teria que ser substituído. Esclarecer que, apesar da vida útil definida no classificador complementar serem sete anos, em bom rigor, o município pode utilizar os autocarros durante quinze ou dezasseis anos. Eu penso que são dezasseis anos. São dezasseis anos. Portanto, durante dezasseis anos, o município poderá utilizar estes autocarros para fazer o transporte de crianças. E penso que, genericamente, terei respondido a tudo. A carência dos empréstimos tem a ver com o facto dos investimentos, daí que no contrato dos autocarros não é definida qualquer tipo de carência, é pagamento imediato, e a carência no empréstimo dos investimentos está associada ao prazo de realização das obras. É normal colocar, neste tipo de empréstimos, algum período de carência que poderia ir até três anos. A Lei foi alterada recentemente e permite que esse período de carência seja até três anos e entendeu-se que era razoável definir com dois anos o máximo do período de carência. Quanto aos meios próprios ou não, conforme mencionei no início, no orçamento atual, que já incorpora o saldo de gerência apurado em 2023, não há capacidade orçamental para executar as obras que estão em projeto. Ou seja, ainda que esteja o contrato assinado

com o Estado relativamente às inundações, não há capacidade para município assegurar, no ano de 2024, encargos com esse tipo de intervenções. E dificilmente no ano de 2025 terá condições para suportar a totalidade dos montantes. E o mesmo acontece com as duas intervenções municipais. Quanto à questão da autorização prévia, como bem diz, não estamos aqui a discutir a questão da contratação de um empréstimo, mas sim a autorização da realização destes investimentos, aos quais o Executivo pretende que sejam financiados. E por pretender que sejam financiados, não basta constarem no PPI, que alguns deles já lá constam, têm que obrigatoriamente vir a um ponto específico da Assembleia e a Assembleia tem que obrigatoriamente se pronunciar, se sim ou não, independentemente de estarem no PPI, autoriza a realização destes investimentos. Penso que respondi a tudo. Alguma questão adicional, estarei disponível para esclarecer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais uma questão?” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “Recapitulando, senhor Doutor. Acabou de responder, ao meu colega de bancada, que podia ter feito esse quadro com os valores. Acabou de dizer isso. A questão é, porque é que não o faz. Outro ponto muito importante que o senhor fala, o senhor, enfim, a Câmara fala no documento que nos apresentou, é por causa da rapidez. Eu, se tenho fundos próprios, desculpe lá, não me venham com a desculpa do orçamento, porque hoje acabámos de ver que o orçamento pode ser alterado como hoje foi. Quer dizer, foi aprovado. Portanto, não me venham com a história de que é por causa do orçamento que não conseguimos chegar e pagar os autocarros de uma só vez. Porque, se é tão urgente quanto está a dizer, basta chegar, alterar esse ponto, paga-se o autocarro e o autocarro, que vai demorar, na melhor das hipóteses, cento e oitenta dias, ou seja, meio ano, entretanto este município irá receber bastante mais dinheiro. Portanto, há aqui coisas que eu francamente não concordo e não estou suficientemente esclarecido para votar favoravelmente esta situação. E continuo. E por mais que os senhores possam vir aqui falar dos leasings e dos empréstimos... e, já agora, também convém dizer que uma qualquer locadora de leasing faz empréstimos até noventa e seis meses. São oito anos, não são cinco. Pronto, a não ser que para autocarros seja diferente. Não sei. Porque se a vida do autocarro são os tais sete anos legais para as crianças, que é para isso que se estão a comprar, não bate

a bota aqui com a perdigota. Portanto, as dúvidas que eu tinha no início, ainda são maiores neste momento. Portanto, não concordo com a forma como este ponto está a ser apresentado a esta Assembleia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Já lhe dou a palavra.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, boa tarde. E, já agora, se me permite aqui acrescentar também mais alguma coisa ao meu colega, eu vou aqui fazer uma conta extremamente simples e vou pegar apenas num empréstimo. Um empréstimo de sete...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado... Peço, a quem tem o telemóvel a tocar, tire-lhe o som! É aquilo que eu fiz. Muito obrigado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado. Eu vou aqui apenas fazer uma conta extremamente simples. Se considerarmos apenas um empréstimo, um empréstimo de 7.7 milhões de euros, a vinte anos, a uma taxa de 3% (a taxa média, acho que todos convencionamos que 3% é uma taxa justa), eu vou pagar, ao fim desses vinte anos, 4 milhões, 620 mil euros. Se eu dividir isto aqui por vinte anos e multiplicar por dezoito, uma vez que há dois anos de carência, eu ... esperem, que isto aqui não está a dar... Portanto, 4 milhões e 620 mil euros ao fim de vinte anos, eu vou pagar, por ano, quase 250 mil euros só de juros, depois falta o capital que também tenho que o amortizar. Portanto, é este o legado que nós queremos deixar para as gerações futuras, havendo capacidade de não nos endividarmos num montante tão grande, nem tão significativo? É apenas esta questão que eu deixo. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Breia, faça favor. Pediu a palavra, prescinda?” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Duas coisas rápidas. A primeira, não devemos confundir tesouraria com investimento. Segundo, temos um problema. Se vocês, hoje, não aprovarem, no que diz respeito pelo menos ao Ponto 2.6, não temos autocarros quando eles já deviam estar a ser contratados em tempo útil. Depois quero ver quem é que se responsabiliza pelas multas que vão ser imputadas à Câmara por vossa causa. É só isso, mais nada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. É a opinião! Senhor Presidente da Câmara... Miguel, deseja falar ainda? Senhores Deputados, o senhor Deputado Miguel Borges deseja intervir.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Isto estava a correr bem e, portanto, só queria... antes de mais, agradecer-lhe. Tinha aqui mais uma questão. É assim, eu não percebi agora, quer dizer, porque não percebo mesmo nada disto, relativamente àquilo que disse agora o Deputado Nobre. Eu, quando ouvi o senhor Doutor, a questão daquela parte orçamental, não se referia à questão do orçamento, referia-se mesmo a uma questão de tesouraria da Câmara e por isso é que se vai a empréstimo. Era essa a questão. Pelo menos, foi com essa ideia que fiquei. Depois, relativamente a esta questão e uma vez que terá que vir novamente à Assembleia e também à Câmara, gostava, e à semelhança daquilo que é o ponto anterior e que foi votado por nós, que tem a ver com a aprovação da primeira alteração 2023/2024, se vocês virem, em anexo, vem uma série de documentos. Aqui, em anexo, não temos série de documentos nenhuns. E, portanto, aquilo que eu solicitava, até porque há alguns grupos parlamentares que não estão representados no Executivo, era se o senhor Presidente da Assembleia poderia fazer chegar, ou eu posso mesmo fazer isso, no sentido do senhor Presidente da Câmara disponibilizar aos líderes do grupo ou a todos os deputados todos estes procedimentos, no sentido de nós estarmos à vontade com cada um deles, para depois podermos votar em consciência. Quer dizer, porque já fomos aqui alertados, também pelo senhor consultor, que a questão da comparticipação e o facto de estarem aqui valores diferentes daquilo que foi o contrato com o Governo, tem a ver com o facto de haverem valores que não estavam na altura na candidatura e contratualizados com o Governo, mas que a Câmara quis aumentar e, portanto, de pôr outros valores. E gostávamos, portanto, de ter conhecimento de todos estes procedimentos e esperemos que tal seja possível, uma vez que nós somos o órgão fiscalizador.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Doutor, deseja prestar mais algum esclarecimento?” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Nós iremos abster-nos, porque não queremos que haja qualquer questiúncula relativamente à não aprovação disto e ser isso a causa do não desenvolvimento da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Doutor, faça favor. Também fazer uma pergunta? Faça favor.” -----

- **David Barbeira, Presidente da Junta de Freguesia de Marmeleiro (PSD):** “Boa tarde a todos. Eu só queria perguntar aqui ao Executivo se o leasing dos autocarros é para abranger os alunos todos do concelho. É que a minha freguesia, a nível de transporte escolar, está um bocado esquecida. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Doutor, faça favor.” -

- **Pedro Patrício, Consultor:** “Senhor Deputado, eu, há pouco, quando...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pedia um pouco de silêncio, porque ainda temos muitos pontos e acho que estamos a gastar tempo inutilmente. Tempo útil, ótimo. Senhor Doutor, faça favor.” -----

- **Pedro Patrício, Consultor:** “Eu, há pouco, quando reconheci que poderia haver um quadro, reconheci e reconheço. E como o assunto vai ter que voltar à reunião da Assembleia, agora eu não tenho o quadro preparado. Não estamos a esconder absolutamente nada à Assembleia. Reconheci que poderia ter havido um quadro demonstrativo e comparativo e reconheço que ele pode ser apresentado, assim seja a intenção do Executivo. E não vejo qualquer problema para que isso possa acontecer. Quanto à questão do orçamento, que foi aqui colocado também essa questão agora, esclareço que efetivamente não há capacidade orçamental para todas estas despesas que estão aqui, nomeadamente os investimentos que estão... Não há orçamento. Ou seja, o orçamento não... no passado, se calhar por isso é que as câmaras chegaram ao ponto a que chegaram e a Câmara da Guarda não foi exceção, os orçamentos esticavam-se. Hoje, os orçamentos não se podem esticar de qualquer forma para acomodar a despesa. As receitas têm que ser as receitas efetivas e reais, sendo que as despesas têm que estar associadas àquilo que é a receita efetiva do município e não podemos transferir despesa que está associada à receita consignada. Eu posso-lhes dizer que, ainda esta semana, tive que ser testemunha de um ex-Presidente da Câmara, no Tribunal de Contas, precisamente por uma questão dessas. Não podemos transferir despesa que está associada à receita consignada para financiar outro tipo de despesas. Quero com isto dizer que não posso jogar com os valores do orçamento a belo prazer.

Dizer também que, à data de hoje, mais de 80% do orçamento corrente da Câmara está cativo. Os serviços municipais, o que fazem no início do ano é imediatamente cativar tudo aquilo que são as despesas dos compromissos já assumidos em anos anteriores ou as despesas com os vencimentos, despesas certas e permanentes. E essas obrigações que o município tem, comprometem, automaticamente, mais de 80% do valor inicial do orçamento do município. Portanto, não há uma folga orçamental assim tão grande que permita fazer este tipo de gestão, nomeadamente para despesas deste nível. A opção será, nalguns dos casos, efetivamente não se fazerem os investimentos. Podia ter sido opção não se ter trazido este ponto, neste momento, à Assembleia, que seja claro. Mas penso que foi útil tê-lo trazido e não trazê-lo apenas com o pedido de autorização conjuntamente... ele podia ter vindo conjuntamente com o pedido de autorização da contratação do empréstimo, mas, precisamente pela discussão que se está a colocar, penso ter sido oportuno, para que se perceba que não está apenas em causa o financiamento. Também está em causa a realização de alguns investimentos, designadamente nas obras, aquelas que ainda não estão adjudicadas, e, nos autocarros, podendo-se colocar em causa a possibilidade da contratação, em tempo útil, este ano. Quanto à questão dos timings processuais da locação e do empréstimo, a locação, neste momento, obrigaria a uma publicação no Jornal da Comunidade Europeia, que não se traduziria em nada, porque, em bom rigor, as entidades financeiras nacionais seriam aquelas que iriam concorrer a este processo. Mas ia tornar este processo, no mínimo, um mês mais moroso do que o processo de empréstimo. E esta foi a principal razão para se optar por este processo de empréstimo e não pela locação. Porque, em termos de gastos, o gasto financeiro para o município é muito similar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Doutor, muito obrigado. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Se desejar intervir, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Tentarei ser breve. Bom. Falando sobre o empréstimo dos cinco autocarros, que está aqui a ser proposto dar seguimento ao procedimento da autorização prévia, conforme já foi referido. Devo dizer, aliás, que as consultas já saíram para o mercado. Nós já consultámos, tanto num caso como no noutro, a praça toda da Guarda para os empréstimos. Nos termos da lei, nos termos que está definido no caderno de encargos

que foi aprovado na reunião de Câmara, nós já demos seguimento a esse passo. Falando, então, no caso concreto dos cinco autocarros, dois autocarros de trinta e um lugares, mais dois autocarros de quarenta e cinco lugares e mais um autocarro de cinquenta e cinco lugares. Isto porque, então, os senhores podem imaginar que nós, Executivo, bem gostaríamos de investir o dinheiro, o montante, noutras coisas bem mais visíveis, naturalmente. Porque isto é trocar autocarros por autocarros. Uns já têm dezasseis ou dezoito anos e é trocar por uns novos. Nós bem gostaríamos de fazer uma qualquer obra emblemática na cidade ou nas nossas aldeias, por estes montantes. Mas, infelizmente, é um imperativo legal. E, como tal, como as viaturas atuais, aquelas cinco viaturas que vão ser substituídas, uma já tem dezasseis, outra já tem dezoito anos, em razão da matéria da prorrogação que foi conseguida, a vida útil, em termos de uso para os transportes escolares, finda este ano. Aliás, as de dezasseis anos é já num curto espaço de tempo e a outra acho que é até ao final do ano, salvo erro. E por isso há este imperativo legal e por isso termos optado por esta solução. A solução que nós queríamos, inicialmente, era mesmo o renting. Não há possibilidade do renting. Porque o renting, ainda que custe um bocadinho mais, tem manutenção toda incluída, mas, infelizmente, não houve essa solução. E daí, de inicialmente termos pensado no leasing, termos ido para o empréstimo, tal como disse e nos convenceu o senhor Consultor Financeiro e fazemos então a proposta que fazemos deste empréstimo a sete anos. No caso concreto dos investimentos municipais, nós tivemos o cuidado, com toda a transparência, de fazer anexar a tabela daquilo que estamos a falar. Para que não saia daqui. Nem é mais nem é menos. É isto que aqui está. São estas as intervenções ou aquisições que estamos a propor serem feitas. Vamos à matéria de facto. Fundo de Emergência Municipal. Na altura, no final do ano de 2022, havia muita pressa para contratualizar tudo isto, as candidaturas, a estimativas orçamentais e, por isso, os Municípios do Parque Natural da Serra da Estrela, tal como outros Municípios na zona de Leiria e na zona de Vila Real, assinaram os contratos com o Estado Português, com o Fundo de Emergência Municipal. Só que aquilo que constatamos... ora, estamos a falar em orçamentos que foram feitos no final do ano 2022. Já estamos a caminho de um ano e meio à frente. E, infelizmente, os preços foram subindo e há outras intervenções que ao longo do projeto, digamos assim, os técnicos referiram que era fundamental serem feitas. Em termos globais, no caso concreto do Fundo de Emergência Municipal, todas

estas que já estão, portanto, aqui adjudicadas naquela tabela, estamos a falar que a comparticipação é de 1,5 milhões de euros e o município ainda tem que despende de cerca de 2,8 milhões de euros, dando assim um total de cerca de 4,2 milhões de euros. Pouco mais de um terço, não chega a 40% a taxa de comparticipação. Foi isso que foi comprometido na altura. Foi isso que foi assinado e agora nós estamos obrigados, naturalmente, a fazer estas intervenções. É claro que são intervenções, senhores Deputados, são intervenções de médio e longo prazo, porque aumenta a durabilidade do bem. Estamos a falar em condutas de água, estamos a falar em pavimentações, em sinalização rodoviária, em segurança rodoviária. Tudo isso. E, portanto, tem que ser efetivamente feito, tal qual foi assim contratualizado. E estas intervenções do Fundo de Emergência Municipal, com esta taxa de comparticipação de pouco mais de um terço, é para fazer intervenções em dezoito freguesias rurais. Dezoito. Aquilo que já foi adjudicado, ou que está quase tudo adjudicado, abrange dezoito freguesias do nosso concelho. É claro que nem nós, nem os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, queríamos que estes montantes fossem gastos aqui desta forma, por força dos incêndios. Que fosse de uma outra forma qualquer, que fossem outros investimentos. Mas, de facto, esses investimentos são absolutamente necessários para repor, em muitos dos casos, a situação e as condições que existiam no passado. E por isso já há aqui um conjunto de obras adjudicadas e outras que estão em elaboração de projeto e os montantes que à época foram considerados, no caso concreto destas candidaturas, foram o orçamento dos técnicos municipais. O outro fundo, que é um apoio da Direção-Geral das Autarquias Locais, da DGAL, as intervenções em equipamentos e infraestruturas municipais, decorrentes das cheias e das inundações do final do ano de 2022 e início de 2023. Isto é uma consequência depois dos incêndios. Nós temos uma comparticipação de 1,75 milhões de euros e a estimativa que temos atual, daquilo que vai custar todas as intervenções, temos que despende de mais cerca de 2,5 milhões de euros. Ou seja, 4,25 milhões de euros, na totalidade. É aquilo que está prospetivado, tendo em conta as estimativas orçamentais dos técnicos. E, neste caso concreto, ainda nenhuma foi adjudicada porque os projetos estão a ser desenvolvidos. E acreditem que estes projetos não são fáceis de serem executados, demoram o seu tempo e estão a ser feitos todos, todos eles dentro da Câmara Municipal da Guarda. E agradecemos, naturalmente, a todos os técnicos envolvidos, todo o esforço, a competência, a

dedicação, o profissionalismo que estão a dedicar a este processo. E, neste caso concreto, destes cerca de 4,25 milhões de euros, deste apoio da DGAL, estamos a falar de uma previsão de intervenção em cerca de vinte freguesias. É essa a previsão. Vamos ver o projeto, quando estiver no final, aquilo que vai ditar. E o mesmo é dizer também que nestes apoios, estão integrados também a reabilitação de alguns equipamentos municipais que foram deteriorados naquele tempo. Estamos a falar em fachadas, estamos a falar em coberturas municipais de alguns equipamentos próprios do município. No caso concreto dos estaleiros municipais, senhora Deputada, esta é a previsão orçamental e que não pode ultrapassar. Para fazer uns estaleiros municipais, poderá ser preciso muito mais dinheiro. Mas nós temos que estabilizar e não podemos fazer tudo ao mesmo tempo. Os estaleiros municipais aguardam uma nova solução. Houve uma parte que já foi feita há alguns anos atrás, há quatro ou cinco anos atrás, na parte de baixo, aqueles amarelos na antiga Junta Autónoma de Estradas. Mas, na parte de cima, tem que ser feito um grande investimento. E nós já assumimos uma coisa, não é ali que vamos investir um 1 milhão de euros. Porque, de facto, por mais dinheiro que ali se invista, não temos espaço suficiente, espaço aberto para poderem ser verdadeiramente uns estaleiros municipais dignos desse nome. E por isso nós iremos discutir e avaliar e propor essa solução. Mas a estimativa orçamental, para os estaleiros municipais é, no mínimo, de 1 milhão de euros e não pode ultrapassar. E é aqui que nós temos que nos circunscrever a esse montante. E dizer também que não tem qualquer comparticipação externa, infelizmente, no caso concreto dos estaleiros municipais. O mesmo é dizer em relação à requalificação do parque infantil do Parque Urbano do Rio Diz, do nosso Polis. Senhora Deputada, a estimativa é de 1,2 milhões de euros. Eu já falei aqui. Está nas atas da Assembleia Municipal. Deve estar, pelo menos, nas últimas duas ou três. Isto é para não acontecer, aliás, o senhor Vereador já deu essa ordem, para vedar ou retirar os equipamentos que estão danificados, para não termos, outra vez, as multas da ASAE, conforme tivemos quando chegámos. Os cerca de 120 ou 130 mil euros que ainda temos às costas, ainda estamos a responder porque nós não queremos pagar. Mas por isso é que nós já investimos... recordam-se das inaugurações que foram feitas no último Dia da Cidade? Em quatro Parques Infantis da Cidade, quatro, 400 mil euros. Infelizmente e sem financiamento do que quer que seja, já investimos 400 mil euros. Posso-lhe dizer que é preciso outro tanto ou mais ainda para os restantes parques

infantis da cidade, dos nossos bairros. Mas aquilo que nós consideramos que é fundamental e prioritário é fazer este investimento de substituição no parque infantil do Polis, para ter as condições de segurança, naturalmente. Ora não fosse também o parque infantil do Polis, que também não tem comparticipação externa, infelizmente, um dos pontos de atração da nossa cidade. E por isso nós queremos que a Guarda continue a ser bem visitada por todas estas pessoas. E daí nós termos feito esta proposta e a consulta ao mercado de um empréstimo para todos esses investimentos, para os próximos vinte anos. Falando em algumas questões que aqui foram colocadas. De facto, é uma taxa de comparticipação baixa. É verdade. E depois, naquela coisa do «já agora, para as coisas serem feitas, têm que ser bem feitas» e, por isso, quando os técnicos vão para o local, as ordens que têm são precisamente essas: façam todo o levantamento para depois tomarmos a decisão. E muitas vezes nós temos que fazer cortes, porque senão, o dinheiro não estica e por isso nós não podemos aumentar estes montantes. São as previsões que existem e não podem ser ultrapassadas, até porque já temos algumas adjudicadas, mas nas outras que estão ainda em elaboração do seu projeto. Sobre a questão do renting, leasing, empréstimo, já tudo foi referido. Também a questão dos montantes, digamos, de ser mais barato uma situação ou outra. O senhor Consultor Financeiro, Doutor Pedro Patrício, já explanou bem essa matéria e devo dizer aqui uma expressão, que já aqui hoje foi usada. Não devemos confundir tesouraria com investimento. De repente... é verdade, não se deve confundir tesouraria com investimento. Quem não sabe isto não andou na escola, pelo menos na área financeira. Porque, de repente, então, nós agora íamos gastar aquilo que nós temos amealhado. E, depois, acontecendo uma coisa como aconteceu no final do ano, que tivemos, conforme já referi na parte da manhã, os tais 5 milhões de euros que tivemos que pagar, não tínhamos. Por isso é que nós temos que ter sempre a tesouraria, um bom fundo de maneio, até porque vem aí um novo quadro comunitário de apoio, vêm aí intervenções do PRR e temos que andar à frente com o dinheiro, muitas das vezes. Temos que andar à frente. E se esgotarmos a nossa capacidade de pagamento, então, a seguir, nada se faz. Fechamo-nos em copas e, depois, a seguir, a Câmara não faz, a Câmara não faz, a Câmara não faz. É este o discurso que está a ser ensaiado. É assim que está a ser feito. Mas como nós queremos fazer investimento... bem gostaríamos, com estes montantes, fazer outros investimentos, conforme já referi. Claro que sim. Mas são aqueles que são

necessários no momento. Devo dizer que, se Deus quiser, daqui a alguns meses, poderemos estar aqui a aprovar um novo empréstimo para a variante da “Ti Joaquina” para a variante dos F’s. Veremos em que condições. Se Deus quiser, daqui a uns meses estaremos aqui a aprovar isso. Mas a seu tempo ou nesse tempo falaremos sobre essa matéria. Mais algumas questões que foram aqui faladas. Senhor Deputado Oliveira, bem-haja pelas explicações que deu, absolutamente técnicas, nada políticas. Muito obrigado porque é importante que, tal como o Deputado Breia Lopes, ouvir essas considerações, e tal como o senhor consultor, a quem agradeço, uma vez mais, as explicações que nos foram dadas. Bom, mas, entretanto, agora, tenta-se aqui uma nova narrativa: a Câmara tem dinheiro e para que é que eles querem mais dinheiro? Foi aquela narrativa que nós ouvimos aqui, o ensaio. Não sei se é o Ensaio sobre a Cegueira ou não. Mas volto a dizer que a tesouraria deve ser absolutamente preservada. E o dinheiro que está em tesouraria, no nosso fundo de maneio, não deve ser gasto neste investimento. Devemos recorrer a esta capacidade de endividamento do município, para fazer face a estes investimentos tão necessários e para aumentar a vida útil dos mesmos. Posso-vos dizer que, no caso concreto do parque infantil, as soluções que os técnicos estão a preconizar, que estão a estudar, são soluções mais duradouras, essencialmente com menos madeira, com menos quantidade de material que se deteriora facilmente. Com mais metal e com mais resinas fenólicas, falando tecnicamente. Estou a falar verdade, senhor Vereador? Nós, como somos engenheiros, até percebemos um bocadinho da poda. Mas é isto que está a ser estudado. O parque infantil do Polis tem dezassete anos. Tem dezassete anos. Ao fim de dezassete anos, e ainda bem que essa obra foi feita, isso é reconhecido por todos os que estão presentes e os que estão lá fora também, mas as soluções, à época, eram as que existiam e agora, efetivamente, ao fim destes anos, há meia dúzia de anos houve uma primeira requalificação, neste momento grande parte dos equipamentos não admite reparação. Têm que ser mesmo substituídos. E aquilo que nós queremos que seja feito, é substituídos por materiais mais duráveis, para aumentar a vida útil do bem. E contrario completamente esta tentativa desta narrativa de que a Câmara da Guarda tem dinheiro e para que é que eles querem mais dinheiro. É uma narrativa que vocês bem ouviram aquilo que já foi ensaiado, o tal Ensaio sobre a Cegueira. Gastem lá o dinheiro que é para depois não fazerem nada. Nós pensámos muito, analisámos muito financeiramente,

tecnicamente, com o consultor financeiro e com outras pessoas sobre, de facto, como é que nós havíamos de fazer face a estas necessidades. E a melhor forma de o fazer, porque não há financiamento, porque se houver financiamento, num futuro próximo, naturalmente tem que ser abatido o investimento ou abatido o empréstimo, digamos assim. É assim que se faz. Mas, neste momento, a não ser o Fundo de Emergência Municipal nas percentagens que eu já referi e o apoio da Direção-Geral das Autarquias Locais também na percentagem que eu referi, do resto, não há qualquer comparticipação, nem para estaleiros municipais, nem para o parque infantil. Senhor Deputado Miguel Borges, é claro que, depois, quando vier à Câmara e a esta Assembleia a proposta de adjudicação, com os montantes todos, esperemos que toda a Banca responda, naturalmente todos os contratos têm que estar associados. Até porque é um processo que, a seguir, vai para o Tribunal de Contas. E têm que lá estar os contratos todos, com as aprovações todas. Tudo isso tem que estar bem vertido nessa documentação. Certamente, isso depois será enviado. O senhor Presidente da Junta de Freguesia do Marmeleiro falou aqui da questão destes autocarros para que é que servirão. Servem para substituir os autocarros que andam nas rotas feitas pelo Município da Guarda atualmente nos transportes escolares, onde se verifica a existência, ainda, de carreiras, seja da empresa A, da empresa B ou da empresa C, é por aí que os alunos vão continuar a vir e a ir para suas casas, com o passe escolar que o município paga, neste momento, a 100%, como sabemos, até ao 12º ano. É assim que vai continuar a ser feito. E tal como vai continuar a ser feito, que há um autocarro de manhã para os alunos virem para a cidade e haverá um autocarro à tarde para os alunos voltarem para suas casas. Não pode haver dois autocarros, no mesmo dia, para as mesmas localidades. Não acontece agora, como nunca aconteceu. Nem agora, nem no passado. Porque, senão, os custos, a não ser... Na pandemia, isso foi na pandemia. Não digam de outra forma, porque foi na pandemia. Na pandemia. E nós estamos tão só e simplesmente a dar execução àquilo que, nos últimos anos, foi sendo feito. Há um autocarro de manhã e há um autocarro à tarde para todos os alunos que assim o queiram, que queiram utilizar os transportes do município. Seja nas rotas que são asseguradas com os meios próprios do município, seja com estas viaturas ou com outras mais pequenas que existam, seja com operadoras privadas. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhores Deputados, por tudo aquilo que eu referi e todas as

considerações que foram aqui vertidas, nomeadamente pelo senhor consultor jurídico, aquilo que vos pedimos, naturalmente, é a aprovação destes dois pontos, o Ponto 2.6 e o Ponto 2.7. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Deseja utilizar a palavra para?” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. É apenas uma pequena dúvida, são dez segundos. Disse o senhor Presidente que a maioria das obras estava já adjudicada. A pergunta é: adjudica as obras sem ter uma fonte de financiamento assegurada? E se o empréstimo for reprovado, o que é que acontece quando começarem a cair os autos de medição? Apenas isto. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Ó senhor Presidente, eu vou abrir uma exceção e que seja a última vez que eu vou responder a uma réplica. Senhor Presidente, o Regimento é para cumprir. Desculpe eu dizer isto, mas o Regimento é para cumprir. O Presidente da Câmara tem que cumprir o Regimento também. Portanto, é bom que todos cumpram. Mas, senhor Presidente, eu vou referir. Há uma coisa que se chama Lei dos Compromissos. Senhor Deputado, todas as obras que foram adjudicadas em reunião de Câmara têm compromisso. As que estão adjudicadas, está assegurado o seu financiamento. Todas as outras... Posso falar? Então, o senhor não cumpre o Regimento e depois não respeita as pessoas! Nós contraímos um empréstimo para fazer face a todas estas necessidades. Para poder permitir que o fundo de maneiço do município, a nossa tesouraria não seja beliscada, para todas as circunstâncias que há pouco referi. Agora, todas as obras que estão adjudicadas têm compromisso assegurado, têm financiamento com fundos próprios. Agora, se na remota possibilidade de os empréstimos não serem aprovados, vos garanto que algumas delas podem ser suspensas e outras não serão executadas. Isso vos garanto, porque o dinheiro não estica. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Ó senhor Deputado...” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente da Assembleia, não é a primeira vez que acontece o senhor Presidente da Câmara dirigir-se a esta Assembleia desta forma. Não é a primeira vez. Eu já aqui fiz o reparo. O senhor Presidente da Câmara está aqui para prestar contas a este órgão. E é o senhor Presidente da Mesa da Assembleia que faz a gestão da Assembleia. Segundo ponto, o senhor Presidente da Câmara será sempre o último a falar em cada ponto, depois de prestar todos os esclarecimentos. Ninguém lhe tira essa possibilidade. Será o último. Mas enquanto houver dúvidas, teremos que as colocar. E espero que isto não se repita. É só isto. Obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, posso falar, por favor?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pode, obviamente. Obviamente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Desculpe, não me interrompa, por favor. Não me interrompa, por favor. Senhor Presidente... Senhor Presidente, o nome foi citado, o meu nome acabou de ser citado... Posso falar com o Presidente da Assembleia? Não, eu olho para a frente! Senhor Presidente... Não me dê ordens, se faz favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço imensa desculpa, deixem falar o senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente da Assembleia, de facto, quem nos assiste online, bem diz ou bem tece algumas considerações que, por vezes, nesta Assembleia, há comportamentos que não deviam existir. Mas isto só me vincula a mim. Senhor Presidente, senhores Deputados e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, eu nunca me irei coibir de falar a verdade e aquilo que sinto, olhos nos olhos, frente a frente, perante todos vós. Custe o custar, doa a quem doer. Foi dessa forma que eu fui eleito e é dessa forma que eu vou continuar a lutar e a trabalhar em prol do desenvolvimento da nossa cidade e do nosso concelho. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Ó senhor Deputado, senhor Deputado, se entrarmos na interpretação que o senhor Deputado pretende, são oitenta e sete membros connosco. Espere, deixe-me... agora estou eu a falar. São oitenta e sete pessoas nesta sala, têm todos exatamente o mesmo direito. Todos. Aqui não há Deputados de primeira, nem Deputados de segunda. Têm todos o mesmo direito. Nessa sua perspetiva, os oitenta e sete, depois do Presidente da Câmara

falar, podem fazer perguntas... Se tiverem tempo. Então, saímos daqui, prorrogamos isto. Como temos que acabar à meia-noite, não acabamos. Pronto. Quer dizer, não, ouça... tiveram tempo de fazer as perguntas ao senhor Consultor, ao senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara e o senhor Consultor, responderam. Não podemos estar outra vez a perguntar e a perguntar. Isto parece o alcatruz da nora, vai abaixo, vem acima, vai acima, vem abaixo. Vou colocar o Ponto 2.6 à votação.” -----

**- Resultado da votação do Ponto 2.6 - Autorização Prévia para Realização de Investimento ao abrigo do n.º 2 do artigo 51º da Lei 73/2013, de 03 de setembro - Aquisição de Autocarros - discussão e votação. -----**

**- Aprovado, por maioria, com quarenta e sete votos a favor e vinte e cinco abstenções.**

**Ponto 2.7 - Autorização Prévia para Realização de Investimento ao abrigo do n.º 2 do artigo 51º da Lei 73/2013, de 03 de setembro - Financiamento de Investimentos Municipais - discussão e votação. -----**

**- José Relva, Presidente da Assembleia: “Colocava à votação o Ponto 2.7.” -----**

**- Resultado da votação do Ponto 2.7 - Autorização Prévia para Realização de Investimento ao abrigo do n.º 2 do artigo 51º da Lei 73/2013, de 03 de setembro - Financiamento de Investimentos Municipais - discussão e votação. -----**

**- Aprovado, por maioria, com quarenta e seis votos a favor, quinze abstenções e onze votos contra. -----**

**- José Relva, Presidente da Assembleia: “Declarações de voto? Senhor Deputado, faça favor.” -----**

**- Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD): “Ora bem, eu vou entregar uma declaração, senhor Presidente, eu depois entrego por escrito uma declaração também. Relativamente a este assunto, eu queria...” -----**

**- José Relva, Presidente da Assembleia: “Senhor Deputado, não percebi o que me disse.” -----**

**- Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD): “Eu deixo por escrito o que vou dizer.” ---**

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ok, muito obrigado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Relativamente a este assunto, eu queria colocar aqui uma questão prévia, desde logo para que fique claro que eu não sou contra qualquer tipo de obras e, portanto, obras desta natureza, ainda por cima. Acontece que algumas delas já estão em curso, mas há regras. O meu sentido de voto resulta de dúvidas... só um momento, eu tenho isto escrito... resulta de dúvidas estritamente legais e não outras, pois a Câmara tem capacidade e muitas destas intervenções, salvo melhor opinião, não contam para o endividamento, uma vez que são resultantes de catástrofes, artigo 53º do Regime Financeiro das Autarquias Locais. O empréstimo enquadra-se no artigo 51º da Lei 73/2013, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias, como sabemos, mas, nos termos do mesmo diploma, estes empréstimos a contrair não podem ter uma finalidade diferente daquela que é a proposta e que fica consignada no contrato, sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas. Ou seja, a finalidade dos empréstimos de médio e longo prazo resulta do contrato e não outra. Acontece que parte das obras que se pretendem financiar em cerca de 4 milhões de euros, salvo erro, já estão contratualizadas, consignadas e em curso, desde meados de 2023. Ou seja, se já foram adjudicadas é porque havia fundos disponíveis, dotação orçamental para o efeito e foi assumido o compromisso, porque, se assim não fosse, o titular do cargo político estaria a violar a Lei de Compromissos, em resultado da conjugação dos artigos 5º e 11º número 1 da Lei dos Compromissos. Tenho fundadas dúvidas sobre o que é que de facto é pretendido aqui, uma vez que do artigo 3º alínea f) da Lei de Compromissos, resulta que as obras já adjudicadas teriam de ser financiadas por empréstimos já contraídos e não de empréstimos a contrair, como é o caso. Ou seja, tenho dúvidas sobre a legalidade procedimental, porque a finalidade a dar ao produto deste empréstimo, volto a referir, em parte é distinta da proposta apresentada. E, porque tenho dúvidas, voto, naturalmente, contra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Senhor Presidente da Junta, faz favor.” -----

- **António Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo, (PS):** “Senhor Presidente, mais uma vez, boa tarde. A minha declaração de voto é única simplesmente para dizer que votei a favor, porque, dentro deste empréstimo, está uma rubrica

essencialmente adjudicada ou em fase de adjudicação para a Vila de Gonçalo, e daí o meu voto favorável. Pedindo apenas que não continue a ser feito aquilo que tem sido feito até agora, e eu tenho-me apercebido que a mais colegas de Junta acontece o mesmo problema, que é fazerem-se projetos e projetos e projetos e não serem consultados os Presidentes de Junta. O meu voto é favorável, mas peço que haja um bocadinho de atenção mais pelos Presidentes de Junta, porque são eles que estão no local, são eles que estão no terreno, são eles que às vezes têm o entendimento para colmatar erros que às vezes são cometidos até por desconhecimento de causa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto?” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Eu votei a favor porque estes investimentos são necessários, é preciso fazer e não adiar mais. A tesouraria que a Câmara tem é necessária para gestão corrente, eventualmente alguns imprevistos que já sabemos que podem surgir. No entanto, esta discussão demonstrou que é necessário explicar melhor e dar mais informações a esta Assembleia sobre estes dois empréstimos. Como tal, espero que, no hiato entre esta Assembleia e a proposta de aprovação final destes empréstimos, seja trazida toda essa informação e seja feita essa explicitação a esta Assembleia. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, a minha declaração de voto é muito rápida. Pelas mesmas razões que o Deputado José Rodrigues votou a favor, eu votei contra porque não está esclarecido. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, foi célere. Não havendo mais declarações de voto... também deseja declaração de voto?” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Eu votei a favor porque há uma coisa que nós aprendemos na faculdade, é a diferença entre educação para a saúde e promoção da saúde. E a promoção da saúde é preciso dar o instrumento para fazer algo. Eu querer obras e não querer dar o dinheiro, é uma dissonância cognitiva. É um bocado como eu

querer que o meu filho use o capacete e não lhe dou o capacete. Não se pode fazer isso aos órgãos executivos. É essa a tese.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

**Ponto 2.8 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Casal de Cinza, Meios, Sobral da Serra, Vila Cortês do Mondego e a União de Freguesias de Pousade e Albardo - discussão e votação. ----**

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passávamos ao Ponto 2.8 e podíamos anexar, se me permitem, a discussão também sobre o Ponto 2.9, porque o Ponto 2.9 é a minuta de adenda a um contrato já celebrado. E, portanto, se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejasse intervir, depois temos que votar separadamente, é óbvio, sobre estes dois pontos, 2.8 e 2.9, tem a palavra. Presumo que não haverá ninguém. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja dizer alguma coisa.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, apenas referir, no caso... Mas é para intervir? Se não...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu tinha perguntado se algum senhor Deputado desejava intervir, ninguém se pronunciou! Mas deseja intervir? Então já dou palavra ao senhor Presidente da Câmara. O 2.8 e o 2.9, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Relativamente a esta questão, só relembrar a última Assembleia Municipal, onde relativamente a contratos administrativos, vários Presidentes de Junta vieram a esta Assembleia questionar o senhor Presidente se, com o chumbo do orçamento, se depois teriam ou não teriam direito a estas verbas. Dizer-vos que não, da mesma forma que vos disse aquando isso veio à reunião. E prova disso é que isto foi discutido no dia da alteração orçamental e estas questões nem sequer foram colocadas. Portanto, mais uma vez, dizer aos senhores Presidentes de Junta: que, nesta, podem contar sempre com o Partido Socialista; e que estamos igual como estávamos na última Assembleia; e que este, como eu vos disse, não era um problema na questão de aprovação do orçamento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente de Junta, faça favor, tem a palavra.” -----

- **Lúcio Valente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês do Mondego (Independente):** “Boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral, Senhor Presidente da Câmara e todo o Executivo. O que me traz aqui é sobre, de facto, o investimento que é feito na minha Freguesia e quero dizer-vos o seguinte. Quero agradecer aqui, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Engenheiro Sérgio Costa, a falta de um salão de convívio com dimensões ajustadas para os diferentes eventos e atividades da nossa população, foi sempre uma lacuna por nós identificada. Este contrato interadministrativo, vem colmatar esta lacuna na freguesia de Vila Cortês do Mondego, indo ao encontro dos interesses dos residentes da nossa freguesia. Agradeço, desde já, a Vossa Excelência, a visão do desenvolvimento para as freguesias do concelho da Guarda. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente de Junta, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado, Presidente Junta deseja intervir? Não parecendo, então, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” ---

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Muito rapidamente, renovando os cumprimentos. Estamos a falar em cinco contratos interadministrativos, vulgarmente designados acordos de cooperação, num montante de 180 mil euros. Até este momento, nós já teremos aprovado acordos para, sensivelmente, metade das Juntas de Freguesia, mais coisa, menos coisa, permitam-me a expressão. Bom, mas senhor Presidente da Junta de Freguesia, obrigado pelas palavras, mas foi esse desiderato que nós vertemos no nosso programa eleitoral, ir ao encontro das Juntas de Freguesia, das vossas pretensões, tendo em conta as nossas disponibilidades orçamentais. Mas eu devo dizer aqui duas ou três coisas. Bom, em primeiro lugar, senhor Deputado Miguel Borges, se reparar, nesta revisão orçamental... já não está cá? Mas depois podem transmitir que, nesta revisão orçamental, há lá um reforço, há lá um ajustamento de valores aos acordos de cooperação com as juntas de freguesia. E por isso é que é possível nós termos agora mais verba nesta rubrica. Bom, mas já agora também, permitam-me dizer, eu, há pouco, acabei por não referir, nesta

coisa da tesouraria e do investimento. Há aqui duas coisas que... eu já disse na última reunião da Assembleia Municipal, aqueles 240 mil euros, senhor Presidente de Junta de Aldeia Viçosa, que nós tivemos que pagar, depois de recorrermos e recorrermos das dívidas do passado da sua Junta de Freguesia, que o senhor herdou e a Câmara Municipal teve que, de um dia para o outro, depois de terminados os recursos todos, para que as suas contas não fossem penhoradas. 240 mil euros. Lá se foram mais 240 mil da tesouraria. Mas mais. Nós, e foi deliberado em reunião de Câmara, para resolvermos um velho problema que se arrastava no tribunal administrativo e fiscal, que era resolver um problema da Broliveira que se ia continuar a arrastar. Nós estávamos perante a possibilidade de termos um processo em cima, diga-se, a Câmara Municipal, porque estávamos ali com o problema no Tribunal mas tínhamos já um novo investidor com o contrato de promessa de compra e venda a querer fazer os investimentos. Isto é uma pescadinha de rabo na boca. Lá tivemos que despende de um pouco mais de 200 mil euros também da nossa tesouraria. E por aqui se vê a importância de nós termos que ter uma tesouraria forte para fazer face a estas necessidades. Não fossem estas, que sejam outras. Mas por isso é que sempre que seja necessário recorrer a investimentos mais musculados, nós, naturalmente, temos que nos munir dos instrumentos que estão ao nosso alcance, designadamente os empréstimos, tal como aqui já foi proposto na ordem do dia. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado também. Colocava, então, o Ponto 2.8 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.8 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Casal de Cinza, Meios, Sobral da Serra, Vila Cortês do Mondego e a União de Freguesias de Pousade e Albarão - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta votos a favor. -----

**Ponto 2.9 - Proposta de Minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Cooperação entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Avelãs da Ribeira,**

**Castanheira e Vale de Estrela referente à Atribuição de Recursos para Aquisição de Equipamentos de Proteção Civil - discussão e votação. -----**

**- Resultado da votação do Ponto 2.9 - 2.9. Proposta de Minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Cooperação entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Avelãs da Ribeira, Castanheira e Vale de Estrela referente à Atribuição de Recursos para Aquisição de Equipamentos de Proteção Civil - discussão e votação.**

**- Aprovado, por unanimidade, com sessenta votos a favor. -----**

**- José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pedia aos senhores Deputados, estamos sessenta Deputados, o favor de não se ausentarem para não correremos o risco de não ter quorum.” -----

**Ponto 2.10 - Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau - Abertura dos Procedimentos e Proposta de Júri - discussão e votação. -----**

**- José Relva, Presidente da Assembleia:** “Juntar os dois na discussão? Então, juntava o 2.10 e o 2.11, procedimentos concursais para provimento de cargos de direção intermédia de 3.º grau, abertura dos procedimentos e proposta de júri. Algum senhor Deputado ou alguma senhora Deputada deseja intervir? Senhor Deputado, faça favor. Discutimos já os dois pontos. Se for necessário, com tempo a dobrar, é óbvio.” -----

**- Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não, isto aqui, quer dizer, vamos lá ver. Como aqui vem, dia 27 de abril de 2022, a Assembleia Municipal aprovou. Estamos em 2024 e está a vir isto novamente à Assembleia Municipal. Porque nós em 2022, e já disse isto mais do que uma vez, demos os instrumentos que a Câmara necessitava, e, na altura, o senhor Presidente abdicou de ter um Diretor de Serviço, acho que é assim que se chama, no sentido de ter vários Chefes de Divisão. E a verdade é que a situação, até agora, não está resolvida. E se nós sabemos que, relativamente à questão do Chefe de Divisão do Ambiente, se prende com o facto do anterior Chefe de Divisão do Ambiente ser, neste momento, Vereador da Câmara, já relativamente à questão do Chefe de Divisão Financeira e Aprovisionamento, esta situação já deveria estar resolvida. E Chefe de Divisão da Cultura também a situação já deveria estar resolvida. Idem para tudo aquilo

que é Chefes de Serviços. E, na altura, o senhor Presidente dizia-nos que tinha a ver com as férias dos júris e coisas desse género, mas a verdade é que vão dois anos, quer dizer. E aquilo que nos preocupa a nós e que nos apercebemos de cada vez que estamos a fazer a preparação, porque nós costumamos reunir com a senhora Vereadora, no sentido de fazer a preparação da reunião de Câmara, é que muitas vezes há pontos que vão a uma reunião e depois voltam a outra reunião, única e exclusivamente porque houve erros administrativos que fazem com que esses pontos voltem a uma nova reunião de Câmara. E, provavelmente, claro que isto aqui não é culpa nem do senhor Presidente, nem dos senhores Vereadores, é falta de organização dos próprios serviços camarários. Mas, como é óbvio, em última análise, será por culpa do poder político. E, portanto, nós, como é óbvio, iremos votar favoravelmente porque, mais uma vez, e passados dois anos, queremos dar todas as ferramentas para que o município possa funcionar como deseja e como todos os guardenses desejam, quer dizer, que é bem.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção de algum senhor Deputado? Não vejo. Senhor Presidente da Câmara, se desejar dar algum conhecimento aos pontos, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Clarificar aqui algumas questões, muito breves, pertinentes. Nós, no ano 2022, tal como já foi referido, aprovámos aqui a lei orgânica. Aquilo que foi aprovado, que falou o senhor Deputado, foi a lei orgânica. Depois dessa lei orgânica ser publicada, passado algum tempo, lá seguiu os trâmites normais, foram abertos os concursos das Chefias de Divisão. Todas. O processo decorreu durante algum tempo, e, no caso concreto de duas delas, os processos vieram a ser anulados, os concursos. E tomámos a decisão, entretanto... poderá dizer, mas já podiam ter tomado há dois ou três meses ou quatro. Admito que sim, olhe, e estamos à vontade porque saiu muito de nós, do Executivo. Seja do Vereador Rui Melo, da Vice-Presidente, da Vereadora Diana, deu muito de nós, tirou muito do nosso tempo para podermos dedicar, de uma forma acrescida, a executarmos bem as nossas funções, as nossas tarefas. Bom, mas como esses procedimentos tiveram que ser anulados, aqui estamos agora a abrir esses procedimentos, tal como a abrir o procedimento da Divisão do Ambiente que vagou por o senhor Vereador Rui Melo ter subido a Vereador. E, portanto, aqui estamos a cumprir esse desiderato. E se, no futuro,

mais alguma vagar, aqui estaremos novamente para fazer a aprovação da abertura desses procedimentos. O mesmo é dizer em relação às Chefias de Serviço. Consideramos, até porque algumas estão nomeadas em regime de substituição, e nós achamos por bem lançar estes procedimentos, para que haja os concursos para essas e para outras. E não quer dizer que, no futuro, não venhamos a abrir para outras Chefias de Serviço. Sempre que nós considerarmos que existe essa necessidade, assim o faremos e levaremos à Câmara e traremos aqui à Assembleia Municipal. E era isto, senhor Presidente, que eu queria referir à Assembleia. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava, então, o Ponto 2.10 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.10 - Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau - Abertura dos Procedimentos e Proposta de Júri - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e um votos a favor. -----

**Ponto 2.11 - Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau - Abertura dos Procedimentos e Proposta de Júri.** -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.11 - Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau - Abertura dos Procedimentos e Proposta de Júri.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e um votos a favor. -----

**Ponto 2.12 - Proposta de Aprovação do Relatório de Execução do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se me permitem sugestão, juntávamos o 2.12 e o 2.13. Um é o relatório e o outro é o plano global de avaliação. Se não houver nenhum inconveniente. Não sei quem pediu primeiro a palavra. Senhora Deputada, faz favor.” -

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Boa tarde. O município apresentou, diz na página 4 de 18 deste ponto, apresentou então um Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, com a colaboração da equipa para a igualdade na vida local, entre outros.

E quanto a estes, entre outros, fala-se de uma rede social e da própria comunidade. Ora, não sabemos, não sei, quem é esta rede social, nem a própria comunidade. Mas sei que a Conselheira Externa da Comissão de Igualdade, nomeada em 2021, não foi consultada, porque não foi convocada e, portanto, não participou na elaboração deste Plano Municipal, nem no Relatório de Execução, nem no Relatório de Avaliação. E teria que ter sido, diria eu. Aprovou-se que a Comissão para a Igualdade e Não Discriminação, incluiria uma Comissão Externa, uma única Conselheira fora da Câmara Municipal. E essa pessoa não é convocada para as reuniões de planeamento e decisão. Mas teria mesmo que ter sido convocada? Quais são as normas por que se rege essa comissão, essa equipa? Não temos e é fundamental que haja um regulamento de funcionamento. Apelamos, pois, à sua rápida elaboração. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, nós, no dia em que aprovámos este Plano, dissemos logo que achávamos que ele podia ser muito mais ambicioso e temos pena de ver que o relatório mostra que, mesmo assim, nem todas as atividades foram cumpridas na totalidade. Portanto, reforçar, pode ser muito mais feito. Sendo um documento técnico, vamos aprová-lo, mas reforçamos que há muito mais a fazer e que este Plano convinha que fosse mais ambicioso. Em termos de interseccionalidade, também avisámos, na altura, que tinha que ser prevista. Mas, apesar de ser óbvia a dupla discriminação de que sofrem várias das populações abrangidas, isto não foi previsto e o relatório, ou seja, o ponto 2.13, neste momento, o relatório afirma mesmo isto, que não foi previsto e que deveria ter sido. Tinha aqui uma pergunta, não sei se a resposta que foi dada agora pela Deputada do PS é ou não resposta à pergunta que eu vou fazer. Queria esclarecimentos, por parte do Executivo, também fiquei com a dúvida. Porque é que a Conselheira Externa não esteve presente. E não estando presente, se pediram algum documento, alguma opinião para realmente a proposta de aprovação do Plano Global vir para aqui, porque não temos essa opinião. Aparece lá que não esteve presente na reunião. Gostaríamos de saber porquê e se existe alguma opinião da parte dela.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Só uma questão, porque, realmente, também vos confesso que não li isto na totalidade, para ficar claro. Mas, já agora, o universo é trabalhadores e trabalhadoras da Câmara, relativamente a este questionário? É que, se sim, só foram obtidas sete respostas. Quer dizer, e é com base em sete respostas que, depois, a seguir, se faz um relatório? Quer dizer, acho que... eu, sinceramente, sete respostas e trazer isto a uma Assembleia Municipal? Estamos a falar de sete respostas! Quer dizer, eu acho que se devia ter feito qualquer coisinha e depois, a seguir, é que se trazia para aqui. Eu trabalho numa empresa e também tudo isto existe e as respostas são muito mais. Quer dizer, é preocupante. É preocupante como é que funciona a autarquia. Mas posso estar eu enganado, porque eu li isto na diagonal, como confesso. Agora, se estamos a falar em sete respostas, eu não traria isto aqui. Eu tiraria o ponto, eu teria vergonha! Porque não está a ser feito nada, sobre a igualdade, neste Executivo, nesta Câmara. Desculpem, o que é isto?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma inscrição? Presumo que não. Senhor Presidente, deseja esclarecer? Tem a palavra, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, eu vou pedir se é possível ouvirmos o senhor Chefe de Divisão nesta matéria. Porque, melhor do que nós, o senhor Chefe de Divisão poder falar, em razão dos assuntos, se me permitir...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pode perfeitamente socorrer-se...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “... usando o tempo do Executivo. Dr. Alfredo Madeira, senhor Chefe de Divisão, se fizer o favor.” -----

- **Alfredo Madeira, Chefe da Divisão de Educação, Intervenção Social e Juventude:** “Boa tarde, muito obrigado. Cumprimento toda a gente, na pessoa do senhor Presidente. O Plano Municipal para a Igualdade foi feito por uma consultora externa, porque nós não tínhamos capacidade suficiente na Câmara, nem conhecimentos para realizar esse instrumento. Relativamente à questão das sete questões, penso que foram sete questões, só foi um dos canais de levantamento de informação que a consultora fez, via Google Forms. Porque o resto da informação, nomeadamente o número de Chefias no masculino, o número Chefias no feminino, a distribuição... isso foi dada informação pelos

nossos serviços. As sete respostas, provavelmente, é que nós, para além disso, a consultora resolveu enviar o link para um questionário Google Forms. Eu penso que são essas sete questões a que se refere este questionário. E repare, o Plano para a Igualdade, não sei se se recordam, já foi aprovado aqui na Assembleia Municipal. Sim, o Plano. Sim, claro.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ou eu não me fiz entender ou o senhor não compreende. É assim, eu estou aqui a olhar para questionário, ok? E aquilo que me está a dizer é que, relativamente a este questionário, através do Google não sei das quantas, que eu disse não percebo nada, que foram obtidas sete respostas e, depois, o resto, o género, a idade, foram vocês que enviaram. Certo. Só que, sabe, o questionário aqui diz: considera que os colaboradores foram auscultados para a definição das atividades. Isto era para mandar para os colaboradores. Não sei se... foram? E só obtiveram sete. E não acha preocupante? Senhor Presidente, não acha preocupante? Acho que, lá está, é vergonhoso trazer isto aqui.” -----

- **Alfredo Madeira, Chefe da Divisão de Educação, Intervenção Social e Juventude:** “É assim, quem fez o relatório não fomos nós. Foi uma entidade independente. Quem fez a avaliação foi uma terceira entidade independente. O que só mostra que, de facto, temos muito para andar, em termos de literacia no que diz respeito à igualdade de género. Portanto, o que estes documentos nos demonstram é que, de facto, precisamos fazer muito pela igualdade de género. Já agora, para responder à senhora Deputada, a rede social é a rede social local, que é o Conselho Local de Ação Social, que está previsto na Lei e que existe em todos os concelhos e no caso da Guarda. Portanto, é regulamentado e tem cerca de setenta parceiros, no caso do CLAS, do Conselho Local de Ação Social da Guarda, que foram ouvidos neste processo também. Se calhar, isso não está muito claro no relatório. Há um primeiro relatório que é o plano em si. Depois há uma execução, num curto espaço de tempo, que não permite, de facto, e tem muitas lacunas. E, depois, a avaliação vem dizer isso mesmo, que há falhas ainda. Se olhar para a análise SWOT, há falhas ainda, o que é normal, mas também não deixa de ser um documento orientador para a prática futura. Como eu dizia há bocadinho, acho que isso só significa que temos muito para andar em termos de literacia de igualdade de género.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe que faça, se puder ser, as perguntas simultâneas.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Já agora, só questionar. E confesso, eu, sinceramente, o senhor Presidente passou-lhe a si a bola e não passou, por exemplo, à senhora Vereadora do Pelouro, com a qual eu tinha mais gosto de estar neste momento a conversar. Mas achou que deveria ser o técnico e peço, pronto, terá que ser com o senhor que eu tenho que, neste momento, tirar as minhas dúvidas. Pergunto-lhe, isto foi mandado a todas as hierarquias da Câmara? Porque deveria. Ou seja, normalmente estes planos vão para as hierarquias superiores, vão para os chefes de divisão, vão para os dirigentes máximos. No caso das empresas, para a administração. Portanto, calculo que aqui tenha ido também para a Vereação. E, já agora, perceber, dos responsáveis, portanto, das hierarquias superiores, qual foi o número de respostas que obtiveram?” -

- **Alfredo Madeira, Chefe da Divisão de Educação, Intervenção Social e Juventude:** “Falta esclarecer aqui uma coisa. Este processo começou no Executivo anterior ainda. Depois esteve parado por causa da pandemia, etc. Foi enviado para as chefias, sim. Foi, até porque há de haver aí uma tabela onde aparece a equipa para a igualdade na vida local, que é composta essencialmente pelos Chefes de Divisão. No que diz respeito à Conselheira Externa que fizeram alusão também, ela só foi nomeada já tínhamos nós, digamos assim, entregue os documentos às consultoras para fazerem a fase seguinte daquilo que foi inicialmente o Plano Municipal para a Igualdade. Depois a fase seguinte foi a da execução, segundo os conselhos deles, fizemos o que pudemos com a equipa reduzida que temos. E, depois, o Relatório de Avaliação foi feito por uma terceira entidade, que não nenhuma das outras consultoras.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O senhor Deputado José Valbom também queria pedir um esclarecimento, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom, fica claro que estamos no fim de um ciclo pós pandemia e era importante que déssemos a volta a isso. Nos últimos anos, no que respeita aos índices de desigualdade, tem piorado em quase todos os setores. Nos setores da administração pública da saúde também, na administração autárquica, se calhar também. Todos temos que nos empenhar e isto vem um bocado também no

seguimento do que disse a Bárbara de manhã, porque as desigualdades têm estado a crescer. E não nos fica bem, enquanto cidadãos, que isto aconteça. É efetivamente importante que isto ganhe foros de prioridade e de cidadania. A pouca colaboração, as poucas respostas é transversal a muitos setores da administração pública, pelo menos na administração pública isso é claro. Estamos aqui vários médicos e já respondemos sobre isto, a quantos questionários? Eu, zero. Se na empresa onde trabalha o meu amigo Borges, a situação é melhor, parabéns. Parabéns. Agora, efetivamente há caminho a andar, estamos aqui todos para o andar e esta discussão, se calhar, também ajuda nisso. Porque, efetivamente, tudo o que seja problemas de equidade, são fundamentais. E a sociedade europeia não tem melhorado nisto, na diferença homem/mulheres, interior/litoral, países ricos/países pobres, rendimento dos mais pobres em relação aos mais ricos. Temos piorado, lamentavelmente, em todos esses parâmetros, em todos esses indicadores. Não é específico da Câmara da Guarda, meus amigos. Se estudarem outros organismos da administração pública, vão ver que a surpresa é maior ou é igual.

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Primeiro que tudo, Deputado Miguel Borges, eu não tenho vergonha deste relatório. De manhã falamos muito de transparência e de mostrar as coisas e não temos que ter vergonha. É a realidade crua e dura. É o que é. E, primeiro que tudo, salienta-se que isto foi aprovado em fevereiro do ano passado, passou um ano, há um relatório do trabalho que foi feito. Bem ou mal, é o que estamos aqui a discutir, não é? Mas vergonha não temos e temos que pugnar pela transparência. Agora, o que estas respostas nos mostram é que isto da igualdade de género, como nós vimos naquelas medidas, se vale a pena ou não haver dois terços de eleitos de um sexo e do outro, que isso não é preciso, acontece naturalmente. A verdade é que, como vemos aqui, se não existem algumas medidas, isso nunca avançaria e, portanto, é de salientar que é preciso colocar ou criar estes instrumentos, obrigatoriedade regular para que isto comece a ser falado. Houve sete respostas. Não fico satisfeito, acho que devia ter havido um maior empenho para que mais gente respondesse. Está feita uma análise crítica no relatório, na página 25, desses dados e das poucas respostas. Foi o primeiro ano em que surgiu este relatório, pelo menos que eu tenha conhecimento. Acho que esta discussão

foi frutífera e, para o ano, tem de haver mecanismos internos para que haja mais respostas obrigatoriamente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Boa tarde. Acho que é de salientar as iniciativas que foram tomadas no âmbito deste projeto. Agora, a questão que eu queria reforçar, que o Miguel Borges já trouxe, foi que o questionário foi disponibilizado a 4 de junho de 2023 e estiveram acessíveis até 23 de junho de 2023. E depois diz que responderam sete pessoas, das quais, a maioria das pessoas que responderam ao questionário, são técnicos superiores, 85.7%, responderam também ao questionário assistentes técnicos, 14.3%, nenhum dos membros do Executivo, diretor de departamento ou chefe de divisão respondeu ao questionário. Por isso, qual é que é o compromisso deste Executivo para com este tema? Qual é que é o envolvimento para com este tema, se nem para responder a um questionário têm tempo?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Alfredo Madeira, Chefe da Divisão de Educação, Intervenção Social e Juventude:** “Posso, para terminar, esclarecer que provavelmente nem chegou aos elementos do executivo, porque o regional, como eu disse, foi enviado pela empresa consultora. Mas, deixem-me só dizer uma coisa. Eu sei, tenho consciência das fragilidades que transparecem destes documentos, mas é a primeira vez existe um Plano para a Igualdade na Câmara da Guarda e eles já existem, em outras câmaras do país, há décadas. E este é o primeiro da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja acrescentar alguma coisa? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, tal como referiu, muito obrigado, tal como referiu o Deputado José Rodrigues, é um relatório que traduz a realidade dos factos. Nada foi mascarado. E quando as realidades são más, nós devemos olhar para elas e fazer o caminho para as melhorar. Nada foi mascarado. Coisa diferente era se tivesse sido mascarado, martelado e estávamos aqui a pintar o Reino da Alice, permitam-me a expressão, a Alice no País das Maravilhas. E por isso, ainda bem que existe um Plano para a Igualdade, como bem referiu o senhor Chefe de Divisão, é a

primeira vez que ele existe e agora tem que continuar a ser desenvolvido, melhorado e implementado. O futuro é para isso que existe também, para continuarmos a desenvolver estas matérias também. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, à votação, o Ponto 2.12.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.12 - Proposta de Aprovação do Relatório de Execução do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e três votos a favor. -----

**Ponto 2.13 - Proposta de Aprovação do Plano Global de Avaliação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação - discussão e votação.** -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.13 - Proposta de Aprovação do Plano Global de Avaliação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e três votos a favor. -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Só dizer que nós votámos a favor, partilhamos das ideias, nomeadamente daquelas que disse o Deputado José Rodrigues. E dizer à Câmara que, realmente, se calhar, estar a colocar tudo em outsourcing, estar a colocar tudo em empresas externas, quer dizer, isto são coisas que se podem fazer internamente, como o senhor Presidente sabe. E se estas coisas forem feitas internamente, as pessoas sentem-se muito mais envolvidas do que ser uma empresa externa a fazer. Só isto. Nem tudo precisa de ser PPP’s, quer dizer, coisas deste género.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto. Não havendo, passávamos ao Ponto 2.14.” -----

**Ponto 2.14 - Informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Deseja intervir sobre este tema? Senhores Deputados, é o último ponto. Só mais um pouquinho.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “A sério, deixai-me dizer-vos que eu tenho que ir apanhar ainda hoje um avião, portanto, vai ser mesmo muito rápido. Ó senhor Presidente, esta aqui eu não podia deixar passar, porque foi, e sinta isto como se fosse uma intervenção de um munícipe, porque, na realidade, foi um munícipe que me pediu para eu lhe colocar algumas questões. Não só um, vários munícipes. Tem a ver com as questões das obras no Mercado Municipal da Guarda. Existiu um incêndio há vários anos. Neste momento, a situação não foi resolvida. As pessoas que estão naquele mercado, neste momento têm muito fracas condições, nomeadamente do ponto de vista térmico. Eu estive lá este fim de semana, no sábado, e estive lá mais tempo do que é habitual, porque vou lá várias vezes a adquirir os bens para minha casa...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “... mas, aquilo que me solicitaram as pessoas, foi no sentido de eu trazer a esta Assembleia as preocupações dessas pessoas. E, já agora, aí, sim, dizer que ficaram de apresentar um projeto ou já apresentaram um projeto para aquele local, quando é que vem aqui e se, no entretanto, se não se podem fazer alguns arranjos no sentido das pessoas que ali trabalham possam ter melhor qualidade de vida enquanto estão ali a trabalhar. Era só isto, senhor Presidente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumo que não haja mais nenhuma intervenção sobre isto. Não sei se o senhor Presidente da Câmara desejava responder? Tem a palavra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bom, sobre esta questão que foi colocada das obras no Mercado Municipal, senhor Deputado, aguardo que os serviços técnicos, a todo momento, entreguem a proposta para se lançar o procedimento concursal, para fazer a intervenção mínima necessária para reabilitar o espaço que ardeu. No que diz respeito às condições térmicas, ó senhor Deputado, aquele Mercado Municipal foi inaugurado há quarenta anos atrás. Se não é quarenta, para lá caminha. O frio sempre lá existiu. As condições térmicas sempre foram as mesmas, diga-se. Não quer dizer que não se procurem soluções para minimizar. O que

